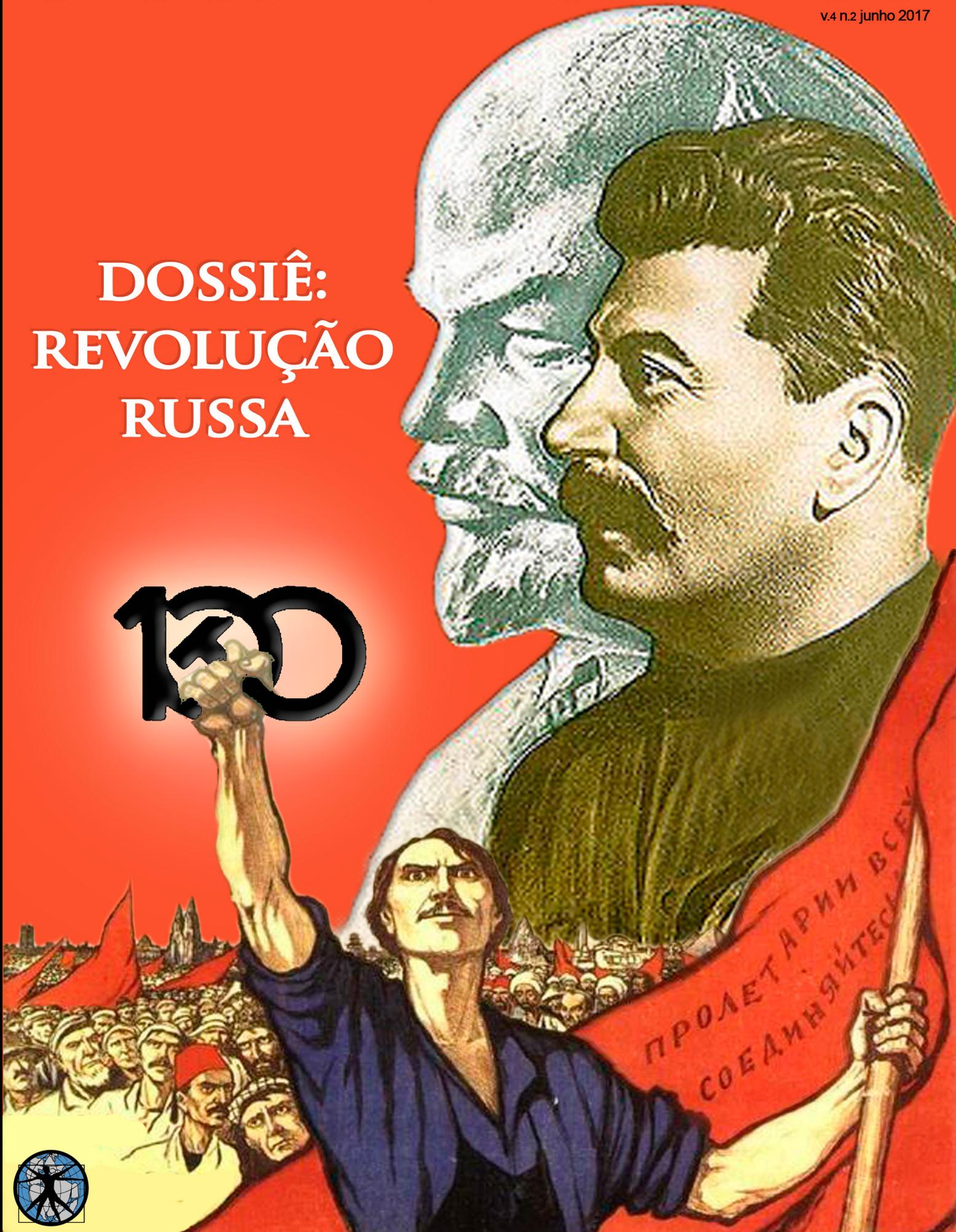


O COSMOPOLÍTICO

v.4 n.2 junho 2017

DOSSIÊ: REVOLUÇÃO RUSSA

100





UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice Reitor da UFF: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Diretor do INEST: Prof. Titular e Emérito Eurico de Lima Figueiredo



COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO:

CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO

ISSN 2318-9711

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)

Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof Barros Terra, s/n - 2º andar,

Centro - 24020-150 - Niterói - RJ

Email: ocosmopolitico@gmail.com | site: <https://www.ocosmopolitico.com>

STAFF

O Cosmopolítico | Ano 4
Niteroi, RJ - Junho 2017

ANDERSON AMENDOLA
EDITOR-CHEFE

LUCAS BALTHAZAR
EDITORA CIENTÍFICA

HELEN DESIRÉE
EDITORA CONSULTIVA

STELLA BONIFÁCIO
EDITORA EXECUTIVA

O Cosmopolítico é um periódico do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Criado em 2011, teve como objetivo divulgar textos acadêmicos, literários, charges, entrevistas, sobre Relações Internacionais. Em 2014, o Cosmo passou por uma expansão em seu quadro de membros, passando a contar com uma equipe maior, capaz de lidar com os desafios de sua nova fase e comprometida em transformar o periódico em uma referência na área.

A partir de 2016 a revista passou por uma nova fase de transição com objetivo de consolidação em termos institucionais, contando agora com editais para renovação de membros do corpo editorial e para chamada de artigos externos, apresentando maior transparência no processo de avaliação, e expandindo o conselho editorial para professores de outras instituições nacionais e internacionais.

Capa por:

Renan Landim

Diagramação por:

Stella Bonifácio

Revisão final por:

Virginia Belinot

APOIO:



EQUIPE EDITORIAL

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Luiz Varella Neves (UFF)

Prof. Dr. Alex Jobim Farias (UFF)

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida (UFF)

Prof. Dr. Frederico Carlos de Sá Costa (UFF)

Prof. Dr. Gabriel Passeti (UFF)

Prof. Dr. Luiz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Márcio Rocha (UFF)

Prof.ª Ma. Mariana Alves da Cunha Kalil (UFF)

Prof. Me. Miguel Patrice Philippe Dhenin (UNIFAP)

Prof. Dr. Renato Petrocchi (UFF)

Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye (UFF)

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro Chaves Gomes (UFF)

Prof. Dr. Vitelio Marcos Brustolin(UFF)

EQUIPE EDITORIAL

Editoria de Administração

Ana Carolina Goulart de Oliveira
Marcia Beatriz Santiago Pereira de Carvalho
Ketlyn Rogéria da Silva Alfradique

Editoria de Comunicação

Camila Rocha de Almeida
Brenda Harris
David Morais
Júlia Furtado
Matheus Ribeiro Morandini Diogo
Renan José da Silva Antunes Landim
Virginia Belinot

Editoria de Redação

Analice Quintanilha Porto Gomes
Bruna de Almeida Cabral Correa
Bruno Gonçalves Dias
Beatriz Martins de Albuquerque
Clara Luisa Giugovaz Baleeiro
Daniel Porcel Bastos
Daiane Leticia Ferreira
Gabriela Fernandes Tapajós Cunha
Giovanna Clapis
Giovanna de Oliveira Martins
Gustavo de Souza Moraes
Isabela Gonçalves Araujo
Igor Magalhães Queiroz
Júlia Mayrinck dos Santos
Letícia Diniz Nogueira
Letícia Cruxen Godinho
Lucas Gazetta Ribeiro
Luísa de Sá Rollemberg
Matheus Campos Vicente
Priscila Ketlin Garcia Oliveira
Vanderson Pereira de Castro
Victória Batistela Silva Rodrigues
Yasmin Paes

Da História da Revolução Às Ocupações Universitárias

Anderson Amendola

O Cosmopolítico é a revista acadêmica da graduação de Relações Internacionais, vinculado ao CASViM (Centro Acadêmico Sérgio Vieira de Mello) e ao INEST-UFF. Fundado em 2011 como um jornal destinado a assuntos internos do corpo discente do curso, desde 2013, passou a ser um periódico online e aceitar contribuições acadêmicas, tendo como diretriz editorial primária a valorização da pesquisa e da produção científica desde a graduação. Após a reestruturação e expansão do formato em 2014 conta com a produção de um dossiê e colunas pela redação da revista, com um espaço reservado a contribuição externa, mantendo uma renovação semestral do corpo editorial através do processo seletivo, a utilização de fichas de parecer avaliativo, o aumento do conselho editorial trazendo pesquisadores de instituições externas. Dessa forma, os novos objetivos, com a consolidação da revista, passa a ser a manutenção da qualidade técnica da revista e o cumprimento das normas exigidas para a sua indexação, assim como ajustes nos calendários levando a revista a adotar a periodicidade semestral, facilitando o ajuste com o semestre letivo universitário, tendo em vista que o corpo editorial é formado por graduandos e está sempre em constante metamorfose, por um lado essa mudança periódica dos editores apresenta a vantagem de ser renovadora em ideias, por outro, o acúmulo das experiências passadas apresenta a base institucional sólida para a projeção cada vez maior da revista, que abre portas para a publicação de artigos científicos a toda a comunidade acadêmica, da graduação ao Pós-doutorado, levando em consideração apenas a qualidade dos artigos, por intermédio do processo de avaliação claro, consistente e transparente de blind double review, corrigido pelos pareceristas de forma imparcial e objetiva, com o preenchimento de uma ficha de avaliação onde o autor não é identificado, tornando o processo mais democrático por avaliar somente o conteúdo e qualidade do artigo. Outro importante avanço foi a criação de um modelo de diagramação que pode ser facilmente utilizado de base para as novas edições. O Dossiê da presente edição buscou apresentar de forma multidimensional um fato histórico que marcou profundamente o século passado: A Revolução Russa – que comemora os seus 100 anos. Esse tema ganha grande relevância para a atualidade universitária, onde estudantes ocupam os ambientes de ensino, contra os cortes de gastos na área estratégica da educação, dando uma lição à sociedade brasileira de participação democrática e republicanismo.

Agradecemos novamente a todos os nossos leitores e aos que contribuem enviando artigos e divulgando nossas atividades.

SUMÁRIO

Dossiê

Revolução Russa: antecedentes e raízes históricas

por Matheus Campos Vicente, p.11

Uma análise do programa de transição para a Revolução Socialista de Leon Trotsky e suas reverberações para o século

por Daniel Porcel Bastos, p. 19

Os direitos das mulheres na Revolução Russa

por Julia Mayrinck dos Santos, p.25

Das ruínas do Império Russo à União Soviética: uma análise das mudanças na política externa

por Anna Ivanoff, p.34

O esmaecer da Revolução Internacional no período Lenin: investigação sobre a marginalização da ideia de “Revolução Internacional” durante

o período de Lenin no centro de decisões do Conselho Comissariado do Povo.

por Bruno Gonçalves Dias, p.44

Uma breve história da criação do exército vermelho

por Lucas Gazetta, p.51

Artigo

Effet de la transnationalisation sur les mouvements sociaux indigènes au Brésil: une analyse selon les théories d’Alison Brrysk

por Léa Coraline Joséphine Lebeau-pin, p.55

**Gênero e sexualidade no sul global: um olhar para feminismos africanos
sob a perspectiva pós-colonial**

por Walkis Stewart Bezerra Alves, p.67

**Um ensaio sobre o Desenvolvimento dos Direitos Humanos para os
Povos Indígenas na América Latina**

por Gabriel Galdino Gomes, p.84

Colunas

Política Internacional

The European Union and its participation in United Nations Peace Operations

por Yasmin Paes, p.95

Política Externa Brasileira

O Fiasco da Política Externa do Governo Temer

por Virginia Belinot, p.101

Defesa Nacional e Segurança Internacional

**Perspectivas de gênero na militarização, defesa e segurança:
desmistificando esteriótipos.**

por Giovanna Clapis, p.105

Economia

**Como o golpe atingiu o BNDES: a crise econômica-operacional que
atualmente assola o Banco de Desenvolvimento brasileiro**

por Victória Batistela e Letícia Cruxen, p.109

Resenha do livro “GRAMSCI E A REVOLUÇÃO RUSSA”

por Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida, p.113

23 verdades sobre o capitalismo - Resenha do livro “23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo”.

por Rodrigo dos Anjos Canavez, p.119



DOSSIÉ

REVOLUÇÃO RUSSA: ANTECEDENTES E RAÍZES HISTÓRICAS

RUSSIAN REVOLUTION: BACKGROUNDS AND HISTORICAL ROOTS

*Matheus Campos Vicente**

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar e fundamentar as bases que levaram à eclosão da Revolução Russa de 1917, que alterou todo o cenário das relações internacionais no século XX. Desta forma, ao reconstruir a trajetória do socialismo soviético, nos deparamos com uma série de motivos favoráveis a queda do czarismo na Rússia, dentre os quais se destacam o atraso político, econômico e social. A partir disso, com o crescimento de diversos grupos socialistas de oposição ao governo, que defendiam a luta de classes através de manifestações e greves gerais, e o agravamento das condições internas após a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, tem fim o Império Russo.

Palavras-chave: Revolução Russa; Czarismo; Lenin; Karl Marx; Socialismo

Abstract: This article's goal is to highlight and fundament the bases that led to the 1917 Russian Revolution, which altered 20th century's global relations. By reconstructing the trajectory of soviet socialism, we come upon a series of motives favorable to the fall of czarism in Russia, among which are political, economic and social delays. Aside from that, with the spread of several opposition socialist groups which defended class warfare through demonstrations and general strikes and the aggravation of internal struggles after Russia declared involvement in World War I, the Russian Empire fell.

Keywords: Russian Revolution; Tsarism; Lenin; Karl Marx; Socialism.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense; matheus.c.vicente@hotmail.com

Introdução

A Revolução Russa ocorre num período em que o mundo estava passando pela maior crise já vista, a Grande Guerra de 1914-1918, que pela primeira vez na história envolveu todo o planeta e contou com armas de destruição em massa, devastando diversos países. Nesse contexto, a Rússia entra na guerra ao lado da Tríplice Entente buscando defender seus interesses nas regiões do Balcãs, contudo, assolada por diversos problemas internos, é forçada a abandonar a guerra para enfrentar uma guerra civil dentro de seus domínios.

O Império Russo, que se expandia por três continentes e era dominado pelos czares da dinastia Romanov, chega ao fim com a Revolução de Fevereiro de 1917 após uma série de reivindicações e manifestações populares que desejam a queda do império. Os motivos dessas revoltas são variados e estendem-se ao longo de todo o século XIX e do começo do século XX.

A gestão czarista é conhecida por suas longas campanhas expansionistas que geravam guerras e despesas. Com uma base predominantemente agrícola fundamentada no trabalho servil e uma lenta industrialização marcada pelo forte autoritarismo e autocracia, o sistema czarista gerava descontentamentos nas populações. Toda essa conjuntura de atrasos econômicos, políticos e sociais fizeram com que surgissem diversos grupos de oposição ao governo. Com a expansão das ideias socialistas pelo campo e pelas cidades, voltadas a luta de classes, a população em um movimento um tanto quanto inesperado, em 1917, põe fim a séculos de dominações.

Os antecedentes da Revolução Russa

A Rússia até a Revolução de 1917 era governada por um sistema multissecular baseada num império czarista¹. Os czares possuíam poder absoluto, só cabendo a eles a decisão de como gerir o Império porque não existia uma distinção, nessa forma de governo, entre ambos. O czarismo russo é afamado pelo seu expansionismo que ao longo de 300 anos registrou, em média, um avanço diário de 140 km² (REIS FILHO, 1997). Tal avanço se dá pelo papel do exército imperial que conquistou os territórios, os defendeu e manteve a ordem interna no império.

Nesse período, a acumulação de capitais e riquezas acompanhava a conquista militar, assim, com um Estado marcado não só por um governo autoritário, mas também, pelas guerras expansionistas tem-se um excedente financeiro que permitia a manutenção da aristocracia e nobreza russa (FULLER JUNIOR, 2006). Entretanto, é justamente essa característica imperialista de expansão de fronteiras e má administração dos gastos públicos, que gerou atrasos econômicos, sociais e políticos ao longo dos séculos XIX e XX, que não dissipou o impulso de industrialização e reforçou o regime de servidão.

Como disse Daniel Aarão Reis Filho (1997):

1 A palavra czar é grafia tradicional usada pelo português e que aparece em grande maioria nos dicionários da língua portuguesa. Porém, vemos que autores constantemente usam a palavra tzar, pois ela corresponde melhor ao fonema russo original.

A Rússia sempre foi uma nação em movimento – tropas e população –, na direção dos quatro pontos cardeais, projetos desmesurados, à procura de espaços, riquezas, segurança e dos anelados e sonhados portos de águas quentes.

Dessa forma, a nação russa é construída e formada por uma variedade imensa de povos dominados e que, assim, possuem culturas, religiões, tradições e grupos linguísticos diferentes. Essa ausência de laços comuns e tentação de uma política centralista, de rusificação – que tinha o objetivo de homogeneizar segundo padrão único – fez com que na Rússia apresentasse padrões de vida, de trabalho e de educação inferiores aos povos ocidentais e, até mesmo, de alguns povos dominados (REIS FILHO, 1997). Essa nação tinha uma característica basicamente rural, onde às vésperas da Primeira Guerra Mundial a maior parte da população ainda vivia no campo. Conseqüentemente, o camponês se torna figura central em todo o processo da história russa em virtude, principalmente, da condição de miséria e pobreza em que vivia.

O sistema europeu de estados após a “Revolução dual” (HOBBSAWN, 1988), ou seja, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa começa a sofrer mudanças estruturais, principalmente por conta difusão das ideias liberais que representavam um risco aos regimes monarcas. Nesse contexto, após participar das coalizões anti-hegemônicas, para a derrubada de Napoleão Bonaparte, que puseram fim as Guerras Napoleônicas, o Império russo passa a ser visto como uma grande potência pelas outras nações do Sistema Internacional. Entretanto, com o objetivo de limitar e evitar que tais ideais liberais fossem espalhados pela Europa são criados o Acordo de Viena e a Santa Aliança (STONE, 2006), para, também, reorganizar a Europa num equilíbrio de poder.

Contudo, em razão dos atrasos econômicos e sociais e perda do “pé da febre industrializante ocidental” (REIS FILHO, 1997) a Rússia, rente às potências mundiais que se transformavam do ponto de vista econômico e tecnológico, se vê ultrapassada. Além disso, no âmbito interno, começam a crescer as insatisfações e manifestação contra o império, motivadas pelas ideias liberais da Revolução Francesa, e vão se multiplicando, década após década, o número de revoltas camponesas, cansados da submissão e do regime de servidão, aumentando a pressão em cima do governo por mudanças e por modernização.

Enxergando esses problemas, a partir dos anos de 1840 surge o movimento *A intelligentsia* formada por diversos intelectuais críticos do czarismo que ansiavam por reformas através do uso da palavra como arma de agitação da população até, anos depois, planejarem ataques e assassinatos. É com os *intelligenti* que surgem os primeiros projetos socialistas russos na tentativa de fazer triunfar um socialismo rural baseado na nacionalização e distribuição equitativa da terra com a criação de comunas rurais, queimando etapas e saltando diretamente para o socialismo.

Em meio à ascensão das ideias socialistas com tais grupos, a Rússia para assegurar sua influência no Império Otomano e no Oriente Médio acaba por se envolver na Guerra da Crimeia em 1854-1856. Ao invadir a região da Moldávia, o Império Russo subestima a anarquia do sistema internacional, que temia que com a dominação russa toda a região do

Mar Negro passasse a se submeter à Rússia, com isso, França e Inglaterra intervêm na guerra e derrotam o exercito imperial. Essa derrocada na Crimeia evidenciou a necessidade de uma modernização social, política, militar e econômica na Rússia (KAGARLITSKY, 2008), onde até a primeira metade do século não havia tido nenhum estímulo para mudanças na estrutura socioeconômica do país que permaneceu estagnada desde as Guerras Napoleônicas.

Após essa percepção e através dos movimentos internos – de revoltas camponesas e da ação dos *intelligenti* – o czar se vê obrigado a fazer reformas estruturais e iniciar um programa de modernização inspirado no liberalismo. O primeiro passo em direção a modernização é a abolição da servidão, em 1861, pois os servos representavam 80% de toda a população (CHAPMAN, 2001). Contudo, sofrem com grande oposição de diversos setores, o que impede que esse reformismo imperial de fato aconteça. Além disso, essa emancipação no setor agrícola só serve para gerar ainda mais problemas no campo tirando terras e poder das mãos dos senhores e fazendo com que os servos libertados permaneçam na mesma situação de miséria, enfraquecendo as classes sociais. Deste modo, o país viveu uma rápida transição do feudalismo russo para o capitalismo.

Com novas gerações dos *intelligenti*, a mudança de pensamento do grupo aos poucos vai se alterando. O surgimento dos *narodniks* ou populistas, que defendem o ensinamento de consciência aos camponeses para a luta, a revolta e a revolução, transformam o campo. Apesar de sofrerem perseguições e denúncias dos próprios camponeses no início de suas ações, são fundamentais para a revolução nos anos seguintes. É através de suas ideias que surgem duas vertentes, a de organização baseada na propaganda e uma na ação de vanguarda, que tenta desestabilizar o governo através de atentados tendo, inclusive, assassinado o czar Alexandre II em 1881.

O programa de modernização capitalista russo, promovido pelo Império, altera todas as bases da Rússia. Apesar de toda a resistência enfrentada, o czar investe numa política de crescimento baseada no capitalismo ocidental, estimulando e protegendo a atividade econômica e industrial do país com tarifas alfandegarias altas, concessões e alto investimento do capital estrangeiro. Dessa maneira, por quase 25 anos a Rússia apresentou um crescimento médio de 5% ao ano devido principalmente ao aumento da malha ferroviária que passou de 4.000 quilômetros para 20.000 quilômetros (WALDRON, 2006) em 10 anos e a construção dos setores industriais considerados estratégicos (REIS FILHO, 1997). Assim, o capitalismo russo apresenta características próprias de um Estado hiperdimensionado com a presença maciça do capital estrangeiro. Essas reformas capitalistas provocam mudanças no campo, onde tentaram acabar com as comunas rurais e a solidariedade da classe, o *mir*, para a criação de propriedades privadas e, assim, gerar uma base agrária de sustentação do regime, além de fomentar a formação de um operariado urbano e o crescimento da classe média nas cidades.

Tais mudanças, tanto no campo quanto nas cidades, levam à dependência externa e criam uma crise de abastecimento no país. Essa aproximação com o ocidente fez surgir uma nova vertente do socialismo russo inspirado nas ideias escritas por Karl Marx e Friedrich Engels no “Manifesto Comunista”. Tal vertente, a socialdemocrata, defendia uma revolução de caráter social, procurando estabelecer a priori uma igualdade econômica. Além disso,

entendem que, ao longo dos anos 80 e 90, o fortalecimento das indústrias provocadas pela modernização capitalista, o principal ator agora é outro: o proletário. Segundo Luxemburgo (1916): “No movimento socialdemocrata, diferentemente dos antigos experimentos utópicos do socialismo, a *organização* não é um produto artificial da propaganda, mas um produto histórico da luta de classes, no qual a socialdemocracia simplesmente introduz a consciência política.”

Essa nova vertente faz com que surja uma espécie de guerra entre os socialistas. Enquanto que os marxistas, inspirados no Manifesto Comunista, defendiam que a Rússia deveria passar por uma longa fase de desenvolvimento capitalista onde se teria uma igualdade econômica para depois iniciar a fase socialista; os populistas defendiam uma passagem direta ao socialismo pulando etapas. Após a divisão dos dois grupos em 1883, o partido socialdemocrata passa a ter mais força na Rússia devido à aproximação do Império com o ocidente, o que facilitou o crescimento da influência marxista e pelos movimentos grevistas operários (REIS FILHO, 1997).

Esses dois grupos passam a adotar, evidentemente, diferentes métodos de ação política. Contudo, no ano de 1900, surge um grupo destinado a aproximar novamente os socialistas e, assim, determinar o futuro dos movimentos revolucionários. Liderados por Lênin, com sua obra “Que fazer?”, e I. Martov buscam na criação da rede *Iskra* um espaço para o diálogo. É através dela que ambos fazem congressos e definem que o melhor método para a revolução russa é em duas etapas. Porém, quando o assunto foi a criação do estatuto e a respeito das concepções organizativas surge uma divisão. “A questão da organização é, por conseguinte, particularmente difícil para a socialdemocracia russa, não apenas porque deve fazê-la surgir sem todos os auxílios formais da democracia burguesa, mas, sobretudo, porque deve criá-la, por assim dizer, como o amado Deus Pai, “do nada”, no ar rarefeito, sem a matéria-prima política que, de outra maneira, é preparada pela sociedade burguesa.” (LUXEMBURGO, 1916) É a partir desta divisão que são criados dois grupos fundamentais na Revolução de 1917.

Enquanto que Lenin e seus seguidores, influenciados pelo Manifesto Comunista, defendiam a ideia de um sindicalismo, onde teria o papel essencial da socialdemocracia para elevação da consciência proletária, Martov defendia critérios de organização mais flexíveis, de forma que cada membro só precisaria concordar com os termos e segui-los, sem ter uma obrigatoriedade, além de considerar que as ideias de Lenin levariam a ditadura de um só homem sobre o Partido (FERRO, 1967). Essa divisão de ideias faz com que surjam os Bolcheviques, liderados por Lenin, e os Mencheviques, por Martov.

Em 1905 rebentou uma revolução que foi considerada como o ensaio geral de uma grande sublevação que seria a última (FERRO, 1967). Dessa forma, Reis Filho (1997) diz que:

As ondas da primeira revolução, de 1905, vieram sem aviso prévio, e surpreenderam os homens do poder, que não contavam com ela, os revolucionários, que aspiravam por ela, e os próprios protagonistas, que começaram a fazê-la sem disso ter uma clara consciência.

Essa revolução de 1905 pode ser explicada por um aspecto prático criado pelo próprio Estado czarista. A Rússia, com sua política expansionista, avança sobre o Extremo Oriente dando as cartas na região, porém, subestimando a expansão nipônica na região e com a arrogância russa de superioridade, entram em guerra com o Japão em um território longínquo que não ameaçava diretamente o seu território. Logo, não só o fracasso dos militares russos na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, mas as derrotas, mortes e humilhações sofridas nessa guerra reacendem os movimentos revolucionários no país. Enquanto a guerra acontecia, o proletariado russo sofria com frio e escassez de comida.

Dessa forma, a população russa volta a se aglomerar nas ruas e se mobilizar para as greves. No dia 9 de janeiro de 1905, cerca de um milhão de trabalhadores tentaram levar as reivindicações de reforma agrária, tolerância religiosa e melhores condições de vida ao próprio czar, se aglomerando em frente ao Palácio de Inverno. A resposta do exército russo foi o massacre, no episódio que ficou conhecido como o Domingo Sangrento.

A partir disso, a população russa que era vista como uma “massa amorfa, sem consciência de classe” (FERRO e GIRAULT, 1989) “transformou-se subitamente em uma sociedade em movimento, exigente, que se organizava e propunha programas e alternativas” (REIS FILHO, 1997). Segundo Reis Filho:

A revolução de 1905 teve uma repercussão mundial. As greves de massas, o surgimento da forma soviética de organização, o movimento camponês pela terra, a participação das nacionalidades não russas, as revoltas dos marinheiros, a intervenção contraditória dos liberais, a questão da guerra em suas relações com a revolução, todo este processo, como sempre em casos análogos, questionou princípios, abalou certezas, inovou questões, impôs mudanças.

Contudo, em outubro de 1905, é publicado um manifesto vindo do czar que continha, pela primeira vez, os anseios correspondentes às pressões da sociedade. Dentre eles, destacam-se o reconhecimento das liberdades fundamentais, ampliação do corpo eleitoral, e a atribuição do controle sobre a legislação a um Parlamento (Duma) eleito. Desse modo, os movimentos de oposição e greves começaram a adotar um raciocínio moderado, suspendendo o movimento em busca da consolidação das conquistas anunciadas e para, depois, amplia-las. Desse jeito, as greves passaram a ser reprimidas tanto pelo governo quanto pela população, enquanto que as revoltas camponesas foram perdendo força e a ação dos *intelligenti* desmanteladas (FERRO, 1967).

Tal conjuntura de mudanças e esperanças revolucionárias começa a ser substituída a partir de 1907 por um período de contrarrevolução do governo. Com a Duma perdendo sua força, o aumento da repressão aos questionamentos da ordem coloca os partidos socialistas para clandestinidade, exilando e prendendo os líderes dos movimentos. Tanto os bolcheviques quanto os mencheviques se encontravam numa situação de extrema fragmentação e tal quadro só tem uma mudança, de fato, com o início da Grande Guerra Mundial em 1914.

Conclusão

Segundo Lenin (1914), a entrada da Rússia na guerra foi “o melhor presente que o czar poderia nos dar.” Com a guerra, os interesses do Estado russo se voltam para os conflitos externos, o que gerou espaço para a volta dos movimentos sociais dentro da Rússia contra o governo, que continuava a reprimir seus opositores. O que parecia ser uma vitória rápida e sem grandes consequências começa se tornar uma longa e desastrosa guerra. A economia demonstrava carências estruturais, com crises de abastecimento e um racionamento rigoroso, enquanto o exército estava cada vez mais enfraquecido com derrotas nos campos de batalha. (REIS FILHO, 1997) Em 1916, o país estava à beira de um colapso total fazendo com que os movimentos grevistas ganhassem forças, aumentando as pressões e conspirações favoráveis a queda do czar. Até que no dia 27 de fevereiro de 1917, soldados, operários e camponeses tomam as ruas e invadem o palácio do czar Nicolau II.

Assim, é possível perceber que a busca por aumento e projeção de poder foi a principal motivação para a Rússia iniciar seu processo de modernização e industrialização tardio. (NOGUEIRA, 2013) Entretanto, não foram poucas as dificuldades que o governo czarista enfrentou em seu processo de modernização, transformar um país majoritariamente agrário em uma potencia industrial exigiu uma série de mudanças. Tais mudanças, como a emancipação dos servos, abertura do país ao capital estrangeiro e adoção de medidas liberais, fizeram com que a estrutura social da Rússia se modificasse completamente, com a ascensão da classe proletária e da burguesia.

Esse fenômeno fez com que os grupos socialistas, antes voltados para os grupos e problemas agrícolas, passassem a priorizar a classe proletária e introduzir nela uma consciência política. Dessa forma, a transformação do pensamento socialista e a forma de agir das classes mais baixas eclodiram nas Revoluções de 1905 e 1917, que transformaram por completo a história da Rússia e do Sistema Internacional. Com o final da Revolução de 1917, Lênin assume o poder e retira a Rússia da Primeira Guerra Mundial no ano seguinte, além de instalar o Partido Comunista. Em 1922, Lênin implanta a União das Republicas Socialistas Soviéticas, URSS, que tornou-se, junto com os Estados Unidos, um dos pilares do mundo bipolar a partir de 1945.

Referências Bibliográficas

CHAPMAN, Tim. **Imperial Russia: 1801-1905**. London: Routledge, 2001.

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FRANÇA, João Guilherme. **As Revoluções Russas**. Disponível em: <<https://revolucaocontemporanea.wordpress.com/2013/11/26/as-revolucoes-russas/>>. Acesso em: 16 maio 2017.

FULLER Jr., William. “The Imperial Army”. In LIEVEN, Dominic (Org). **The Cambridge History of Russia: Volume 2: Imperial Russia, 1689-1917**. Cambridge: Cambridge University

Press, 2006.

HOBBSAWM, Eric J.. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/a, 1988.

KAGARLITSKY, Boris. **Empire of the Periphery: Russia and the World System**. Translated by Renfrey Clarke. London: Pluto Press, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

NOGUEIRA, Flavio Schluckebier Pinto Saraiva. **A busca pela modernização: uma análise comparativa entre a Rússia imperial (1861-1914) e a Rússia soviética (1921- 1939)**. 2013. 99 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Ufrj, Rio de Janeiro, 2013.

PIMENTA, Rui Costa. **Os antecedentes da Revolução Russa de 1917**. Disponível em: < <http://www.causaoperaria.org.br/textos/?p=36> >. Acesso em: 15 maio 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

STONE, David R. **A Military History of Russia: From Ivan the Terrible to the War in Chechnya**. Westport, CT: Praeger Security International, 2006.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo, Faísca, 2007.

WALDRON, Peter. "State Finances". In LIEVEN, Dominic (Org). **The Cambridge History of Russia: Volume 2: Imperial Russia, 1689-1917**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE LEON TROTSKY E SUAS REVERBERAÇÕES PARA O SÉCULO XXI

AN ANALYSIS OF LEON TROTSKY'S TRANSITIONAL PROGRAM FOR THE SOCIALIST REVOLUTION AND ITS REVERBERATION IN THE XXI CENTURY

*Daniel Porcel Bastos**

Resumo: Este presente artigo pretende suscitar o pensamento de León Trotsky acerca da Revolução Russa, as tarefas e proposições da IV Internacional Comunista, bem como o sistema capitalista à luz da década de 1930 na Rússia e Europa. Para tal, o objeto de estudo para análise e reflexão será o “Programa de Transição para a Revolução Socialista” em sua última formulação, no ano de 1938. O legado de Trotsky para a Revolução Russa, especialmente seu olhar crítico aos rumos da revolução em processo, apesar de invisibilizado pelo período de hegemonia stalinista, constitui importante contribuição ao pensamento marxista e a compreensão do capitalismo globalizado no século XXI.

Palavras-Chave: Revolução Russa; trotskismo; stalinismo; Programa de Transição para a Revolução Socialista; IV Internacional; Capitalismo; Globalização

Abstract: This article intends to share Leon Trotsky's thoughts about the Russian Revolution, the tasks and propositions of the IV Communist International and the capitalist system during the 1930s in Russia and Europe. Therefore, the object of study for analysis and reflection will be the “Transition Program for the Socialist Revolution” in its last formulation in the year of 1938. Trotsky's legacy for the Russian Revolution, especially his critical opinion about the direction of the revolution in process, although invisible during the period of Stalinist hegemony, constitutes an important contribution to marxist thinking, as well as the understanding of globalized capitalism in the 21st century.

* Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense; danielporcelbastos@gmail.com

Keywords: Russian Revolution; Transition Program for Socialist Revolution; trotskism; stalinism; IV Internacional; Capitalism; Globalization

Introdução

O Programa de Transição para a Revolução Socialista foi formulado por Leon Trotsky enquanto vivia no México (pois havia sido exilado do Estado soviético, a mando de Josef Stalin), no ano de 1938 e foi aprovado nesse mesmo ano em uma conferência clandestina no subúrbio de Paris - conferência esta que fundou o Partido Mundial da Revolução Socialista e a IV Internacional Comunista.

Com uma linguagem clara e objetiva, este documento escrito por Trotsky, por muitas vezes esquecido nos estudos sobre a revolução russa, pode ser considerado um dos marcos históricos de oposição de esquerda ao governo stalinista, crítico aos rumos da revolução russa liderada por Stalin, à social democracia e a ascensão do fascismo no mundo. Passadas duas décadas desde o início da Revolução Russa de 1917, o Programa de Transição se mostra em seu contexto político internacional como uma alternativa transnacional ao caminho que era traçado pela reacionária burocracia stalinista, na qual centralizava progressivamente o poder nas mãos de um só líder, Josef Stalin, compreendida como método para levar adiante a mobilização permanente das massas. Em sua última formulação, de 1937, observa-se claramente o caráter internacionalista da revolução socialista para Trotsky e para a IV Internacional, ao defender o ideal da Revolução Permanente em contraposição ao “Socialismo em um só país”, os quais serão tratados ao longo do texto.

Este breve artigo, longe de querer esgotar a discussão sobre revolução russa e trotskismo, busca instigar o leitor a perceber a atualidade do Programa e sua importância para compreender os rumos que a Revolução Russa tomava no pré Segunda Guerra Mundial e as tarefas da IV Internacional em um período de agonia do capitalismo. O Trotskismo difundiu-se no mundo contemporâneo em diversos movimentos e partidos políticos, não necessariamente seguindo a cartilha do Programa, e adaptando-se às diversas realidades e conjunturas nacionais e regionais.

A II e III Internacionais Comunistas sob a ótica trotskista

A necessidade de criação de uma nova Internacional Comunista urge da falência das diretrizes programáticas e da degeneração da II e III Internacional, por meio de tendências de grupos oportunistas, autoritários, burocratas, de caráter anti-revolucionário. A II Internacional, também conhecida como Internacional Socialista, entrou em colapso ao apoiar seus respectivos governos em nome do nacionalismo na Primeira Guerra Mundial e pela admissão de alianças com a burguesia para conseguir reformas sociais sem a necessidade de revolução, propostas pelas direções de tendências social-democratas que dirigiam essa organização. A vitória da Revolução Russa em 1917, entretanto, deu novo fôlego à luta revolucionária do proletariado e foi canalizada na fundação da III Internacional, desta vez

denominada Internacional Comunista, constituindo-se como um verdadeiro partido internacional da revolução socialista, liderado por Lênin. Contudo, a ascensão de Josef Stálin como líder da União Soviética, após a morte de Lenin, transformou esse organismo em um aparato contra-revolucionário de apoio à burocracia stalinista e novamente permitiu alianças pacíficas e coexistência com a burguesia e o imperialismo, até ser dissolvida por Stalin no ano de 1943, atendendo aos desejos de Inglaterra e Estados Unidos, aliados da URSS na Segunda Guerra Mundial. É necessário também ressaltar a dura crítica trotskista (que o levou a ser assassinado) ao autoritarismo sanguinário de Stálin, capaz de fazer operários assinarem confissões forçadas em que admitiam “traição” como base para sua própria execução, enviar cientistas e artistas aos milhares para campos de concentração e fazer milhões de camponeses e indígenas serem expulsos de suas terras. A máxima repetida pelos que não desejam associar qualquer socialismo ao stalinismo sempre foi e sempre será: “Stalin nunca mais”.

O programa de transição e as tarefas da IV Internacional Comunista

Nos 21 pontos elucidados por Trotsky em seu programa, pode-se perceber a atualidade das temáticas abordadas e o caráter internacionalista que inaugurará a IV Internacional no mundo tanto quanto às duras críticas ao stalinismo e a chamada “degenerescência burocrática” que tirou poderes das mãos dos operários e o concentrou na burocracia do Partido Comunista Soviético. Retomando as bases teóricas de Marx e dando continuidade à teoria revolucionária de Vladimir Lenin, o programa oferece um horizonte programático que tem como seus principais antecedentes o Manifesto Comunista e as resoluções dos primeiros congressos da III Internacional, enquanto Lenin ainda estava vivo.

O Programa de Transição, pois, propunha-se em servir de guia para responder a seguinte questão: como perceber e transformar um cenário pré-revolucionário em revolucionário? Esta ferramenta foi pensada por Trotsky para ser uma ponte de transição do capitalismo em agonia para um Estado socialista e revolucionário, a partir da mobilização e ação das massas trabalhadoras - os proletários do mundo. Nas palavras de Trotsky, “a IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho programa mínimo, na medida em que elas conservam alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz este trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais mínimas das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo – a IV Internacional faz avançar um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho programa mínimo é constantemente ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária (TROTSKY, 2004, p.14-15).

É importante trazer à tona o conteúdo do item 12 do Programa, denominado “A luta contra o imperialismo e a guerra”, no qual pode-se analisar o papel da IV Internacional de opor-se por completo contra a guerra e o imperialismo frente ao Sistema Internacional e a iminência da Segunda Guerra Mundial. Segundo Trotsky, a burguesia e seus agentes tentam

enganar o povo por meios de abstrações e termos gerais tais como neutralidade, segurança coletiva, armamento para a defesa da paz, defesa nacional e luta contra o fascismo. Ao longo desse item, tenta-se compreender, revelar e distinguir o que há concretamente no fundo dessas abstrações fraudulentas. Dessa maneira, o termo “Defesa da Pátria”, é entendido pela burguesia como defesa dos seus lucros e reservas. Todas as instituições que agem pela defesa nacional, tratam de defender os interesses e privilégios da burguesia. As Forças Armadas, dessa maneira, só tornariam-se um instrumento de defesa da população quando passassem das mãos dos exploradores para se tornar um instrumento dos explorados. Trotsky assinala, portanto, a necessidade do proletariado de derrotar os próprios capitalistas nacionais e os impedirem de atacarem outras nações para assim estar capacitado de defender a pátria contra os capitalistas estrangeiros. O estabelecimento da paz passa pelo entendimento de que a guerra é uma gigantesca empresa comercial, principalmente para a indústria da guerra, e o primeiro passo na luta contra os fabricantes da guerra é o controle do operariado das questões acerca da Defesa Nacional. As reivindicações desse ponto são esclarecedoras:

Abolição completa da diplomacia secreta - todos os tratados e acordos devem ser acessíveis a cada operário e camponês; Instrução militar e armamento dos operários e camponeses sob o controle imediato dos Comitês operários e camponeses; Criação de escolas militares para a formação de oficiais vindos das fileiras dos trabalhadores, escolhidos pelas organizações operárias; Substituição do exército permanente, isto é, de quartéis, por uma milícia popular em ligação indissolúvel com as fábricas, as minas, as propriedades rurais, etc. (TROTSKY, 2004, p.47)

Segundo Josef Weil, era a sistematização teórica, programática, e também um método para a época imperialista, quando não era mais possível trabalhar como fazia a social democracia, com um programa mínimo de reformas parciais, deixando para um futuro remoto a questão do socialismo e da derrubada do capitalismo. Era necessária uma plataforma de transição entre as lutas mínimas e democráticas e a questão do poder (WEIL, 2004, p.6).

Especialmente no terceiro item do Programa, denominado “Programa Mínimo e Programa de Transição”, Trotsky tece duras críticas à social-democracia clássica. Em suas palavras, a social-democracia

[...] dividia seu programa político em duas partes independentes uma da outra: o programa mínimo, que se limitava a reformas no quadro da sociedade burguesa e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o programa mínimo e o programa máximo não existia nenhuma ponte. A social-democracia não tinha necessidade dessa ponte, pois, de socialismo só falava em dias de festa (TROTSKY, 2004, p. 25).

Interpretando Trotsky para os dias atuais, pode-se dizer que nos tempos de crise, a social-democracia não hesitará, como jamais hesitou em aliar-se com os setores financeiros internacionais seguindo as ações da burguesia nacional que lhe sustenta para aplicar duras medidas econômicas de austeridade aos trabalhadores.

Teoria da Revolução Permanente *versus* Socialismo em um só país

As críticas ao stalinismo e aos rumos que tomava à URSS na época de construção do Programa tem seu principal embasamento teórica na obra de Trotsky “A Revolução Permanente”, produzida no ano de 1929 e diretamente ligada à Teoria da Revolução Permanente, conceito primeiramente elaborado por Marx e Engels. As divergências entre Trotsky e Stálin transcendem o âmbito pessoal e o autoritarismo sanguinário stalinista, mas também se concentram no embate entre a teoria stalinista de ‘Socialismo em um só país’ e o ideal internacionalista de Trotsky. Enquanto a tese de Stálin sustentava que um país atrasado como a URSS poderia defender e desenvolver o socialismo sem que o sistema imperialista fosse derrotado no resto do mundo, a Teoria da Revolução Permanente propunha a construção de um socialismo em escala internacional, principalmente nos países onde capitalismo estava em crise, ou seja, a periferia do Sistema Internacional capitalista. Afirmava, portanto, a inviabilidade da vitória do regime socialista na URSS caso não ocorressem revoluções socialistas em outros países, uma vez que um Estado socialista solitário não seria capaz de resistir contra a hostilidade do mundo capitalista.

Entendendo o recorte histórico e regional em que o Programa de Transição foi formulado, antes da segunda guerra mundial, pode-se compreender a relevância deste documento não só na URSS stalinista e na Europa ameaçada pelo nazi-fascismo, mas também nos países do Sul e historicamente amarrados às garras do imperialismo, como na América Latina, Ásia e África. Não se trata de repetir suas caracterizações, suas consignas e prognósticos, mas absorver sua essência, como fizeram o argentino Nahuel Moreno, o belga Ernest Mandel, e outros diversos teóricos mundo afora.

As reverberações para o século XXI em tempos de agonia do Capitalismo

A complexidade da conjuntura do capitalismo mundial no século XXI representa de fato dificuldades para explicações completas e profundas por todas as correntes de pensamento, embora o legado deixado por Marx, a teoria revolucionária de Lenin e o internacionalismo de Trotsky sejam essenciais para compreender a realidade atual a partir de uma visão da luta de classes mundial.

O capitalismo em agonia explicado por Trotsky em seu Programa de Transição é o mesmo, porém distinto e transformado, visto que a decadência do sistema representa a maior crise do capitalismo, fruto de diversas crises combinadas: econômica, política, ambiental e social. A concentração de capital progressiva nas mãos de grandes corporações afasta cada vez mais o 1% mais ricos dos outros 99% representantes da sociedade mundial. A globalização neoliberal, a mundialização da produção das multinacionais e a precarização das relações de trabalho são responsáveis pela fragmentação da classe proletária que atualmente se vê impossibilitada de responder com uma organização internacional como se propôs a ser a IV Internacional. Entretanto, seria negligente fechar os olhos às importantes e combativas mobilizações anticapitalistas e antiglobalização que surgem a cada dia em todos os conti-

nentes do mundo, principalmente após a crise econômica mundial de 2008, que levou milhões às ruas e nutriu novas experiências políticas, como as manifestações de Junho de 2013 no Brasil que contou com a participação de movimentos e partidos políticos de tendências trotskistas, o surgimento do movimento dos Indignados na Espanha, que desembocou no partido político Podemos, assim como na Grécia emergiu o Syriza. Para além do entendimento que os tempos são outros, e isso não pode ser negado, é essencial perceber que a agonia do capitalismo é crescente e é tarefa dos novos movimentos políticos e principalmente da juventude pensar coletivamente estratégias e proposições que ousem construir um novo mundo junto às massas trabalhadoras e adaptado às particularidades de cada sociedade. A palavra de ordem fundamental continua a ser: Proletárias e proletários do mundo, uni-vos!

Referências Bibliográficas

WEIL, Josef. Prólogo. In: **Programa de transição**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.

OS DIREITOS DAS MULHERES NA REVOLUÇÃO RUSSA

WOMEN'S RIGHTH IN THE RUSSIAN REVOLUTION

*Julia Mayrinck dos Santos**

Resumo: Anteriormente a Revolução Russa, as mulheres soviéticas eram dependentes de suas famílias e possuíam baixo grau de alfabetização. Contudo, com a urgência de dar lugar às mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de efetivar o ato revolucionário de 1917, militantes da questão iniciaram a fase de conscientização nas indústrias sobre a importância da emancipação feminina. A partir de então, o estopim da revolução foi marcado por uma mobilização grevista de mulheres operárias, que contou com o apoio de soldados e outros operários, tomando as proporções necessárias para a queda do czarismo. Com Lênin governando a União Soviética, o pensamento bolchevique começara a mudar em relação ao sexo feminino, foram implementadas diversas políticas públicas que as favoreciam e lhe traziam direitos essenciais para atingir a igualdade de gênero, incluindo nos direitos trabalhistas. Entretanto, a evolução desses direitos contou com o impasse econômico que a URSS vivia na época e a volta da massa trabalhadora masculina das guerras, faz com que Lênin adotassem medidas retrógradas, prejudicando a maioria das mulheres. O objetivo do artigo é fazer uma comparação do passado e o presente dos direitos das mulheres na Revolução Russa, além de explicitar quais lhe eram concedidos e as mudanças que estes sofreram.

Palavras-Chave: Mulher; Revolução Russa; Militantes; Ato Revolucionário

Abstract: Before the Russian Revolution, soviet women relied heavily on their families and had low literacy levels. However, the haste to find places for women in the job market and the need to consolidate the 1917 revolution, militants for the cause started bringing the industry awareness about the importance of women's emancipation. From then, the beginning of the revolution was marked by a mobilization by women's workers to strike, which was backed by soldiers and other workers, eventually evolving into a big enough movement to

* Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense; juliamayrinck@id.uff.br

overthrow czarism. With Lenin in charge of the Soviet Union, Bolshevik thinking shifts when it comes to their ideas about women, and several instances of public policy which benefited women and granted them essential rights to reach gender equality were implemented, including new labor laws and workers rights. However, the evolution of those rights brought on a significant impasse in the USSR, considering men were returning from war, which made Lenin adopt backtracking measures, jeopardizing women's rights. This article's goal is to compare the rights of women in the Russian Revolution, past and present, and to highlight which rights were afforded and what changes were made to those.

Keywords: Women; Russian Revolution; Militants; Revolutionary Act

Introdução

A visão da mulher nos séculos XIX e XX, era baseado nos costumes patriarcais, julgando seu comportamento emocional como previsível, destacando sua fragilidade física, moral e intelectual, sendo preparadas para o trabalho doméstico e à submissão, e durante muito tempo permanecia o pensamento da existência de dois tipos femininos: a “mãe” e a mulher histérica e nervosa (COSTA, 1979). Esse aspecto era observado em documentos oficiais, como a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão para garantir o direito dos homens; no entanto, como um ato de discordância, a francesa Olympe de Gouges, lança o manifesto “Declaração dos Direitos da Mulher” e, em consequência, foi decapitada.

Detectou-se tais ideias, também, no discurso de muitos filósofos reconhecidos, como Jean-Jacques Rousseau que afirmava o papel da mulher de agradar o homem e ser subjugada por ele, pois era mais forte. Entretanto, haviam pensadores que não viam o sexo feminino desta forma, como Charles Fourier, considerado um socialista utópico, afirmando que “mudança de uma época histórica sempre se deixa determinar em função do progresso das mulheres em relação à liberdade, porque é aqui, na relação da mulher com o homem (...) que aparece de maneira mais evidente a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau de emancipação da mulher é a medida natural do grau de emancipação geral”. E, continuou, “ninguém fica mais profundamente punido do que o homem quando a mulher é mantida na escravidão” (MARX, 1987:190).

Assim como Fourier, alguns socialistas utópicos influenciaram o pensamento de Marx e Engels acerca das questões sobre a mulher, assumindo o posicionamento e a defesa feminina em diversos artigos, dando destaque a elaboração do Manifesto do Partido Comunista (1848) e A Ideologia Alemã (1846) – que afirmava a escravidão da mulher e dos filhos perante o homem e “para que a emancipação se torne factível é preciso, antes de tudo, que a mulher possa participar da produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe além de uma medida insignificante”. (ENGELS, 1974:182).

É claramente visto que as ideias de Marx e Engels impactaram no pensamento de Lênin, perante a revolução, ao levantar a importância da mulher para alcançar a luta da classe trabalhadora na União Soviética, admitindo-se que “a operária e a camponesa são oprimidas

pelo Capital, e mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, elas não dispõem de direitos iguais aos dos homens, já que a lei não lhes concede essa igualdade, e mais – o que é essencial – elas vivem na ‘escravidão doméstica’, sofrendo a opressão do trabalho mais mesquinho, mais sombrio, mais pesado, mais bestializador, o trabalho da cozinha e, em geral, do lar individual e familiar”.

Na Revolução Russa, pode-se observar uma diferença de pensamento mais evoluída, em comparação com a visão mundial, com base nas concepções dos socialistas revolucionários Marx e Engels, desenvolvendo, com a liderança de Lênin, uma sociedade que debatia sobre amor livre, aborto, trabalho infantil, direitos trabalhistas e direitos das mulheres; na tentativa, inclusive, da busca pela emancipação feminina e igualdade de gênero. Entretanto, quando foi necessário o desenvolvimento da União Soviética, principalmente na instância econômica, para sair da crise, tais debates passaram de um caráter individualista, para retornar ao pensamento anterior ao da revolução, similar ao do mundo ocidental, trazendo retrocessos nas políticas públicas. Compreende-se, assim, o objetivo do artigo, explicitar os avanços das discussões acerca da emancipação feminina e dos direitos das mulheres sob o pensamento bolchevique e como estes eram importantes para a época, mas, também, avaliar as consequências futuras das políticas econômicas adotadas.

Sob tal enfoque, o artigo traz referências a personalidades importantes para a época, pois se tratavam de militantes, muitas com influência política, na causa dos direitos da mulher - como Inês Armand, Aleksandra Kollontai, Nadêjda Krúpskaia, Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo – essenciais, também, atualmente para compor o acervo de artigos e livros clássicos para o entendimento da evolução da emancipação feminina, assim como a luta para os direitos das mulheres.

O papel da mulher na Revolução Russa

A Rússia, da segunda metade do século XIX, tinha uma economia atrasada, com uma estrutura social primitiva e baixo nível cultural, contava com 80% de sua população camponesa e tinham, recentemente, abolido a servidão. A situação das mulheres era de submissão dentro das famílias, sem perspectiva de novas funções ou mudança de vida. No final deste século, sofreu pequenos avanços industriais, aumentando 5,0% ao ano até o início do próximo século, porém com presença estrangeira. Com isso, houve um deslocamento dos camponeses para as áreas urbanas, em busca de melhores condições de trabalho e de vida; mas o que resultou foi a carga excessiva de trabalho, baixos salários, a fome e a marginalização.

Com derrota russa na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), a crise econômica atingiu o país, fazendo aumentar o nível de descontentamento com o czar Nicolau II. Além disso, pela necessidade de remanejar os homens para os combates que ocorriam nesse período, as mulheres tomavam seus locais nas indústrias, mas eram consideradas mão-de-obra barata, não tinham direitos trabalhistas, permaneciam nas tarefas domésticas e sofriam preconceito e violência. Nessa mesma época, constatava-se que 88% das mulheres eram analfabetas e que

para este quadro se reverter, levaria em torno de 50 anos; não havia o direito ao voto, o matrimônio era apenas religioso e o divórcio, praticamente, impossível. (SERÉBRENNIKOV, 1943)

Enquanto isso, em 1907, no Congresso Internacional Socialista, Clara Zetkin, primeira grande líder feminina do movimento socialista alemão, apresentou uma proposta de resolução que afirmava: “Os partidos socialistas de todos os países têm o dever de lutar energicamente pela conquista do sufrágio universal feminino (...) direito que deve ser reivindicado vigorosamente em todos os lugares de agitação e no parlamento” (ZETKIN, 1976:113). Ela, também, defendeu que o direito ao voto às mulheres deveria ser essencial para obter o objetivo final almejado por Lênin. Na segunda conferência, em 1910, em Copenhague, Zetkin apoiara a realização do dia internacional das mulheres.

A partir disso, a conscientização entre as mulheres de que sofriam violação de vários direitos aumentou, e em 1914, as militantes socialistas russas editaram uma revista chamada “Trabalhadoras” e faziam parte de seu conselho editorial Inês Armand, Aleksandra Kollontai e Nadêjda Krúpskaia, companheira de Lênin, o objetivo era educar as trabalhadoras.

Em 1916, as operárias se concentravam no setor têxtil e eram as mais exploradas, ganhando um salário menor que a metade dos homens do setor metalúrgico. No dia 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário internacional), ocorreu o estopim da Revolução, deflagrado por uma mobilização grevista de mulheres operárias que gritavam se opondo ao czar e contra a participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Obteve-se apoio dos soldados e de outros operários, tornando a greve com proporções maiores, ocasionando na deposição do czarismo.

Alexandra Kollontai, revolucionária comunista russa, fez a seguinte observação ao ato: “O dia Internacional das Mulheres de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia”. Nesse mesmo dia, Lênin escreveu um artigo, no Pravda, que dizia:

A metade feminina da raça humana é duplamente oprimida pelo capitalismo. A operária e a camponesa são oprimidas pelo capital, mas primeiro, e acima de tudo, inclusive na mais democrática república burguesa, permanecem, primeiramente, privadas de alguns direitos porque as leis não lhes concedem igualdade com os homens; e, em segundo lugar – e este é o aspecto mais importante – permanecem ‘escravas do trabalho doméstico’. Continuam sendo ‘escravas domésticas’ porque estão sobrecarregadas com a monotonia do mais mesquinho, duro e degradante trabalho na cozinha e nas tarefas domésticas familiares. [...] aqui, na Rússia Soviética, não sobrou nenhum rastro de desigualdade entre os homens e mulheres perante a lei.

Em outubro de 1917, com a tomada de poder pelos bolcheviques, com o governo de Lênin, surgiu uma nova legislação, na qual, estabeleceu-se uma jornada de trabalho de 8 horas diárias às mulheres, proibiram o trabalho noturno e em minas e uma licença maternidade remunerada posterior e anterior ao parto. Na continuação dos direitos trabalhistas, a

Rússia foi a primeira nação que decretou o salário igualitário entre homens e mulheres para as mesmas funções. Além disso, tinham um programa para ‘emancipação’ da mulher, podendo ser estabelecido em dois eixos: o primeiro eixo inclui alguns dos direitos já citados, tendo mais direitos iguais sobre os filhos, reconhecimento dos filhos ilegítimos, direito à educação e à formação profissional, acesso a todos os postos de trabalho sem discriminação; como segundo eixo, temos: construção de restaurantes públicos e de boa qualidade, lavanderias públicas, escolas de tempo integral, hospitais, creches e postos de saúde em todos os bairros. (GOLDMAN, 2014)

Outro avanço do novo governo russo, foi a indicação da líder socialista e feminista Alexandra Kollontai para o cargo de Comissária do Povo de Assistência Pública; neste cargo, participou ativamente para a elaboração de novas leis sobre os direitos das mulheres, entre eles, a legalização do aborto, justificado pela pobreza em que muitas famílias se encontravam neste período. Em contrapartida, a burguesia e a direita socialista não estavam dispostas a aceitar alguém como Kollontai num Ministério até então sob controle do clero e dos filantropos burgueses, sendo saudada por uma greve geral dos funcionários no dia de sua nomeação.

A primeira Constituição Soviética, de 10 de julho de 1918, estabeleceu que as mulheres detinham de:

Direitos iguais aos homens em todos os terrenos da vida econômica, pública, cultural, social e política; além de incluir os direitos políticos das mulheres, ao citar o direito de eleger e de ser eleito nos Conselhos (Sovietes) é exercido, independentemente de convicção religiosa, nacionalidade, domicílio etc., pelos seguintes cidadãos de ambos os sexos da República Socialista Federativa Soviética que houverem completado 18 anos, no dia da eleição.

O Código Penal, por sua vez, determinou punições para os que buscassem impedir que isto se realizasse. Em relação às crianças, o Código de 1918, proibia a adoção de crianças para impedir a exploração das famílias com o trabalho infantil.

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, os homens designados para o combate, retornaram, e em 1921, iniciaram os deslocamentos destes para as indústrias, desempregando milhares de mulheres. Para tentar frear tal impacto, em 1924, o governo soviético, numa nova legislação, proibiu a demissão de mães solteiras ou separadas, foram criados novos incentivos para a contratação e foram integradas nos cursos técnico e superiores para qualificação.

A criação da Nova Economia Política significava voltar minimamente ao capitalismo, pois estimulava pequenas empresas, a reativação do comércio privado e de concessão de capital ao estrangeiro; na agricultura, os camponeses, depois de entregar parte de sua produção ao Estado, seria permitido a comercialização do restante num “mercado capitalista” e obter lucro. A NEP é um retrocesso, dizia Lenin, um retorno ao capitalismo na medida em que o lucro, o livre intercâmbio de mercadorias, o proveito pessoal, os interesses individuais passam a ser permitidos, e mesmo estimulados.

Por fim, a jornalista comunista Anna Louise Strong, explicitou um caso de violência contra a mulher e as consequências com a transição para o governo de Lênin:

Uma outra mulher havia recusado as atenções de um proprietário de terras e casara-se com um camponês comunista. Em consequência, um grupo de dezoito homens, incitados pelo proprietário, a violou no oitavo mês de gravidez e lançou seu corpo em um rio. Mas, ao tomar conhecimento deste fato, o Poder Soviético usou várias armas para libertar as mulheres, como a educação, a propaganda e a lei em todas as partes. Grandes julgamentos públicos condenaram duramente os maridos que assassinaram suas esposas. Com a pressão das novas exigências, juízes confirmaram a pena de morte para os praticantes do que o velho costume não considerava como crime (STRONG, 2003).

Direitos garantidos até quando?

É indiscutível os avanços nas políticas públicas do governo soviético, o aumento dos debates sociais, a união do povo contra um governo injusto e as inúmeras declarações para a proteção das mulheres, tornando, assim, um contexto ideal para uma revolução. Entretanto, como a crise da União Soviética agravava com falta de abastecimento e isolamento externo político e econômico pela Europa, só a mudança social não seria o suficiente, então foram adotadas medidas (a favor do capitalismo) para melhorar a economia e obter algum desenvolvimento, por isso, foi criada a Nova Economia Política, trazendo retrocessos em muitos avanços sociais que foram conquistados até a década de 20, além de mostrar que as mesmas políticas não eram o suficiente para diminuir a miséria do país.

A historiadora Wendy Goldman, em seu livro *Mulher, Estado e Revolução*, um clássico para os estudos sobre a mulher, explora em como o experimento do amor livre e a emancipação da mulher falhou, assim como a tentativa de extinguir a família do quadro social. Com a criação da NEP, as condições de trabalho ficaram cada vez mais precárias, as mulheres que, ou estavam desempregadas (mesmo tendo a política de não demissão exposta anteriormente), tinham perdido o direito de não trabalhar no turno da noite ou de não realizar horas a mais de trabalho. Isso mostra como a organização dessas sociedades está submetida a construções sociais nas quais a organização do trabalho tanto nas unidades familiares como fora delas têm concentrado as mulheres trabalhadoras nas atividades mais precárias, desprotegidas e mal pagas (KERGOAT, 1998).

Nesse processo, com as cooperativas e os indivíduos dando incentivos às indústrias nacionalizadas e deixando de contribuir para os gastos públicos, os refeitórios, creches e outros serviços sociais passaram a ser pagos, prejudicando inúmeras mulheres que dependiam desses recursos. Para Goldman, esses retrocessos somados ao desemprego elevado das mulheres, levariam ao aumento da prostituição e à emergência do fenômeno de besprizorniki feminino, embora um pouco diferente do infantil (GOLDMAN, 2014, p. 157-158, 162 e 170-172).

Sabe-se, também, que a socialização da criação das crianças, contribuiria para a liberdade da mulher, e com a proibição da adoção, fazia com que muitas não sofressem com trabalho escravo. Entretanto, no início da revolução já haviam um grande número de besprizorniki (crianças sem lar), quando as condições pioraram, tais problemas se relacionavam com a mendicância, crime juvenil, epidemias e a prostituição; em consequência, muitas

foram deslocadas para famílias e a adoção passou a ser regulada.

Outro fator que incentivava o abandono infantil, era a representação do casamento, pois muitas mulheres dependiam por segurança e sobrevivência e ao permitir o divórcio e as uniões não matrimoniais, aumentavam o número de pedidos de pensão nos tribunais, tornando o processo lento. E, adjunto do alto índice de desemprego, baixo salário e ausência das creches, firmavam a dependência da mulher em relação a família. As que não mantinham esse laço familiar, por estarem em limitadas condições, optavam por deixar suas crianças em lares ou pelo aborto.

A questão do aborto, foi considerado um grande avanço no pensamento revolucionário, mas sua principal causa não era baseada em princípios individuais e, sim, nas noções patriarcais de maternidade, ou seja, caso tivessem as condições básicas, não haveria necessidade de interromper a gravidez. Em contrapartida, quando a quantidade de abortos superou o de natalidade e nascimentos, preocupando o Estado e fazendo com que lançassem leis para incentivar a maternidade mediante subsídio, bônus e licenças longas; além disso, iniciaram os problemas com o divórcio, a pensão alimentícia e a instabilidade familiar. Assim, concluindo com um dos principais retrocessos, o que Wendy Goldman chama de “ressurreição da família” (GOLDMAN, 2014, p. 303-344).

Conclusão

Pelo exposto, vimos que para alcançar a Revolução Russa, a evolução dos pensamentos bolcheviques foi essencial no que tange a tentativa de igualdade da nação soviética ou, pelo menos, a consciência social e, independente dos problemas internos e externos, as políticas necessárias para obter êxito na revolução foram implementadas, tendo, por um breve momento, direitos para as mulheres, tanto trabalhistas, quanto na transferência doméstica para a instância pública e dentre outras medidas.

Contudo, um aspecto que chama a atenção, foi a mudança na construção social original, mas sem a aplicação de mudanças econômicas no início, sendo assim, prejudicados pelo isolamento político e econômico, não foi previsto que as consequências para a adoção de um novo meio de sair da crise, seriam tão graves e dificultaria a concretização dos direitos concedidos às mulheres na época, além de impedir sua emancipação.

Ademais, nem tudo caracterizou um retrocesso, em 1926, foi promulgado um novo Código da Família que permitia direitos e deveres matrimoniais a um casamento civil sem ter a preocupação de tê-lo registrado ou não, e isto protegia tanto as mulheres quanto as crianças independentes dos casamentos terem sido registrados ou não. Na época, tornou-se a mais avançada das legislações, pois acabava com a predominância masculina no casamento. Já na década de 30, com a autoridade de Stalin, ocorreu um freio no debate sobre o problema da emancipação da mulher e predominava-se uma visão economicista, a homossexualidade foi criminalizada, havia forte repressão às mulheres que ainda realizavam o aborto e o divórcio passou a ser pago.

Atualmente, a mulher na sociedade russa ainda sofre os estereótipos de gênero patriarcais e com a desigualdade salarial, sua ascensão para cargos de alto

poder político é questionada, mas detém de direitos civis igualitários, o aborto é legalizado e, recentemente, está sendo implementado um plano nacional para garantir a participação da mulher na economia russa, aumentando sua representatividade.

Referências Bibliográficas

BUONICORE, Augusto César. As Mulheres e a luta socialista. In: Org(s) MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antônio. **Revolução Russa: Processos, personagens e influências**. Goiás: Centro Popular de Estudos Contemporâneos (CEPEC), 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA SOVIÉTICA RUSSA: Constituição da Revolução Proletária de Outubro de 1917: Constituição de Lenin, Sverdlov e Trotsky. 10 de julho de 1918.

COSTA, Irla Henrique e ANDROSIO, Valéria de Oliveira. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade**. Minas Gerais: Univale. <<http://srvwebbib.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

FAGANELLO, Cláucia Piccoli. **Discriminação de Gênero: Uma perspectiva histórica**. Porto Alegre/RS, X Salão de Iniciação Científica – PUCRS, pp 2542-2549, 2009. <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Direito/71377-CLAUCIAPICCOLI-FAGANELLO.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2017.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Marxismo e revolução social**. São Paulo: Global, 1982.

_____. **Autobiografia de uma mulher emancipada**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____, LAFARGUE, P. e outros. **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1979.

LÊNIN, V. I. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUZ, Alex Faverzani da, e FUCHINA, Rosimeri. **A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do direito do trabalho**. Rio Grande do Sul: II Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS.

MARX, ENGELS e LÊNIN. **Sobre a Mulher**. São Paulo: Global, 1980.

NÓBREGA, Ligia e SANTOS, Elisabete. **Ensaio sobre o feminismo marxista socialista**. Rio Grande do Norte: Mneme revista de humanidade, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classe: Mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Aline Tosta dos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República**. <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/14404/14404.PDFXXvmi=Pv6qPkibAS2c7sK-dWxkHOzjxzZhp76iW3ooTJH5jB8wIChWzQhgFQBdpAuQHC9FGx4AhMGCnPa6rs-31jliZcTdTJtcmER3cWEuJk88aifCLiE6FW5SRjvm31zpFrtSo8o9swhEQwhDQVJvTP-pL9W8cxIDEa7xAfWJlu1nlzF0qCJxwznlksVjzbzZlGwWVuGF0I3mhJmJm7HTG5eppHl-JSVIfCgczMSfMCiaU3xEqFllmqAMRh9Ba6kqICDiowx>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

RODRIGUES, Valeria Leoni. **A importância da mulher**. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

RODRIGUES, L.M.; FIORE, O.D. **Lenin e a economia soviética**. In: **Lenin: capitalismo de estado e burocracia [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, pp. 4-20,2010.

DAS RUÍNAS DO IMPÉRIO RUSSO À UNIÃO SOVIÉTICA: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA

FROM THE RUINS OF THE RUSSIAN EMPIRE TO THE SOVIET UNION: AN
ANALYSIS OF THE CHANGES IN THE FOREIGN POLICY

*Anna Ivanoff**

Resumo: Ao analisar a política externa de um país faz-se necessário observar não só seu comportamento em relação a outros países, mas também a conjuntura interna. O contexto histórico em que o país está inserido reflete também em suas ações internas e externas, tornando mais fácil analisar comparativamente dois momentos de política externa. A transição do Império Russo para o estabelecimento da União Soviética foi turbulenta, e o contexto histórico envolvendo a Primeira Grande Guerra foi essencial para que tal mudança fosse possível. Neste artigo expositivo será feita uma breve análise da conjuntura de política externa do território russo/soviético, desde 1870 ao fim do Império Russo, chegando ao estabelecimento da União Soviética consequente da Revolução Russa, delineando os principais pontos dessa transição.

Palavras-chave: Império Russo; Revolução Russa; Política Externa.

Abstract: When analyzing a country's foreign policy it is necessary not only to observe its behaviour in relation to other countries, but also its internal situation. The historical context in which the country is inserted also reflects in its internal and external actions, making it easier to comparatively analyze two moments of foreign policy. The transition of the Russian Empire to the establishment of the Soviet Union was turbulent, and the historical context involving the First Great War was essential to make these changes possible. In this expository article will be made a brief analysis of the foreign policy's conjuncture of the russian/soviet territory, since 1870 to the Russian Empire, getting to the establishment of the Soviet Union consequent of the Russian Revolution, outlining the main points of this transition.

Keywords: Russian Empire; Russian Revolution; Foreign Policy.

* Graduada em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense; annaivanoff@id.uff.br

Introdução

A política externa de um país depende de variados fatores de ordem externa e interna. Ao analisar as diretrizes de um país frente ao Sistema Internacional, seja de maneira bilateral ou multilateral, é impossível ignorar a conjuntura histórica em que as ações se inserem. Assim, é possível afirmar que:

Múltiplos fatores moldam a política externa. Alguns são internos, tais como o governo e as elites políticas, a cultura, economia, geografia e demografia de um país. Outros são externos, tais como ameaças estrangeiras, vácuos políticos, e mudanças na balança de poder. Esses diferentes fatores estão sempre mudando em substância e peso, tornando assim impossível encontrar uma fórmula ou modelo para explicar ou prever a política externa. Em resumo, a política externa, como toda política, é dinâmica. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.3, tradução minha).

Um dos marcos do século XIX foi a Revolução Industrial e sua expansão na Europa. Os países do continente europeu ampliavam-se cada vez mais e acumulavam capital, aumentando suas respectivas zonas de influência e ganhando poder substancialmente à medida que cresciam economicamente. Além disso, o estabelecimento de Estados nacionais corroborou para que surgisse um fenômeno muito importante à história, e também ao contexto de derrocada do Império Russo: o Imperialismo. Foi um fenômeno fortemente ligado aos interesses econômicos dos países que buscavam expandir-se:

A expansão como objetivo permanente e supremo da política é a ideia central do imperialismo. Não implica a pilhagem temporária nem a assimilação duradoura, características da conquista. Parecia um conceito inteiramente novo na longa história do pensamento e ação políticos, embora na realidade não fosse um conceito político, mas econômico, já que a expansão visa ao permanente crescimento da produção industrial e das transações comerciais, alvos supremos do século XIX. (ARENDETT, 1967, p.122)

As políticas interna e externa da Rússia tsarista

A política externa russa, em uma lógica histórica de construção do Império Russo até seu colapso, é delineada a partir de 1462, com Ivan III (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.19). O avanço da expansão russa ganhou mais força em alguns períodos específicos: o início da conquista da Sibéria com Ivan, o Terrível; a anexação da parte oriental da Ucrânia com Mikhail Romanov I; a transformação do Império Russo em uma potência relevante no Sistema Internacional e a tentativa de ocidentalização da Rússia com Pedro, o Grande; e a anexação da Lituânia, Ucrânia Ocidental e Belarus com Catarina, a Grande. Tais ações colocaram os russos no mesmo nível das potências do continente europeu. É importante ressaltar a importância da passagem do Mar Negro para o Mediterrâneo, que foi disputada com os turcos ao longo da história e que foi uma das pautas da política externa russa durante muito tempo.

A partir do século XIX, com a expansão massiva da Revolução Industrial, o Império Russo voltaria a ficar para trás em relação ao resto da Europa. Enquanto seus vizinhos e principais potências avançavam em termos de tecnologia, modelos de governo e economia, a *intelligentsia* russa discutia mudanças internas que deveriam ser feitas, dividindo-se em dois grupos principais: os que acreditavam que a Rússia deveria imitar o Ocidente, e os que acreditavam que a Rússia deveria buscar suas raízes eslavas, submetendo-se ao catolicismo ortodoxo e às verdadeiras tradições russas. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.24).

Um acontecimento importante deu-se no governo de Alexander II, que após o fracasso na Guerra da Criméia em 1856, resultando no Tratado de Paris (acordo que basicamente retirava o direito russo de ter bases militares no Mar Negro e devolvia territórios ao Império Otomano), instaurou algumas reformas em 1861 no sentido de acalmar o debate que fazia com que surgissem ideias radicais de ambos os grupos. Foram feitas reformas financeiras, educacionais, judiciais e administrativas, além de uma redução na censura; também nessa época aconteceu a expansão ferroviária e industrial em um ritmo acelerado, com financiamento estatal, e os servos foram emancipados (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.24). O governo tsarista continuou rígido e sem participação popular, e algumas campanhas militares foram estabelecidas na fronteira asiática do território russo com a justificativa de defesa, fatos que alimentaram a discórdia dentro do Império entre os movimentos que buscavam delinear um pensamento dominante. De fato, os russos conseguiram garantir uma quantidade significativa de territórios na época, como demonstrado na Figura 1. O tsar iniciou a busca por retomar o status de grande potência no Sistema Internacional, ao mesmo tempo em que tentava manter a ordem interna.



Figura 1 - A expansão da Rússia Fonte: KORYAKOV, Yuri. Growth of Russia, 1613-1914. Trabalho próprio, publicação online.¹

1 KORYAKOV, Yuri. GROWTH OF RUSSIA 1613–1914. Disponível em: <<https://commons.wiki->

Nos anos 70 do século XIX, as tensões com a Turquia e os Balcãs foram retomadas. Como já explicitado anteriormente, a questão do Mar Negro era de suma importância para os russos, e quando o tsar viu uma oportunidade de rever o Tratado de Paris, o fez. Assim sendo, foi reconhecido o direito da Rússia manter forças navais no Mar Negro junto à Turquia. O discurso pan-eslavista ganhava cada vez mais força, especialmente devido a conflitos com os turcos na Bulgária, Bósnia-Herzegovina e Sérvia. A Rússia assumiu um papel de defensor dos eslavos, unindo essa representação a uma imagem de um Império Católico Ortodoxo, ou seja, transferiu o discurso pan-eslavista para sua política externa. Em 1877, a Rússia declarou guerra à Turquia, por consequência da aliança com os países bálticos que estavam em conflito com os turcos, e em 1878 assinou o Tratado de Santo Estêvão, selando a paz entre os países envolvidos no conflito. O Tratado incomodou outras potências europeias, fazendo com que alguns termos fossem modificados. De qualquer maneira, Sérvia e Montenegro, Romênia e Bulgária foram declaradas independentes, cada país com suas devidas condições e divisão de territórios.

A Rússia, então, passou a ser vista com outros olhos pelas potências europeias, especialmente pela Alemanha. Após a Guerra Franco-Prussiana, que durou até 1871, o Império Alemão estava consolidando-se e buscava não ficar isolado. A oportunidade de constituir uma aliança com o Império Russo surge, evitando que possíveis inimigos (incluindo a França) se aliassem à Rússia antes. Sabendo dos interesses russos no Mar Negro, Bismarck aproveita-se desse fato para consolidar a aliança com o Império Russo junto ao Império Austro-Húngaro (Liga dos Três Imperadores): declarar-se-ia guerra à Turquia caso os turcos violassem o direito russo no Mar Negro. No entanto, o Tratado secreto entre os três países durou apenas até 1887, pois o tsar não estava contente com a política austríaca nos Balcãs. Isso deu abertura para a Alemanha propor à Rússia um novo tratado secreto (Tratado de Resseguro), garantindo a neutralidade caso uma das potências se envolvesse em uma guerra, a não ser que fosse a Alemanha contra a França, ou a Rússia contra a Áustria-Hungria, além de fortalecer outros interesses regionais russos (inclusive, mantendo sua proposta inicial de colaborar com a manutenção da entrada ao Mar Negro). No entanto, com a ascensão de Guilherme II ao poder na Alemanha, o Tratado não foi renovado com os russos, consequentemente levando ao fim do isolamento francês com a aliança franco-russa, iniciada em 1891 e consolidada no final de 1893.

Uma convenção militar secreta foi estabelecida entre França e Rússia, garantindo apoio russo caso ocorresse um ataque à França pela Alemanha ou pela Itália (apoiada pela Alemanha), e o apoio francês caso ocorresse um ataque à Rússia pela Alemanha ou pela Áustria (apoiada pela Alemanha). Além disso, ambos se mobilizariam caso a Tríplice Aliança (Itália, Alemanha e Áustria) ou qualquer um de seus membros se mobilizassem. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.27) É importante lembrar que o território russo estendia-se, então, de leste a oeste, fazendo fronteira com diversos países, ou seja, era preciso ter uma estratégia de proteção de fronteira, mobilidade interna etc, e a extensão territorial aliada ao atraso do desenvolvimento russo tornava-se um entrave nessa questão.

media.org/wiki/File:Growth_of_Russia_1613-1914.png. Acesso em: 19 maio 2017.

Uma figura importante à diplomacia russa atuava na época: o Conde Sergei Witte, ministro das finanças. Foi decidido, em 1891, que seria construída uma malha ferroviária de Moscou a Vladivostok, mas ainda não cobria suficientemente os interesses comerciais e estratégicos russos, conquistar algum porto na região asiática (na Coréia ou na Península de Liaotung) mostrava-se necessário aos russos. Os japoneses, ao perceberem as intenções russas na região, temem perder espaço no mercado chinês, e em 1894 declaram guerra à China, tomando algumas ilhas e a Península de Liaotung. Isso feriu diretamente os interesses da Rússia, que solicitaram ajuda da Alemanha e da França para pressionar o Japão. A dominação japonesa na Península, além de tomar uma região estratégica, ameaçava a integridade territorial chinesa. Então, em 1896, a China aceita aliar-se à Rússia: os chineses permitiram a construção da ferrovia passando pela Manchúria em troca de proteção, acordando esses termos com duração de quinze anos. A China, pouco tempo depois, garantiu à Rússia por vinte e cinco anos a concessão da Península de Liaotung, preocupando os japoneses, que buscaram de diversas formas reverter a situação de maneira diplomática, oferecendo acordos, que foram recusados pelos russos (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.28).

O início do século XX: A Queda Do Império e a Chegada Da Revolução

Inicia-se um novo momento na política externa europeia, são os primeiros sinais de que as políticas expansionistas imperialistas estão surtindo efeito, especialmente após a consolidação de novos Impérios e a queda de Impérios antigos (entre eles, o Império Russo). A política externa russa, até então, foi constituída na intenção afirmar o Império Russo como potência em meio às potências europeias, em um contexto interno econômico completamente defasado em relação aos outros países. O principal problema para a Rússia foi acompanhar o resto do mundo: enquanto os russos ainda viviam numa estrutura feudal arcaica, o capitalismo avançava rapidamente. Tornava-se impossível conciliar o desejo do Imperador russo de tornar-se uma potência com a sua estrutura interna defasada, era preciso estar no mesmo ritmo das outras potências para alcançar tal status.

Já no início do século XX era notável o descontentamento interno na Rússia. Após a saída do Conde Witte, em seu lugar entrou V.K. Plehve, que sugeria uma política mais agressiva, usada justamente na guerra que viria a seguir visando acalmar os ânimos internos. Em 1904, o Japão ataca de surpresa o Porto Arthur, dando início à Guerra Sino-Russa. Apesar de confiante, o Império Russo demonstrou-se despreparado para o conflito, aumentando o descontentamento interno devido à vergonhosa derrota que sofreu. Em 1905, mediado por Roosevelt, Rússia e Japão chegaram a um acordo, claramente favorável ao Japão, e que teve respaldo em uma convenção assinada entre os países dois anos depois, envolvendo os interesses dos países na Manchúria, Coréia e Mongólia. O tsar já estava fragilizado politicamente e recusava-se a atender as demandas do movimento revolucionário, que ganhava cada vez mais força no início do século. Apesar de fazer algumas concessões, como o Manifesto de Outubro, o caos já se instaurava no território russo, e em 1905, houve uma tentativa de derubada do tsar, que falhou.

Em 1906, foram lançadas as Leis Fundamentais, garantindo a execução das promessas feitas no Manifesto de Outubro. Basicamente, o governo continuava autocrata, mas com uma configuração parlamentar diferente, que dividia-se em Conselho do Estado (representantes da Igreja e da Nobreza, além de personalidades indicadas por compadrio) e Duma de Estado (representantes eleitos, claramente com um processo de eleição favorável à dominância dos conservadores a favor do tsar). Apesar da concessão, quem nomeava os ministros e poderia declarar guerra ou paz, ainda era a Coroa. Por mais que o tsar tentasse evitar a qualquer custo que a predominância de cargos no Parlamento fosse dos opositores, essa ideia tornava-se cada vez mais distante da realidade, e na eleição a oposição garantiu a maioria das cadeiras. O cenário era de caos e confronto o tempo todo, até que em julho de 1906, Nicolau II decidiu dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. (PIPES, 2008, p.63) O plano do tsar fracassou, e a Duma seguinte era ainda mais radical. Pouco tempo depois, já em 1907, Nicolau II dissolve novamente o Parlamento, chegando à Terceira Duma, a única que cumpriu os cinco anos de mandato.

Piotr Stolípín foi um elemento importante no Império Russo, através de suas ações no governo (de governador de província a ministro das relações exteriores) conseguiu assegurar um crescimento econômico na Rússia e evitar por um bom tempo que a Revolução eclodisse, especialmente através de suas ações na Duma. Pouco antes de sua morte em 1911, entrou em desacordo com o tsar e deu fim a um período de relativa estabilidade. A inabilidade para o governo de Nicolau II somada à crescente insatisfação interna e ao contexto político externo foram suficientes para que a Revolução Russa se aproximasse.

Fragilizado por não conseguir acompanhar o restante do continente europeu, o Império Russo estava muito aquém das potências europeias, principalmente no que refere-se a desenvolvimento, economia e tecnologia. Enquanto a indústria avançava tecnologicamente mundo afora, os russos ainda estavam vivendo em um mundo feudal com indústrias defasadas, sua economia caminhava a passos lentos e, com isso, tornava-se cada vez mais tentador aos países que tentavam expandir-se invadir o território russo. Além disso, a enorme extensão do Império Russo trazia muitas dificuldades, especialmente com os povos não russos que haviam sido colonizados. Apesar de conceder certa liberdade a esses povos, políticas de imposição de costumes russos e religião ortodoxa ainda eram incentivadas pelo tsar, demonstrando a dificuldade de adaptação do Império Russo à modernidade. (BRITES, 2012, p.22) Tornava-se cada vez mais difícil manter a ordem interna, visto que:

[...] após 1881, quando o governo adotou um conjunto de políticas mais estridentemente antinacionais e anti-semitas que ameaçavam uma homogeneização cultural forçada, etnias como a dos armênios, que tinham sido russófilas, tornaram-se hostis ao regime czarista. (SUNY, 1998, p.38)

O cenário nos Balcãs parecia estável quando a Rússia iniciou sua campanha na Ásia, e apesar das tensões da Rússia com a Áustria-Hungria, os governos buscavam negociar um acordo, que foi minado pelas tensões com os eslavos na região austríaca e pela anexação da Bósnia-Herzegovina pelo Império Austro-Húngaro. Essas ações, seguidas de várias outras

no sentido de impor a Áustria-Hungria como potência na região, despertariam um conflito nos Balcãs e, posteriormente, a Primeira Grande Guerra. A Rússia envolveu-se na Guerra, apesar das dificuldades internas que enfrentava. No entanto, a atitude russa acusa um grave erro de cálculo estratégico:

Pesquisas nos arquivos russos após o colapso da União Soviética revelam que a diplomacia e estratégia militar russa contribuiu mais ativamente para a eclosão da Primeira Guerra Mundial do que até então havia sido reconhecido pelos estudiosos. Sob a orientação de Sergei Sazonov, ministro das relações exteriores da Rússia (apoiado pelo tsar Nicolau II), a Rússia antecipou o colapso do Império Otomano e deliberadamente arriscou a guerra com a Alemanha, a fim de incorporar Constantinopla e os estreitos de Dardanelos e Bósforo ao Império Russo. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.29, tradução minha)

A situação do tsar complicava-se, especialmente com o envolvimento russo na Primeira Grande Guerra, que evidenciou o atraso do país em relação aos outros países envolvidos no conflito. O Império Russo, com a maioria da população camponesa e com uma estrutura defasada nos moldes feudais, não possuía o mesmo nível militar em termos de treinamento e equipamento comparado aos outros países, apesar de ter conseguido atingir um crescimento econômico e populacional razoável na transição do século XIX para o século XX. Além do número de mortes elevadas pelos motivos anteriormente citados, morria-se também de fome, demonstrando o despreparo interno para lidar com a guerra. A Rússia também acumulava uma dívida externa enorme, e cada vez mais insatisfeitos, os russos pediam a retirada de seu país da guerra, pressionando o tsar e fortalecendo movimentos de oposição que surgiam ao longo do tempo.

Agravando as circunstâncias, conflitos ocorriam em diversas localidades: disputa com a Inglaterra por regiões estratégicas do Império Otomano e da Ásia Central, além de disputas no extremo oriente do Japão que resultaram na perda de territórios, aprofundando a crise. A ascensão do Imperialismo fez com que o território russo fosse visto com outros olhos, por suas riquezas e grande extensão; a fragilidade política e econômica aumentavam a tentação de invadir e anexar partes do Império Russo, visto que, dadas as condições daquele período, era um alvo fácil. Além disso, a campanha russa na Primeira Grande Guerra evidenciou a fragilidade do Império frente às circunstâncias que enfrentava.

As condições internas e externas para a Revolução estavam nítidas para os opositores do tsarismo: não era possível esperar mais para que outras oportunidades surgissem. Em fevereiro de 1917, a primeira tentativa que respaldou profundamente no destino da Rússia aconteceu, e assim, foi instaurado um governo provisório, que foi derrubado pelos bolcheviques em outubro do mesmo ano. A partir de então, o mundo observava a queda de mais um Império, com a ressalva de que estava transformando-se em algo inédito. Devido à situação russa, era difícil prever qual seria o destino para a própria Rússia e para as Relações Internacionais.

A Revolução Russa, a guerra civil e o estabelecimento da União Soviética

Dadas as condições, a Revolução eclodiu em 1917, acabando de vez com o tsarismo na Rússia. Não caberá a este artigo definir as diretrizes internas mais profundas do governo soviético, a fim de focar com maior precisão no posicionamento externo da União Soviética. Após disputas de poder internas acontecerem, os bolcheviques chegaram ao poder em outubro com a liderança de Lênin. Os objetivos centrais iniciais eram: divisão de terra aos camponeses, obtenção da paz e todo o poder aos soviets. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI; 2014, p.39) O elemento que chama a atenção é o da busca pela paz, que guiaria a política externa da União Soviética e, posteriormente, desenvolvida diplomaticamente como a orientação de política externa da coexistência pacífica, em que sistemas de Estados diferentes poderiam conviver em um Sistema Internacional. (BRITES, 2012, p.9) A Rússia perdia recursos, população e corria o risco de perder territórios com a Guerra, não havia condições de continuar um conflito com a desordem interna deixada de herança pelo tsar.

Ainda em 1917, foi lançado o Decreto para a Paz, que dizia ser “...necessária a constituição de uma ‘paz imediata, sem anexações e sem contribuições.’” (LENIN, 2004, vol. II, p.396 *apud* BRITES, 2012, p.23) Visto que uma das condições para que a Revolução Russa acontecesse foi o descontentamento com a participação russa na Primeira Grande Guerra, era essencial que o governo priorizasse a busca pela paz e a saída definitiva da Rússia do conflito para conseguir dar continuidade aos planos revolucionários. Inicialmente, a política internacional revolucionária russa foi em um sentido de divulgação dos ideais que estavam sendo proliferados internamente, para que as condições se tornassem favoráveis a uma expansão da revolução a nível mundial, sendo os proletários do mundo o principal foco a ser influenciado. O Decreto para a Paz foi enviado ao Ocidente, para os países envolvidos na guerra, sob a expectativa de obter algum respaldo, no entanto, não houve resposta.

Em dezembro de 1917 foram iniciadas as negociações para a paz e a saída da Rússia do conflito, e em março de 1918 foi assinado o Tratado de Brest-Litovski entre o governo bolchevique, o Império Alemão, o Império Austro-Húngaro, a Bulgária e o Império Otomano. Apesar da guerra ter tornado-se impopular entre os russos devido às enormes perdas humanas, o tratado não foi tão bem visto como se esperava: a Rússia abria mão da Finlândia, dos Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), da Polônia, Bielorrússia, Ucrânia, dos distritos turcos de Ardahan e Kars, e do distrito georgiano de Batumi. Os territórios contemplavam um terço da população russa, um terço da terra agricultável, metade da indústria e a maior parte das minas de carvão. Antes do fim da Guerra, ficaram sob tutela de reis e duques como parte do Império Alemão, mas com o fim da Guerra em 1918 a Finlândia, a Lituânia, a Letônia, a Estônia e a Polônia tornaram-se independentes, mas a Ucrânia e a Bielorrússia acabaram envolvendo-se na Guerra Civil Russa e foram incorporadas à União Soviética.

Após o decorrer dos fatos durante a saída da Rússia do conflito, deu-se início ao pensamento do “socialismo em um único país”, em que acreditava-se ser possível construir o Socialismo mesmo sem a ajuda do proletariado europeu. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.49) O episódio mostrou o quão instável ainda era o regime que acabava de ser instaurado e o quão mutável poderia ser. Agravando a situação, a Guerra

Civil Russa estava se iniciando, levando a possibilidade de estabilidade para longe do alcance do governo soviético. Ademais, as atitudes bolcheviques teriam desagradado as partes envolvidas na Primeira Grande Guerra, levando os países vencedores a sentirem-se ameaçados, fazendo com que se envolvessem diretamente na Guerra Civil Russa ao lado do Exército Branco (contrarrevolucionários) contra o Exército Vermelho (revolucionários).

Enquanto o embate interno estava se iniciando, na Alemanha o líder comunista de uma tentativa de revolução proletária foi assassinado, aumentando ainda mais as animosidades. Em 1920, após a Polônia invadir a Ucrânia em busca de territórios, a Rússia iniciou um conflito contra os poloneses. Apesar de inicialmente avançar e conseguir vitórias, os russos perderam, resultando no Tratado de Riga em 1921, cedendo parte da Bielorrússia e Ucrânia à Polônia. Apesar de todas as probabilidades apontarem o contrário, os bolcheviques conseguiram manter-se no poder e vencer a Guerra Civil ao final de 1921. (DONALDSON; NOGEE; NADKARNI, 2014, p.50) Isso não quis dizer, no entanto, que o saldo teria sido positivo: ainda havia fome, o país estava devastado em decorrência do conflito civil, a economia prejudicada e crescia o isolamento soviético no Sistema Internacional.

Em dezembro de 1922, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O maior desafio era conseguir fazer com que a União Soviética voltasse a crescer, dizimando os problemas sem afetar a estrutura política interna construída pelos bolcheviques. Como conciliar as ideias da Internacional Comunista ligadas a Lênin com o mundo capitalista que cercava a realidade russa? A ideia inicial do líder bolchevique era implementar a Nova Política Econômica, um plano de ações que teria sido mais voltada para dentro do país a fim de estabilizar a situação caótica em que a Rússia se encontrava. Apesar de funcionar inicialmente, a NEP entraria em colapso pouco tempo depois, agravada pela morte de Lenin em 1924. Então, houve uma disputa pelo poder entre Trotski e Stalin, resultando na vitória do último e no assassinato do primeiro anos depois.

Conclusão

A política externa tsarista, assim como muitos países que buscavam manter ou adquirir status de potência, teve características expansionistas, com seus pontos altos e baixos. No entanto, pode-se encaixar como uma experiência peculiar devido a seu contexto interno, e a sua derrocada pode ser associada diretamente ao contexto externo, especialmente após a eclosão da Primeira Grande Guerra.

A Revolução Russa trouxe mudanças internas radicais, e na política externa não poderia ser diferente. O Tratado de Brest-Litovsk foi um marco para a consolidação do novo regime, ao acabar com a participação russa no conflito, garantiu maior legitimidade aos bolcheviques, mesmo que, em seguida, tenha eclodido uma guerra civil no território russo. A inusitada situação em que a Rússia se encontrava preocupou o resto do mundo que disputava um protagonismo no Sistema Internacional, fazendo com que interferissem diretamente no conflito interno do país.

Após a consolidação inicial da União Soviética, nota-se que as preocupações com o desenvolvimento soviético estavam fortemente associadas ao contexto externo. Afetada pela fome, destruída pelas guerras que enfrentara e isolada politicamente, a URSS buscou conservar seus ideais: a princípio tentou levá-los a todo o proletariado europeu, e ao não obter o respaldo desejado, voltou-se para o cenário interno.

Portanto, a estratégia da política externa russa sofreu um rompimento com a Revolução Russa: enquanto no Império (por mais que houvesse algum momento voltado a uma política pan-eslavista) procurava um status equivalente ao das potências europeias, com a transição para a União Soviética, a ideia passa a ser de conseguir construir uma nova ordem mundial que contemple as ideias revolucionárias, bem diferentes do Sistema Internacional então vigente. Consequentemente, a mudança que ocorreu no cenário político interno não pode ser ignorada, tendo em vista que foi de suma importância para a inserção russa no cenário internacional em suas diferentes épocas.

Referências Bibliográficas

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L.; NADKARNI, Vidya. **The foreign policy of Russia: changing systems, enduring interests**. New York: Taylor and Francis, 2014.

BRITES, Alessandra Scangarelli. **A política externa soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917 - 1985)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

SUNY, Ronald Grigor. **Ascensão e queda da União Soviética: o Império de nações**. Lua Nova, São Paulo, n. 75, p. 77-98, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300005&lng=%20n&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2017.

SUNY, Ronald Grigor. **A Revolução de Outubro e o problema das nacionalidades**. Estud. av., São Paulo, v. 12, n. 32, p. 37-56, abr. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2017.

ARENDT, Hannah. “A emancipação política da burguesia”, em **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIPES, Richard. **História concisa da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

O ESMAECER DA REVOLUÇÃO INTERNACIONAL NO PERÍODO LENIN: INVESTIGAÇÃO SOBRE A MARGINALIZAÇÃO DA IDEIA DE “REVOLUÇÃO INTERNACIONAL” DURANTE O PERÍODO DE LENIN NO CENTRO DE DECISÕES DO CONSELHO DE COMISSARIADO DO POVO.

THE INTERNATIONAL REVOLUTION FADING UNDER LENIN’S COMMAND: HOW THE “INTERNATIONAL REVOLUTION” IDEA SUFFERS MARGINALIZATION IN THE PERIOD OF LENIN’S AUTHORITY.

*Bruno Gonçalves Dias**

Resumo: A tese defendida nesse artigo busca reconstruir uma série cronológica de três eventos que revelam o processo marginalização da ideia de “revolução internacional”. Esses eventos seriam: (1) o período posterior a Revolução de Outubro (1917); (2) o período anterior a assinatura do acordo Brest-Litovsk (1918); e (3) o momento posterior ao revés sofrido na Polônia (1920). Esses eventos marcariam o nascimento e a desabilitação das duas hipóteses práticas que a ideia de “revolução internacional” assumiu no período (de outubro 1917 até agosto de 1920): a hipótese de “revolução iminente” e a de “guerra revolucionária”. Procura-se demonstrar que outra linha de ação se desenvolveu depois da derrocada na Polônia, linha essa que mantinha a ideia de “revolução internacional” na periferia.

Palavras-Chave: Revolução Internacional; Levante Socialista; Lenin; Revolução de Outubro; Brest-Litovsk; Guerra Polaco-Soviética.

Abstract: This article aims to reconstruct a chronological series of events in order to show the process of marginalization of the “international revolution” idea in the soviet regime’s hard-nucleus. The events are: (1) the beginning of the October Revolution’s regime (1917); the moment before the signature of Brest-Litovsk treaty (1918); and (3) the moments after the defeat in Poland (1920). These events represent the rise and fall of the follow thesis: first, the hypothesis of the “imminent revolution” and, second, the “revolutionary war” hypothesis’. The target is to demonstrate how another line of action born after the defeat in Poland, and how this new line excludes the “international revolution” idea.

Keywords: International Revolution; European Socialist Levant; October Revolution; Brest-Litovsk; Polish-Soviet War.

* Graduando em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense; dias.bruno@hotmail.com.br

Introdução

O presente artigo se coloca de frente a um fenômeno: a marginalização da ideia de “revolução internacional” nas prioridades da linha de ação do núcleo do regime soviético, com ênfase na figura de Lenin. A tese defende que do início da Revolução de Outubro (1917) até a derrocada na Batalha de Varsóvia (agosto de 1920) Lenin e o seu círculo próximo no comando dos Bolcheviques foram demovidos da posição de entusiastas da “revolução internacional” para céticos da sua possibilidade a curto prazo, a razão desse movimento reside na queda de duas hipóteses: primeiro a da “revolução iminente”, e depois a da “guerra revolucionária”. O surgimento e a desabilitação dessas teses acontecem em três momentos: (1) no período após a Revolução de Outubro; (2) no momento anterior a assinatura do tratado de Brest-Litovsk com as Potências Centrais; e no período posterior a derrocada na Polônia, em agosto de 1920. Esses três eventos serviram como marcos cronológicos do desenvolvimento da tese. Na conclusão serão apontados alguns desdobramentos da marginalização da ideia de “revolução internacional” no âmbito de ação do Conselho do Comissariado do Povo, o órgão de máxima de autoridade do regime soviético. A ênfase na figura de Lenin tem raiz no papel central que ele desempenhou tanto na tomada quanto na formulação das decisões relevantes ao tema.

Como a “revolução internacional” não ocorreu, da forma que pensava e planejava o regime soviético na época, isso é, não se constituiu de fato, surge a dúvida: onde buscar evidências dessa ideia? O presente artigo responde a essa questão buscando a posição de dois autores estudiosos da história do regime soviético, Edward H. Carr e Robert Service, mais especificamente em duas de suas obras: *The Russian Revolution* (1979) e *Lenin: a biography* (edição de 2008). Nos textos citados se procura onde se apresentou essa ideia e como ela se desenvolveu. Alguns escritos de Lenin são referenciados de maneira complementar.

Outubro de 1917

Em fevereiro de 1917, por pressão de revolução, o Czar renúncia e um governo provisório assume o poder. Nos meses seguintes até Outubro, os Bolcheviques, uma facção do Partido Social-Democrata Operário Russo, emergiram num intenso debate sobre a sua relação com o governo provisório. De um lado, líderes como Stalin e Kamenev, defendiam que a Revolução de Fevereiro era uma Revolução Burguesa e constituía uma etapa necessária para Revolução Socialista futura, nessa linha se esperava uma cooperação com o governo provisório. Do outro lado, Lenin defendia que os acontecimentos de fevereiro representavam a primeira etapa de uma revolução em curso: depois da tomada do poder pela burguesia viria ascensão dos trabalhadores e camponeses. A linha de ação de Lenin era de antagonismo com o Governo Provisório e pregava a preparação para tomada do poder. Lenin estava isolado num primeiro momento, mas com o passar dos meses logrou persuadir o partido e vencer o debate.

A tomada do poder se daria através de um golpe. O golpe foi iniciado no dia 24 de outubro, visando coincidir com o Segundo Congresso dos Deputados dos Sovietes, marcado

para o dia 25. Nesse congresso uma maioria bolchevique, previamente articulada, legitimaria o novo governo. Houve poucos contratempos e dificuldades, as 9 horas da noite de 26 de outubro já havia sido decidido que Lenin seria o chefe do novo governo e o homem forte do Conselho do Comissariado do Povo (SERVICE, 2008, posição 6227)¹.

Robert Service retrata o ânimo dos revolucionários logo após o golpe, prevalecia entre eles a convicção que o exemplo russo iria ser seguido em questão de horas pelas classes trabalhadoras europeias. Se não em horas, em dias. E em caso extraordinário, em meses (SERVICE, 2008, posição 6248)². No “Decreto sobre a Paz”, responsável por iniciar a saída dos russos da guerra, Lenin faz um longo cortejo aos trabalhadores europeus e termina dizendo que o movimento dos trabalhadores triunfará pavimentando o caminho para a paz e o socialismo (LENIN, 1917)³. O entusiasmo estava instalado.

A ideia que a “revolução internacional” assumira caráter de “revolução iminente” era baseado em dois pilares: (1) acreditava-se que a “fadiga social” produzida pela Grande Guerra aumentaria as fileiras da revolução (CARR, 1979)⁴; (2) era impreterível acreditar nesse caráter iminente, porque os bolcheviques não contavam em sobreviver sem o “levante socialista europeu”(CARR,1979)⁵. Nos primeiros momentos pós-Outubro de 1917 nasce em Lenin e o no seu círculo próximo (com exceção de Stalin) a hipótese da “revolução iminente”.

Os momentos antes de Brest-Litovsk

O tom otimista do “Decreto de Paz”, apresentado 26 de outubro, que clamava por uma paz sem anexações nem indenizações não era o que as Potências Centrais tinham em mente. O novo governo estava sendo pressionado a assinar uma “paz separada” para retirar-se do front.

Os Bolcheviques emergem em mais um debate e novamente Lenin estava isolado. A maioria do partido era expressamente contrária a assinar uma “paz separada” com as Potências Centrais, eles defendiam o prolongamento indefinido das negociações, e em último caso eram a favor de iniciar uma “guerra revolucionária” que seria o gatilho do “levante socialista” ao menos na Alemanha. Lenin defendia não só a assinatura da “paz separada”, mas também entendia que deveriam agarrar o primeiro acordo oferecido pelas Potências Centrais evitando que o tempo tornasse suas exigências mais duras. A tática adotada pelo Comissário de Assuntos Estrangeiros, Leon Trotski, foi a de prolongar as negociações indefinidamente.

Trotski conduzia as negociações com a convicção que a qualquer momento a “revolução iminente” estouraria na Europa (SERVICE, 2008)⁶. A tática vinha sendo aplicada com confiança, até que em 7 de janeiro de 1918 as Potências Centrais apresentaram um ultimato, Lenin desejava um acordo imediato, porém a tática Trotski sob o lema “nem paz, nem guerra” ganhou o Comitê Central novamente.

1 SERVICE, 2008, posição 6227

2 SERVICE, 2008, posição 6248

3 <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26b.htm>>

4 CARR, 1979, pp 15

5 CARR, 1979, pp 8

6 SERVICE, 2008, posição 6654

Lenin se mostrava abertamente contrário a essa política, sua visão poderia ser sintetizada por uma metáfora presente num dos seus discursos, segundo ele: a Alemanha estava apenas grávida da revolução, mas um bebê perfeitamente saudável nasceu para eles, a república socialista, rejeitar o acordo significava assassinar o bebê (SERVICE, 2008)⁷.

A tática de Trotski não dava frutos e outro ultimato foi apresentado no dia 10 de fevereiro: as Potências Centrais ameaçavam uma invasão no dia 18 do mesmo mês, caso o acordo não fosse alcançado. Lenin e os demais camaradas estavam aflitos, Lenin se manteve firme a suas convicções e disse que caso fosse contrariado se demitiria do Comitê Central e promoveria uma campanha a favor do acordo. Na reunião do dia 18 de fevereiro, último dia do ultimato, a visão de Lenin prevaleceu por 7 votos a favor, 4 contra e 4 abstenções, no Comitê Central Bolchevique (SERVICE, 2008)⁸. O tratado de Brest-Litovsk foi assinado em 3 de Março de 1918.

O Brest-Litovsk significou a desabilitação da “revolução iminente”, nem Lenin e nem a oposição sustentavam mais esse, suposto, caráter iminente. Agora os partidários da “revolução internacional” defendiam que ela deveria ser desencadeada por uma “guerra revolucionária”, a ideia da “revolução internacional” ganha uma nova hipótese. Embora a possibilidade da “guerra revolucionária” nesse momento tenha sido derrotada sob a liderança de Lenin, era uma posição conjuntural de Lenin, suas convicções internacionalistas seguiam firmes (SERVICE, 2008)⁹.

As consequências da derrota na Polônia

Desde dos seus primeiros dias o governo soviético travava uma luta diária pela sobrevivência. Depois da tensa negociação com as Potências Centrais, a Guerra Civil foi a ameaça mais séria até 1920. Para lutar contra as forças de Kolchak, Denikin e Yudenich (os principais nomes dos Brancos, contra-revolucionários) foi necessário organizar e fortalecer o Exército Vermelho, tarefa executada de forma excepcional por Trotski (CARR, 1979)¹⁰. Em dezembro de 1919 o Exército Vermelho já tinha vencido as principais batalhas e controlava as principais cidades (Moscou, São Petersburgo e Kiev).

Porém uma nova ameaça militar intimidava o regime em abril de 1920: era a invasão da Ucrânia pelas forças polonesas de Józef Piłsudski. A motivação da invasão estava na crença do comandante-em-chefe polonês de que anexar a Ucrânia era a chave para segurança da Polônia (SERVICE, 2008)¹¹. O avanço polonês chegou em Kiev dia 7 de maio. A contra-ofensiva do Exército Vermelho veio rápida, no início de agosto eles já haviam recuperado Kiev e estavam na fronteira da Polônia. Naquele momento uma decisão tinha de ser tomada: manter o Exército Vermelho na fronteira da Polônia e impor condições de paz a Piłsudski? Ou continuar o avanço sobre a Polônia até Varsóvia? (CARR, 1979)¹²

Lenin decidiu pelo avanço. A campanha foi um fiasco. Já no meio de Agosto o

7 SERVICE, 2008, posição 6670

8 SERVICE, 2008, posição 6717

9 SERVICE, 2008, posição 6666

10 CARR, 1979, pp 11

11 SERVICE, 2008, posição 7953

12 CARR, 1979, pp 17

exército vermelho sofreu uma derrota decisiva nos arredores do rio Vístula, e foram obrigados a recuar. Sob olhar dos poloneses, não havia grande distinção entre as forças czaristas e os bolcheviques, ambos representavam o invasor russo. As hostilidades entre russos e poloneses terminam, oficialmente, em março de 1921 com a assinatura da Paz de Riga.

A invasão da Polônia se encaixa no marco da reabilitação da hipótese de “guerra revolucionária”, sendo esse ato primeiro ato da tal “guerra” que deveria desencadear o processo revolucionário na Europa. E o revés na guerra polaco-soviética foi também o revés da hipótese de “guerra revolucionária”. Depois disso, até Lenin deixar o poder, a busca da “revolução internacional” não foi reformulada em nenhuma hipótese prática e a consolidação de relações diplomáticas com os países capitalistas foi o gesto final de marginalização da ideia.

Conclusão

Meses depois de assinar a paz com a Polônia, as palavras de Lenin no Terceiro Congresso da Komintern, em Junho de 1921, refletiam o desastre: “Na verdade, entretanto, os eventos não procederam da maneira linear como esperávamos” (LENIN, 1921)¹³¹⁴. Lenin recomendava fortalecimento do Exército Vermelho enquanto “as demais estratégias se adaptavam ao momento atual”.

Essa “adaptação”, em suma, significou o alinhamento da Rússia Soviética com os interesses do antigo Império Russo (CARR, 1979)¹⁵. Um exemplo das diretrizes adotadas após o debacle na Polônia estava nas reações ao “*March Action*”: no 17 de março de 1921, ocorreu uma tentativa, fracassada, de ascender ao poder orquestrada pelo Partido Comunista Alemão, apoiada por Zinoviev e Bukharin (nomes influentes no Partido Comunista Russo) (CARR, 1979; SERVICE, 2008)¹⁶. Lenin se enfureceu ao saber dessa “aventura”, para o regime, nesse momento, era arriscado sacrificar os seus recentes laços com os países capitalista e a precária “coexistência pacífica”. O desenvolvimento dessa “coexistência pacífica” provocou constrangimentos para os “princípios revolucionários” dos soviéticos, exemplo dos acordos assinados com o Império Britânico, Turquia e Alemanha.

O acordo comercial anglo-soviético foi assinado no dia anterior ao “*March Action*”. O acordo exigia dos soviéticos uma desistência explícita de qualquer “atividade subversiva” no Império Britânico.

No caso do acordo com o regime de Kemal (na Turquia), assinado no mesmo dia do acordo comercial anglo-soviético, o constrangimento venho três meses depois quando o líder do, ilegal, Partido Comunista Turco foi assassinado, os soviéticos tinha ainda que lidar com a pública linha de ação anticomunista de Kemal, tudo isso para garantir a Rússia Soviética seus interesses militares no Mar Negro.

Com a Alemanha foi assinado o Tratado de Rapallo (16 de abril de 1922). O tratado

13 tradução do autor

14 <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/jun/12.htm>>

15 CARR, 1979, pp 49

16 CARR, 1979, pp 44; SERVICE, 2008, posição 8339

era um signo de uma nova visão nas relações exteriores soviética: diferentemente de 1917, os soviéticos enxergavam agora matizes nos blocos capitalistas, isso é, alguns países eram mais “inimigos” que outros e critérios fora do eixo “capitalismo-socialismo” (eixo fundamental na narrativa da revolução) norteavam as relações diplomáticas. A “revolução internacional” foi prescrita da linha pragmática do regime.¹⁷

Referências Bibliográficas

CARR, Edward H. **The Russian Revolution**. New York: The Free Press, 1979.

LENIN, V.I. **Report on Peace**. In: *Second All-Russia Congress of Soviets of Workers' and Soldiers' Deputies, 1917*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26b.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

LENIN, V.I. **Thesis For A Report On The Tactics Of The R.C.P. In: Third Congress Of The Communist International**, 1921. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/jun/12.htm>>. Acesso em: 10 maio 2017.

SERVICE, Robert. The October Revolution. **Lenin: A Biography**. Edição eletrônica. London: Pan Books, 2008.

ANEXO I

Linha do tempo

1914 Jul. - Início da Grande Guerra

*1917 Fev.- Derrubada da dinastia Romanov, instauração do Governo Provisório

*1917 Abr. - Teses de Abril de Lênin

*1917 Out. – Tomada do poder pelos Bolcheviques

- Decreto sobre a Paz

1917 Nov. - Início da organização das forças Brancas (principais forças adversárias Guerra Civil)

1918 Mar. - Assinatura do Tratado de Brest-Litosvk (saída da Rússia do conflito)

- Os Bolcheviques se denominam Partido Comunista Russo

1918 Nov. - Fim da Grande Guerra (revogação de Brest-Litovsk)

1919 Jun. - Tratado de Versalhes

1919 Dez. - O Exército Vermelho reconquista Kiev (fim das batalhas mais importantes da Guerra Civil)

1920 Abr. - Começo da ofensiva de Piłsudski sobre a Ucrânia

17 Para aqueles interessados em expandir o tema, uma investigação na agenda de discussões da Terceira Internacional, no mesmo período, seria de grande interesse. Para uma visão mais clara do panorama cronológico ver linha do tempo no ANEXO 1.

1920 Mai. - Tomada de Kiev pelos poloneses

1920 Jul. - Retomada de Kiev pelo Exército Vermelho

1920 Ago. - Invasão e retirada do Exército Vermelho da Polônia

1921 Mar. - Assinatura do tratado comercial com o Império Britânico

-Assinatura de Tratado com a Turquia

-Assinatura da Paz de Riga (Fim da Guerra Polaco-Soviética)

- “March Action” em Berlim

1922 Abr. - Assinatura de Rapallo com a Alemanha

***calendário juliano**

UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE A CRIAÇÃO DO EXÉRCITO VERMELHO

A BRIEF HISTORY OF RED ARMY CREATION

Lucas Gazetta*

A queda do czarismo foi um dos marcos da história mundial, e os acontecimentos na Rússia pós-czarismo viriam a influenciar a política de todo o globo. Isto já não deve ser surpresa, pois Nicholas II, o último czar, governava uma Rússia com uma reputação desgastada no sistema internacional. A humilhação na Guerra da Crimeia (1854-56), a derrota na Guerra Russo-Japonesa e a posterior crise na Bósnia (1908-09) tornavam questionável a eficiência do regime russo (SMELE, 2015). No âmbito interno, além de lidar com os problemas causados pelo sistema internacional, o povo russo assistiu um rápido crescimento industrial em 1909, que trouxe a urbanização juntamente ao crescimento das desigualdades e o surgimento de uma nova classe operária que estava sempre em conflito com a burguesia local e o governo czarista e era sempre violentamente reprimida. A revolta popular gerada pela repressão tornava a revolução cada vez mais iminente até que seu desdobramento levou o país às revoluções de fevereiro e outubro de 1917.

Segundo o historiador Francesco Benvenuti (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2008), a revolução de fevereiro foi responsável por trazer às discussões entre os soldados as preocupações políticas civis. Este movimento levou os soviets a sancionar uma ordem onde se estabelecia a criação de comitês de soldados eleitos e se aboliam práticas da disciplina militar consideradas abusivas ou opressivas, além de deixar à responsabilidade do comitê o controle dos armamentos de cada unidade. O documento gerou conflitos internos entre os Bolcheviques e as autoridades militares e os demais soviets, pois seu cumprimento não foi garantido, o que levava os Bolcheviques a adotar posições mais radicais quanto à interpretação do documento, enquanto os demais procuravam amenizar a deterioração do *ethos* da instituição militar imperial.

No mês seguinte, houve reação por parte das autoridades militares que tentou restabelecer uma hierarquia militar mais rígida. A medida, porém, foi contra posta por outra resolução emitida em abril do mesmo ano, sugerindo mais autonomia aos comitês de solda-

* Graduando em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense

dos. Muitos soviets, entretanto, ainda olhavam com certa desconfiança a democratização do exército, pois temiam uma possível revolta de alguns segmentos militares, possuidores da maior parte do poder bélico. Houve, nesse sentido, uma busca pela reafirmação da superioridade do poder civil.

Após a revolução bolchevique, em outubro de 1917, o exército se viu passar por um grande avanço no processo de democratização, todos seus oficiais com os títulos retirados e sendo instituídas eleições para novos oficiais. Foram ainda introduzidos aos comitês, os comissários, que possuíam a função de fiscalizar os comitês a fim de evitar qualquer movimento contrarrevolucionário.

Entre os Bolcheviques corria o ideal de organização do exército nacional. Este, segundo o que se discutia nos congressos bolcheviques, deveria ser formado por todos os trabalhadores; esperava-se que o armamento fosse mais universalizado e que o exército viesse a ser substituído por um exército formado pela massa de trabalhadores.

Em dezembro de 1917, a ameaça da alemã encurtou o tempo que o governo possuía para pensar sua forma mais adequada de formação da defesa. A ideia da formação de um exército socialista independente junto à preocupante situação nos fronts russos desdobrou-se na convocatória de voluntários, homens e mulheres, para ingressar no exército para defender a nação. O exército voluntário acabou por mostrar-se ineficiente devido à dispersão frente à Alemanha e ao baixo número de ingressantes.

A ideia da formação de um exército socialista estável e treinado profissionalmente tem seu início ainda em dezembro de 1917, quando se observava a efetividade das tropas estrangeiras, que trouxeram diversos problemas aos russos. O partido bolchevique preocupava-se não apenas com as tropas estrangeiras, mas também com as forças contrarrevolucionárias dentro de seu próprio território. A prioridade central do governo bolchevique se tornava a construção de um exército para a defesa do país, baseada no treinamento militar de homens e mulheres. Neste momento considerava-se até mesmo o recrutamento compulsório, e assim o foi adotado em abril de 1918 para adultos entre 18 e 40 anos.

Para os oficiais do antigo exército russo, Leon Trotski designou o papel de treinar o exército vermelho e comandar o controle operacional, pois preferia evitar oposições. Nesse sentido, deu aos novos comissários o papel de representar o partido no exército e fiscalizar o trabalho dos instrutores, antigos oficiais do exército russo, para evitar insurgências. A posição de liderança do comissário não se aplicava a nenhum procedimento militar, sendo esta a responsabilidade dos comandantes militares – também escolhidos pelos comissários –, porém as ordens de tais procedimentos deveriam ter a assinatura de um comissário para ser aprovadas; sendo sua assinatura um atestado de que os procedimentos tomados não iriam de encontro aos interesses do governo.

Curiosamente, a preocupação pela democratização do exército vermelho foi inicialmente deixada de lado. A desconfiança Bolchevique era tamanha, o que os levou até mesmo a incumbir aos comissários responsabilidade e o poder de fechar comitês e organizações de soldados, caso julgassem necessário.

Trotski e os soviéticos estabeleciam o exército vermelho com um ponto de vista profissional, o considerava uma nova fundação do antigo exército, marcado por sua ineficácia

operativa. A preocupação neste momento era estabelecer os direitos e deveres do novo exército, para evitar as dispersões e conflitos causados, em fevereiro de 1917, pela falta de clareza dos documentos.

Outras duas preocupações se estabeleciam nas discussões sobre o exército vermelho, a pureza das forças armadas, que deveriam ser formadas majoritariamente por proletários e o consequente fortalecimento da influência do partido bolchevique. Desta forma, em abril foi sancionada a criação do novo exército fundado na classe com os padrões de relação entre altos e baixos muito similares aos do partido bolchevique. Foram também divididas as autoridades operacional e técnica aos antigos oficiais e a autoridade política e ideológica aos comissários.

A criação do exército vermelho data de 28 de janeiro 1917, formado ainda por bases instáveis baseadas no recrutamento voluntário. Após as medidas de Trostki como o recrutamento voluntário, o uso dos antigos oficiais do czar em busca da profissionalização militar e a preocupação com a formação de um exército baseado na classe proletária, exército vermelho começou a se tornar mais próximo do exército idealizado pelos bolcheviques, inspirados nos exércitos estrangeiros que possuíam um nível muito maior de disciplina e eficiência que contrastavam com a atuação do exército russo. O exército vermelho posteriormente formado conseguiu fazer frente às outras potências, mostrando sua força à Europa na Segunda Grande Guerra e deixando um legado carregado até os dias atuais pelo exército russo.

Referência Bibliográfica:

BENVENUTI, E. **The bolsheviks and the red army, 1918-1922**, Cambridge University Press, 2008.

SMELE, Jonathan D. **Historical Dictionary of the Russian Civil War, 1916 -1926**. Rowman & Littlefield: 2015.



ARTIGOS CIENTÍFICOS



EFFET DE LA TRANSNATIONALISATION SUR LES MOUVEMENTS SOCIAUX INDIGÈNES AU BRÉSIL : UNE ANALYSE SELON LES THÉORIES D'ALISON BRYSK

Léa Coraline Joséphine Lebeau^{*}

Resumé: Les populations indigènes d'Amérique latine, souffrant du manque de représentativité dans leurs pays respectifs, luttent quotidiennement pour la reconnaissance de leurs droits. Cependant, lorsque certaines luttes sont marginalisées et sont concentrées dans les sphères locales ou nationales, d'autres parviennent à constituer un véritable mouvement transnational. Grâce à l'aide d'organisations internationales, d'acteurs extérieurs ou de mouvements internationalisés, certains mouvements réussissent à se hisser sur la scène internationale. Ainsi, les populations indigènes surmontent leurs manque de ressource pour faire évoluer les politiques publiques. Se basant sur les théories d'Alison Brysk, il s'agit alors d'analyser l'effet de la transnationalisation de ces mouvements sociaux sur la prise en compte des revendications. Pour appuyer ces théories de transnationalisation des mouvements sociaux, l'article revient sur de nombreux cas de mobilisations indigènes au Brésil.

Mouvements sociaux indigènes; droits humains; transnationalisation de l'action collective; politiques publiques indianistes; empowerment.

Resumo: Os povos indígenas da América latina, sofrendo da falta de representatividade nos países respetivos, lutam quotidianamente para o reconhecimento dos direitos. Mas quando algumas lutas estão sendo marginalizadas, e concentradas nas areas locais ou nacionais, outras lutas conseguem a se constituir como movimento transnacional. Graças à ajuda de organizações internacionais, atores exteriores ou movimentos transnacionais, alguns movimentos vão lutar na cena internacional. Desse jeito, as populações indígenas superam a falta de recursos para transformar as políticas publicas. Baseado na obra de Alison Brysk, *From tribal village to global village*, o objetivo é de analisar o efeito da transnacionalização dos movimentos sociais na consideração das reivindicações. Para apoiar essas teorias a transnacionalização dos movimentos sociais, o artigo volta em alguns estudos de casos de mobilizações indígenas

^{*} Mestranda em Estudos internacionais e europeus; Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle e Universidade Federal de Santa Maria UFSM; lea.lebeau@gmail.com

no Brasil.

Direitos indígenas; direitos humanos; transnacionalização da ação coletiva; políticas públicas indígenas; empowerment.

En 1992, 500 ans après la “découverte” par les Européens du continent américain, une large campagne de mobilisations autour des conditions de vie des populations indigènes est organisée au Brésil, “500 years of Resistance”. Il était question pour les activistes de lutter pour la reconnaissance des luttes indigènes, de montrer les conséquences négatives de l’occupation des terres et ainsi de faire un état des lieux de la représentation, des conditions de vie et de l’évolution des droits indigènes. À cette occasion les associations représentatives ont cherché des soutiens à l’international, notamment en Europe. Pour cela, il a fallu construire une identité pan-indigène, c’est à dire un mouvement multinational, autonome, détaché des structures étatiques, basé sur l’initiative des populations natives du continent. Pourtant, la construction d’une telle identité commune ne va pas de soi, puisque les peuples indigènes ont des histoires et des langues différentes, des cultures hétérogènes. La constitution de cette identité se fait autour des luttes communes, des revendications, des guerres contre l’impérialisme et de l’accaparement des terres.

Alison Brysk, dans son livre *From Tribal Village to Global Village*, tente de comprendre la formation de cette symbolique, ses bienfaits et les enjeux de la transnationalisation des revendications. Son livre a été écrit en 2000, il est le résultat d’un long travail de recherche dans 5 pays d’Amérique Latine : l’Équateur, le Brésil, le Mexique, le Nicaragua et la Bolivie. Alison Brysk est une politiste américaine, spécialiste de l’internationalisation des Droits de l’Homme. Elle est diplômée de Philosophie, et de Science Politique et a travaillé lors de sa thèse sur l’impact des mouvements de Droits de l’Homme après la dictature en Argentine. Elle enseigne désormais à l’université de Californie. Elle a écrit une dizaine de livres sur les droits de l’Homme en Amérique Latine, l’internationalisation du droit ou encore sur les politiques publiques en matière de contre-terrorisme.

L’objectif de ce livre est de montrer comment un groupe social sous-représenté, dispersé, luttant pour la reconnaissance de droits différents ont été capables de s’imposer sur la scène internationale et d’acquérir un poids politique. Elle s’attarde à montrer comment les peuples indigènes peuvent se réinventer pour rapidement interagir avec le monde moderne et faciliter leur entrée dans le village global. Ils deviennent alors des acteurs efficaces de la globalisation et auront plus de potentiel pour créer des stratégies de réécriture de leurs droits. Les recherches au Nicaragua, Equateur, Mexique, Brésil et Bolivie lui sont utiles pour fonder ses hypothèses sur des études de cas précises et ainsi représenter les situations variées de cette internationalisation des mouvements indigènes.

Pour comprendre les enjeux du livre, il est nécessaire de comprendre les ancrages théoriques qu’utilisent l’auteure. La notion de village tribal renvoie traditionnellement à celle de communauté¹. La communauté partage un espace géographique, une identité culturelle,

des valeurs, et réagit aux événements de manière semblable. C'est une communauté imaginée au sens de Benedict Anderson². Un des objectifs de cet ouvrage est de montrer comment ce village tribal s'est transformé en un village planétaire, global. Ce processus de globalisation est décrit comme une tendance sur le long-terme qui aboutit à l'accroissement des interconnexions entre les peuples, leurs futurs et leurs institutions. Pour Brysk, la transformation du village tribal aboutit à une interconnexion culturelle et politique³. L'État-Nation cependant, reste l'unité principale d'organisation politique. Mais le rôle, la force et le découpage des frontières sont flous, affectés par le déclin des capacités de l'État, la croissance des connaissances des citoyens et la montée de l'activisme. Pour parler de village global, Alison Brysk reprend la notion définie en 1967 par Mac Luhan⁴ selon laquelle les moyens de communication modernes et la communication instantanée ont unifié le monde, faisant de toutes les micro-sociétés une seule, où se confondent les cultures et les espaces en un seul village.

Dans cet article, nous nous intéresserons aux avantages de la transnationalisation pour les mouvements indigènes et nous essaierons de comprendre comment l'internationalisation des luttes et l'intervention d'acteurs extérieurs permettent une amélioration des conditions de vie réelles ainsi qu'une meilleure prise en compte des luttes. Se basant sur le livre d'Alison Brysk, nous répondrons dans un premier temps à la question du pouvoir politique des citoyens marginalisés et à la façon dont les populations natives sont parvenues à surpasser leur manque de ressources. Puis, il s'agira de comprendre comment l'action des acteurs internationaux permet une revendication à plus grande portée. Et enfin, nous observerons les changements réels apportés par la transnationalisation des luttes. Pour mieux comprendre les enjeux de ces différentes questions, nous utiliserons les études de cas présentées par Brysk sur la situation brésilienne ainsi que des connaissances personnelles sur les luttes plus contemporaines des indigènes au Brésil.

Comment des citoyens marginalisés et sans pouvoir politique parviennent-ils à dépasser leur manque de ressources pour imposer le changement ?

Un groupe qui peine à se constituer en tant que mouvement social

Il existe 40 millions d'indigènes en Amérique Latine, ce qui représente moins de 10% de la population totale. Le pourcentage de population se considérant indigène par rapport au nombre total d'habitants varie énormément d'un pays à l'autre : 75% en Bolivie; moins d'1% au Brésil. Cependant, une variable reste commune : l'extrême pauvreté dans laquelle vit ces populations autochtones. Selon la Banque Mondiale, en Bolivie, 68% des populations autochtones vivent sous le seuil de pauvreté, 87% au Guatemala et 79% au Pérou⁵. L'écart de taux d'alphabétisation entre les indigènes et les autres groupes ethniques est énorme, l'espérance

2 Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso Books, 1983.

3 Page 12

4 Mac Luhan, *The Medium is the Massage*, Penguin Books, 196

5 Voir tableau page 256 : *The state of Indian rights in selected Latin American States*, 1992

de vie des Indiens du Brésil était en 1995 de 42,6 ans, et la malnutrition 2 fois plus élevée que dans le reste du pays. Ces populations ont sans cesse été victimes de violations des droits de l'homme, et socialement marginalisés. Dans les années 1980, ces violations augmentent, en partie à cause de la crise de la dette, qui force les États à privatiser les terres indiennes et à les revendre à des investisseurs agricoles ou industriels. Les mouvements de démocratisation dans les pays concernés n'ont pas amélioré la situation des groupes marginalisés puisque l'on n'observe pas de meilleure représentativité politique de ces groupes. Aucun de ces pays ne met en place de système de représentation basé sur l'ethnie. Traditionnellement, la réponse des peuples indigènes à ces abus était l'isolation. Si l'on reprend la classification de Hirschmann des réponses aux problèmes qui nous confrontent, ces groupes marginalisés répondaient par "l'Exit"⁶. Ainsi, peu à peu le fossé s'est creusé entre les nouvelles administrations et les populations indigènes. Elles se sont éloignées des institutions, des marchés, des États. Cependant, dans les années 90, les groupes indigènes sont parvenus à une meilleure représentation politique, ce qui vaut à Alison Brysk l'affirmation suivante : "Malgré les nombreux problèmes, les indiens d'Amérique Latine sont parvenus à faire des progrès notables, sur le long terme, en une seule génération"⁷.

Les premiers succès des revendications transnationales

Au milieu des années 1990, 70% des indiens d'Amazonie appartiennent à une organisation représentative⁸. Le changement s'est effectué rapidement. Ces habitants souvent définis comme des citoyens de seconde-classe et qui ne s'identifiaient à leur État-Nation ont commencé à établir des revendications communes et à célébrer leurs différences culturelles. Une nouvelle génération d'intellectuels indigènes urbanisés s'est constituée et ont contribué à cette montée de la prise de conscience et à la multiplication des ressources pour se mobiliser. L'augmentation des techniques de communication ont été un facteur important dans les relations entre populations indigènes et dans l'internationalisation des luttes. De plus, les années 1990 ont vu de nombreux citoyens de pays extérieurs venir dans ces régions indigènes : anthropologues, journalistes, volontaires... Ces acteurs joueront un rôle crucial dans le succès des premières revendications transnationales, nous analyserons ces enjeux dans un second temps. La transformation de l'État et la nature du régime influencent largement la façon dont les groupes sociaux vont pouvoir se mobiliser. Voilà pourquoi la montée des mouvements indianistes coïncide largement avec l'ouverture des régimes autoritaires. C'est une des conditions de l'internationalisation des luttes indigènes. Les mouvements exercent un pouvoir global lorsque leurs revendications parviennent à dépasser les frontières.

Selon la définition de Darnovsky, Epstein et Flacks⁹, les mouvements sociaux sont

6 Albert Hirschmann, *Exit, voice and Loyalty: responses to Decline in Firms, Organizations and States*, Harvard University Press, 1970

7 *Despite tremendous ongoing problems, LA's indigenous peoples have made notable relative, long-term gains in a single generation*, Page 20.

8 Page 66

9 Darnovsky, Epstein, Flacks, *Cultural Politics and Social Movements*, Temple University Press, 1995.

des efforts collectifs par des activistes politiques ou sociaux, qui défient les conditions et les présupposés de vie. Ils sont persistants, modelés et diffusent largement les défis collectifs jusqu'au Statu Quo. Ils diffèrent des principaux modes de représentation par leurs objectifs, leur identité collective, l'orientation politique et l'utilisation des ressources communes. Selon Brysk, ils veulent plutôt reformuler les politiques publiques qu'accumuler le pouvoir politique. Les mouvements sociaux parviennent à intégrer les arènes politiques internationales grâce à leurs réseaux à l'international. L'État étant faible dans la prise en compte de leurs revendications, le pouvoir d'action des groupes de mobilisation est important. La première rencontre mondiale en faveur des groupes autochtones sera la conférence des Barbados en 1971, où l'auto-détermination des peuples sera défendue par les anthropologues. S'en suivra de nombreuses autres rencontres, et la constitution du *World Council of Indigenous Peoples* par exemple.

L'apport des politiques identitaires

“Les indiens d'Amazonie, qui sont les plus pauvres et ont le moins de contrôle politique par rapport aux propriétaires terriens ont toutefois mieux réussi dans les politiques nationales, grâce à leurs politiques identitaires et leur liens solides ¹⁰”. Alyson Brysk semble très positive quant à l'effet des politiques identitaires sur la transnationalisation des luttes. Elle adopte une vision très constructiviste des Relations Internationales. Les mouvements sociaux indianistes ont émergé en tant que mouvement social identitaire. La construction de l'identité est une étape à part entière du mouvement social. Selon Hunt, Benford et Snow¹¹, l'identité est produite par les activités de *Framing* et la constitutions de revendications claires, comme l'auto-détermination. Les cultures se transforment et se soudent pour créer des outils de revendications. Le rôle des leaders charismatiques est fondamental dans la création de cette identité symbolique. Selon Chase Smith¹², les peuples indigènes, grâce à cette politique particulière, sont plus organisés que les guérillas, partis politiques ou groupes d'intérêts. Les mobilisations collectives en général, et les mouvements indianistes en particulier, émergent des communautés auto-définies et évoluent au sein d'unités politiques d'interaction et de mobilisation. Les communautés sont les groupes constituants des mouvements sociaux. Selon la CONAIE, la confédération des nationalités indigènes d'Équateur, la communauté partage une histoire, un langage, une culture et un territoire¹³. La reconnaissance de cette identité collective à l'international est importante pour pouvoir construire un agenda politique de cette communauté imaginée et reconnaître qu'elle existe pour contrer les projets la menaçant. Par exemple dans la cas du Brésil, Davi Yanomami s'est imposé en tant que leader de sa région, pour défendre des intérêts communs, alors que les cultures étaient très différentes. Les

10 Page 32

11 Hunt, Benford, Snow, *New Social movements - From ideology to identity*, 1994, Temple University Press.

12 Chase Smith, *The dialectics of Domination in Peru*, 1982, Cambridge Press.

13 Page 56, Suite de la définition : *yet there is a complex of traits characteristic of indigenous cultures and tribal societies around the world. Most have a sacred relationship with nature, strong kinship structures including past generations, an emphasis on reciprocity within the community, a non linear sense of time, diffuse authority relationships, and a high value for harmony and balance.*

groupes partagent des *meanings*, un pouvoir qui consiste en une relation de confiance entre des individus des groupes ou des sociétés pour former une conscience commune. On attend des groupes une réponse à des normes collectives¹⁴, l'adoption d'un comportement approprié pour interagir en tant que communauté. Selon Brysk, ces politiques constructivistes contrastent avec les théories des mouvements sociaux traditionnels telles que la mobilisation des ressources de Tilly ou la théorie du choix rationnel de Lichbach¹⁵. Cependant, Brysk semble minimiser les tensions liées à la construction symbolique de l'identité au sein des populations indigènes.

Grâce à la mise en place de politiques identitaires, les mouvements sociaux indigènes sont parvenus à s'imposer sur la scène internationale, dans un contexte qui leur était favorable. Cependant, sans l'intervention des acteurs extérieurs, cette percée aurait été plus compliquée.

Le rôle des acteurs extérieurs dans la transnationalisation des mouvements indigènes

Ce que font les grandes organisations internationales aux mouvements sociaux indigènes

L'État a eu longtemps du mal à s'imposer dans les territoires d'Amazonie et il existait de nombreux vides juridiques et institutionnelles quant à la gestion des territoires tropicaux¹⁶. Traditionnellement, c'est alors les multinationales qui vont combler cette absence de l'État. Les grandes firmes européennes vont s'accaparer les terres en Amazonie, vendues par l'État pour construire des routes, des ports, des barrages ou des mines¹⁷. C'est alors au sein d'un monde dirigé par la recherche de profit et de pouvoirs qu'émergent les mouvements transnationaux indigènes. Les leaders prennent conscience du besoin de se tourner vers l'extérieur¹⁸. Pour Garner¹⁹, Les mouvements indianistes ont été typiquement des mouvements de l'ère moderne : ils sont basés sur l'identité de la communauté, ont le regard tourné vers l'international, sont composés de réseaux et d'organisations internationales, et ont une base culturelle très forte. Les *advocacy networks* servent de pont entre les peuples indigènes et les réseaux transnationaux. Ces réseaux de plaidoyers sont nés à la fin des années 70 avec l'organisation de conférence sur la cause indigène mais se sont multipliés avec la fin des régimes

14 Finnemore, "Norms, culture and world politics : insights from sociology institutionalism", *International Organizations*, 1996.

15 Page 35

16 "The State shined by its absence", selon un analyste qui s'est entretenu avec Brysk, Page 109.

17 Pour plus d'informations sur ce sujet, voir Hall (dir.), "Global impact local action, New environmental Policy in Latin America", *Institute for the study of Americas*, 2005.

18 Page 109, entretien avec un leader indigène, 1995 : "international presence has helped our development, and the state has never done anything for us".

19 Garner, "Transnational Movements in Post Modern Society", *Peace Review* 6, n°4, P427-434.

autoritaires. Pour Sikkink²⁰, un réseau de plaidoyer transnational est un groupe d'acteurs défendant la même préoccupation, qui ont des valeurs communes et échangent intensément des informations et des services. Les mouvements forment alors des alliances, échangent des informations et font la promotion des stratégies internationalistes. Les normes internationales qui définissent le caractère souverain de l'État atteignent difficilement les mouvements indigènes. C'est pourquoi les réponses aux demandes des indiens émergent la plupart du temps de nouvelles normes, d'organisations internationales ou non gouvernementales. Pour les réalistes, le pouvoir des normes internationales peut refonder la vision du monde et le comportement des États à l'international. Dans ces cas, le plus influent groupe de plaidoyer, Cultural Survival, a joué un rôle fondamental. En organisant des événements, en finançant des projets d'auto-développement et en jouant le rôle de lobby à l'international, la fondation a joué le rôle d'intermédiaire avec la Banque Mondiale, la banque de développement américaine AID et autres organisations internationales. La Banque Mondiale, qui a financé de nombreux projets de développement, s'est peu à peu inspirée des recommandations d'autres groupes internationaux pour promouvoir un développement plus moral. Finalement, à travers des politiques d'internationalisation et d'identité, les communautés indigènes ont gagné de la voix dans le village global. Un groupe indigène qui parvient à mobiliser au-delà des frontières, grâce aux *advocacy networks*, acquiert un poids important pour négocier son auto-détermination.

Rôle des Epistemic communities dans la dénonciation des abus

Pour Peter Haas²¹, les communautés épistémiques sont des réseaux de professionnels ayant une expertise reconnue, des compétences dans un domaine particulier et un pouvoir autoritaire sur les changements de politiques publiques à travers leurs domaines d'expertise. Dans le cas des mouvements transnationaux pour les droits indigènes, les avocats, anthropologues, traducteurs, scientifiques et membres de l'église ont joué un rôle clé pour formuler des recommandations aux organisations internationales, pour promouvoir l'autonomie ou la participation. Ils se chargent de collecter des faits ou des idées des peuples et de les transmettre au village global. Ils sont devenus les portes-drapeaux, le lien entre le village tribal et le village global. Dans le cas du Brésil, les travaux des anthropologues comme Darryl Posey au sein du peuple Kayapó ou Napoleon Chagnon avec les Yanomami ont permis aux politiques nationales de se pencher sur les problèmes indigènes et de créer la FUNAI (Fondation gouvernementale pour l'Indien). De nombreux observateurs étaient présents lors de la délibération pour la Constitution de 1988 (qui inclut 3 articles (67, 231, 232) sur les droits indigènes). Les missionnaires catholiques servant en tant que traducteurs ont également participé au mouvement identitaire et à la création de revendications. C'est également l'Eglise catholique qui, en 1983, lança la campagne pour la réforme agraire au Brésil. L'Eglise dans

20 Sikkink, "Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in Latin America", *International Organization* 47, P411-441.

21 Haas, "Epistemic Communities and International Policy Coordination", *International Organization*, 1992.

le cas brésilien est plus qu'un partenaire mais forme un réseau de courtiers pour repousser les limites du pouvoir politique. Grâce aux réseaux d'activistes à l'international, les groupes indigènes sont parvenus à créer leurs propres mouvements transnationaux, à l'image des confédérations régionales, comme la COICA, la Confédération des Indiens du bassin amazonien, qui regroupe les revendications de plusieurs peuples. Ils ont pu acquérir du capital social, au sens de Putnam : des réseaux, des normes, et de la confiance, qui facilitent la coordination et la coopération pour un bénéfice mutue²² .

L'impact de l'opinion publique internationale dans les changements de politique publique

En 1988, les Kayapó, accompagnés d'anthropologues organisent une grande réunion pour contester le projet de barrage Belo Monte à Altamira. L'événement de 5 jours attira plus de 600 indigènes, bien plus de journalistes, ainsi que le chanteur Sting, des parlementaires européens et le pape qui envoya également son soutien. Quelques semaines plus tard, le prêt de la Banque Mondiale pour financer le méga projet hydroélectrique²³ fut stoppé. Dans ce cas, l'opinion publique internationale a été le facteur de la reconsidération des problèmes liés au barrage. Tel a été le cas également pour les Yanomami. Avant 1992, l'État avait résisté aux pressions des indigènes et continuaient de défendre les intérêts stratégiques de la région et considérait le groupe comme un obstacle au développement. Mais leurs plaintes révélées au sommet de la Terre de 1992 ont contraint le gouvernement à attribuer un plus grand financement, par la FUNAI notamment pour protéger le peuple indigène. Même si selon les théories réalistes des Relations Internationales les États sont souverains sur leur territoire, la pression internationale des organisations internationales, de l'opinion publique ou l'effet d'imitation des pays voisins jouent un grand rôle de persuasion dans les changements de politiques publiques²⁴ . Pour Risse, Ropp et Sikkink, il existe de nombreux exemples de cas où les violations des droits de l'homme ont été prises en compte. Les dirigeants s'important de leur image auprès des autres dirigeants et sur la scène internationale peuvent changer les politiques publiques pour améliorer leur réputation. Les programmes de Responsabilité Sociale des Entreprises, influencés par la pression des consommateurs peuvent aussi améliorer la situation des Indiens dans certains cas, comme celui du Body Shop²⁵ . L'opinion publique demande aux États, aux firmes multinationales et aux grands organismes financiers une politique d'*accountability*. Lors des manifestations contre le projet Grande Carajas au Brésil, financé par la Banque Mondiale, les ONGs de l'hémisphère Nord et groupes de pression Etats-Uniens ont demandé des comptes à la banque sur les conséquences sociales et environnementales d'un tel projet. Suite à cela, l'organisme a créé un département de surveillance sur la protection des indigènes et un comité de surveillance environnementale dans les projets qu'elle finance.

_____ Globalement, depuis la fin des années 90, il y a une meilleure prise en compte des

22 Putnam, *Making Democracy works*, Princeton University Press, 1993.

23 Turner, "an Indigenous People's struggle for socially Equitable and Ecologically Sustainable Production : The Kayapó Revolt against Extractivism", *Tjournal of Latin American Anthropology*, 1995.

24 Risse, Ropp, Sikkink, *The Power of Principles : International Human Rights Norms and domestic Change*, Cambridge University Press, 1999.

25 Étude de cas de la RSE de la marque The Body Shop, Page 182.

violations des droits de l'homme lorsqu'il s'agit de groupes indigènes, grâce au rôle actif des *Advocacy Networks* qui influencent l'opinion publique et ainsi les États eux-mêmes²⁶. Cependant, même si ces pressions internationales parviennent à transnationaliser les mouvements sociaux et ainsi leur donner une plus grande portée, Brysk est extrêmement positive sur l'impact de la société civile, qui n'est pourtant pas vecteur de changements politiques. La société civile ne remplace pas l'État et la volonté politique.

La transnationalisation pour faire évoluer les politiques publiques indigènes

L'apport de la transnationalisation aux revendications indigènes

La question principale qui se pose lors de la lecture de ce livre est de savoir si la transnationalisation des mouvements sociaux apporte réellement des améliorations dans les conditions réelles des peuples indigènes. De plus il est important de comprendre ce que la transnationalisation change aux mouvements sociaux, et si les mêmes progrès auraient été possibles par des mouvements sociaux nationaux. Selon Brysk, l'internationalisation est un moyen créé pour et par les groupes indianistes afin de défendre les droits de l'homme. Elle montre tout au long de son ouvrage que les mouvements qui ont fait des appels et des campagnes à l'international ont plus rapidement réussi à faire prendre conscience des besoins, notamment lors des campagnes de pression contre les grandes organisations internationales, comme la Banque Mondiale. Ainsi, depuis la fin des années 90, il persiste une présence continue de ressources et d'acteurs internationaux afin de s'assurer d'une meilleure propagation des messages. En comparant les différents cas de mobilisations, il est vrai que plus le degré d'internationalisation est important, plus le groupe aura des chances de faire changer les politiques publiques rapidement²⁷. Nous pouvons observer ce phénomène avec deux cas de barrages en Amazonie brésilienne. Alors que les mobilisations ont été beaucoup plus importantes et violentes à Jaci Parana, sur le barrage de Jirau, les revendications des riverains du projet Belo Monte ont été beaucoup plus entendues par le gouvernement et la FUNAI. En effet, les *advocacy networks* du site de Belo Monte ont réussi à faire de leur cause une cause internationale. Pour Keck et Sikkink²⁸, pour parvenir à percer sur la scène internationale, les groupes doivent se construire une identité, un agenda commun, changer leurs discours pour un message unifié, et ainsi pouvoir changer les institutions. La transnationalisation du mouvement change en profondeur la nature même du mouvement.

Comment développer l'empowerment des communautés indigènes ?

L'empowerment est le processus d'apprentissage pour l'accumulation de pouvoirs poli-

26 Sur ce point voir Julie Stewart, *When Local Troubles become transnational : The transformation of a guatemalan human rights movement*, 1996.

27 Brysk prénomme les groupes qui conservent des revendications seulement nationales de "dogs that didn't bark", Page 248.

28 Keck, Sikkink, *Activists beyond borders*, Cornell University Press, 1998

tiques, qui mène à l'autonomisation des peuples²⁹. Ce processus est fondamental pour permettre aux peuples indigènes un meilleur pouvoir d'action sur le long-terme, une émancipation des *epistemic communities* et autres *advocacy networks*. Il faut alors se questionner sur les changements de politiques publiques et si celles-ci sont réellement représentatives des besoins des populations concernées. Avec des changements ciblés, cet *empowerment* pourrait se développer et permettre le retrait des acteurs extérieurs. Alison Brysk dans son livre est très positive sur le rôle des acteurs extérieurs et sur les progrès qui permettront l'auto-détermination sur le long terme. Pour elle, les mouvements indianistes influencent la création et le contrôle des nouvelles normes. Cependant, les traités internationaux tels que ceux de l'Organisation Internationale du Travail, bien que mis en place et adopté par les pays concernés, ne change pas réellement la situation des peuples indigènes. Sans procédure de sanctions en cas de violations, les traités ne sont que des normes supplémentaires qui ne participent en rien à l'*empowerment* des populations marginalisées. Les activistes indigènes doivent parvenir à défier les règles de droit et la souveraineté toute puissante de l'État-Nation pour encourager à une meilleure gestion des identités ethniques et une prise en compte plus responsables des frontières mouvantes en territoires indigènes. Il est vrai que les mobilisations et luttes ont augmenté. Les chiffres de la représentativité par exemple ont bénéficié d'une croissance exponentielle : de 1982 à 1992, le nombre d'ONGs indianistes est passé de 14 à 130. De plus, les groupes indigènes ont désormais un statut particulier à l'ONU pour prendre place aux délibérations les concernant. Cependant, il nous semble plus important de développer l'auto-détermination, les capacités d'autonomie, l'éducation des leaders, pour parvenir à un *empowerment* durable. Ainsi, comme le dit Brysk, les mouvements transnationaux, qui font désormais partie intégrante du répertoire d'action indigène, souffrent souvent d'un "*manque d'autorité, de structure hiérarchique et de représentation pour s'émanciper*"³⁰. La transnationalisation stimule l'organisation et la création d'identité commune mais rend flou les hiérarchies. Les difficultés que les groupes indigènes rencontrent pour choisir un chef ou les problèmes de corruption et le manque de financement par exemple participent à cette approximation.

De grandes avancées ?

Tout au long de son ouvrage, Alison Brysk analyse les succès des populations indigènes dans la transnationalisation de leurs luttes. Effectivement, grâce à l'interférence des réseaux de plaidoyers, les grandes organisations internationales ont incorporé à leurs politiques des volets spécifiques aux peuples sous-représentés, tel que l'a fait la BID, l'AID ou la commission européenne. Seulement, le fait que les groupes indigènes soient invités à des conférences et que leurs leaders puissent présenter les dangers des mégaprojets dans les commissions de l'ONU n'améliorent pas de facto leurs conditions de vie. Les peuples indigènes ont gagné en représentation, en protection, et en reconnaissance des violations des droits de l'homme. Cependant, ils demeurent les plus pauvres d'entre les pauvres. Ils souffrent toujours autant des inégalités, de la discrimination et du manque d'éducation. Au Brésil par exemple, la situ-

29 Bacqué, Biewener, L'empowerment, une pratique émancipatrice. La découverte, 2013, 175 p.

30 Page 275

ation des indigènes d'Amazonie est meilleure que dans les années 90. Cependant, beaucoup sont encore en danger, et les pressions économiques pour l'exploitation de l'Amazonie sont grandissantes. La FUNAI, organisme défendant leurs droits, est régulièrement accusée de corruption, d'inefficacité, et souffre d'un manque de financement. 80% des terres indigènes sont actuellement réclamées par les propriétaires terriens pour le développement agricole de la région, et les massacres sont encore trop nombreux. De plus, ils ne bénéficient pas encore de représentation au sein d'institutions démocratiques.

Lorsque Rigoberta Menchu's a reçu le prix Nobel de la paix en 1992 pour son implication dans la défense internationale des droits indigènes, les activistes y voyaient une avancée extrême dans la reconnaissance de droits spécifiques pour les peuple marginalisés. Mais plus de 25 ans plus tard, nous pouvons observer que les données sur les conditions de vie réelles des indigènes ne se sont pas améliorées de façon considérable.

Bibliographie

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Verso Books, 1983.

BACQUÉ, Marie-Hélène, BIEWENER, Carole, *L'empowerment, une pratique émancipatrice, La découverte*, 2013, 175 p.

CHASE SMITH, Richard, *The dialectics of Domination in Peru*, 1982, Cambridge Press.

DARNOVSKY, Marcy, EPSTEIN, Barbara, FLACKS, Richard, *Cultural Politics and Social Movements*, Temple University Press, 1995.

FINNEMORE, Martha, *Norms, culture and world politics : insights from sociology institutionalism*, International Organizations, 1996.

Garner, Roberta, *Transnational Movements in Post Modern Society*, Peace Review 6, n°4, P427-434.

HALL, Anthony (dir.), *Global impact local action, New environmental Policy in Latin America*, Institute for the study of Americas, 2005.

HASS, Peter, *Epistemic Communities and International Policy Coordination*, International Organization, 1992.

HIRSCHMAN, Albert, *Exit, voice and Loyalty: responses to Decline in Firms, Organizations and States*, Harvard University Press, 1970.

KECK, Margaret, SIKKINK, Kathryn, *Activists beyond borders*, Cornell University Press, 1998.

MAC LUHAN, Marshall, *The Medium is the Massage*, Penguin Books, 1967

PUTNAM, Richard, *Making Democracy works*, Princeton University Press, 1993.

RISSE, Thomas, ROPP, Stepehn, SIKKINK, Kathryn, *The Power of Principles : International Human Rights Norms and domestic Change*, Cambridge University Press, 1999.

SIKKINK, Kathryn, *Human Rights, Principled Issue-Networks, and Sovereignty in Latin America*, International Organization 47, P411-441.

STEWART, Julie, *When Local Troubles become transnational : The transformation of a guatemalan human rights movement*, Mobilization: an international Quarterly, 2004.

TURNER, Terence, *An Indigenous People's struggle for socially Equitable and Ecologically Sustainable Production : The Kayapó Revolt against Extractivism*, Journal of Latin American Anthropology, 1995.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO SUL GLOBAL: UM OLHAR PARA FEMINISMOS AFRICANOS SOB A PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL

*Walkis Stewart Bezerra Alves**

Resumo: O presente trabalho propõe apresentar, através de abordagem teórica e histórica, estudos acerca das questões de sexualidade e especialmente de gênero no que diz respeito aos movimentos feministas, tanto no Norte quanto no Sul Global, utilizando-se da perspectiva pós-colonial para apontar gênero e sexualidade como alvos de uma matriz de poder sociocultural que se sustenta sob as colonialidades. Neste sentido, busca-se apresentar de forma geral diversas abordagens acerca das questões de gênero e sexualidade num plano cronológico e entendido em vários campos teóricos científicos. Foram abordados alguns movimentos feministas na África, com o objetivo de apontar relações de colonialidades presentes no contexto do movimentos feministas entre o Norte e o Sul global.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Colonialidades; Feminismos; Pós-colonialismos.

Abstract: This paper proposes to present, through a theoretical and historical approach, studies about the issues of sexuality and especially of gender with regard to feminist movements, both in the North and in the global South, using the postcolonial perspective to point out gender and sexuality as targets of a sociocultural power matrix sustained under colonialities. In this sense, it is sought to present in a general way different approaches on the issues of gender and sexuality in a chronological plan and understood in several scientific theoretical fields. Some feminist movements in Africa were approached with the aim of pointing out the relations of colonialities present in the context of feminist movements between the global North and South.

Key-words: Gender; Sexuality; Colonialities; Feminisms; Post-colonialisms.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Asces-Unita; walkis.stewart@gmail.com

Introdução

O sistema mundo capitalista de dominação ocidental, engessado no projeto de modernidade, continua reproduzindo assimetrias das mais diversas, entre o Sul e o Norte globais, que beneficiam apenas esta última parte do globo em detrimento da outra. O atual padrão global de poder instituído pelo projeto de modernidade europeia e sustentado pela matriz colonial do poder, conceito definido por Quijano (2007) deu-se através de um embrutecido processo de colonização nas Américas, e sobretudo na África, que subalternizou povos, desconstruiu identidades e colonizou corpos e mentes no Sul Global.

A colonialidade do poder enraizada no sistema mundo moderno foi responsável pela mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, que se caracterizou na forma mais universal de dominação política, exercendo controle sobre gênero, sexualidade, trabalho e subjetividade. A colonialidade do poder instituiu um sistema mundo moderno, capitalista, patriarcal, heteronormativo, machista e racista, lançando paradigmas eurocêntricos hegemônicos fundados nessa lógica colonial, que assumem caráter universalista e neutro.

Levando em consideração que os movimentos feministas ocidentais surgem dentro deste contexto eurocêntrico, acaba sendo de extrema importância questionar ao máximo suas bases epistemológicas, para se compreender quais fatores são afetados e, até mesmo, hierarquizados na lógica representativa do feminismo em sua condição de movimento emancipatório, buscando, assim, identificar as diferenças coloniais estabelecidas entre o Norte e o Sul Global.

1. Teoria Pós-Colonial

A chegada do século XXI foi carregada de uma complexa e intensa mudança nas relações internacionais que foram de caráter político, econômico, social e também cultural. Foi um processo de mudanças que implicou em uma nova divisão internacional do trabalho, em uma transnacionalização da produção e do consumo, bem como na fragmentação e disseminação das culturas. Foi um processo que acarretou o multiculturalismo, o enfraquecimento das fronteiras e a alteração do regime bipolar, anteriormente imperial (ELÍBIO; ALMEIDA; LIMA, 2013).

Diante de tal contexto, acima apontado, faz-se necessário reconhecer a descolonização da África e da Ásia como um momento crucial do ponto de vista geopolítico, visto que este processo acaba por marcar uma profunda mudança no cenário internacional – como a libertação de mais da metade da população mundial do domínio e jugo direto dos europeus e a diáspora dos povos, que formaram um fluxo migratório, reproduzindo as rotas coloniais. Assim, os pós-colonialismos¹ tomam como objeto de estudo os fenômenos decorrentes do período pós-colonial², para então buscar melhor compreender este novo cenário político

1 Entende-se pela carga teórica proveniente de estudos literários e culturais que ganharam visibilidade a partir dos anos 1980 em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

2 Refere-se ao tempo histórico posterior a descolonização do chamado “Terceiro Mundo”, a partir da

(ELÍBIO; ALMEIDA; LIMA, 2013).

As ciências sociais vêm sendo desconstruídas por várias correntes de pensamento crítico que visam a analisar o sistema mundo atual, a partir de epistemologias outras que sirvam para interpretar diferentes temporalidades e localidades de poder, bem como de conhecimento. Assim o faz a abordagem descolonial, proposta que surge nas áreas da Sociologia, História e Economia Política, e recentemente nas Relações Internacionais (FONSECA; JERREMS, 2012).

O pensamento descolonial é impulsionado pela América Latina através do projeto conhecido como modernidade/colonialidade/decolonialidade que faz uma chamada a um olhar mais crítico e analítico para a modernidade europeia acerca das colonialidades do ser, do poder e do saber na América e seus efeitos sobre sujeitas (os) coloniais globais (FONSECA; JERREMS, 2012).

As perspectivas pós-coloniais compartilham do caráter discursivo do social, do descentramento das narrativas e de sujeitos contemporâneos, do método da desconstrução dos essencialismos, e principalmente da proposta de uma epistemologia³ crítica às concepções dominantes da modernidade. O colonialismo refere-se à relação de opressões diversas, a partir de fronteiras de gênero, etnia ou raça (COSTA, 2006 *apud* BALLESTRIN, 2013).

Tendo reforçado as ideias da literatura clássica, alavancando o arcabouço teórico pós-colonial, surgiu no Sul Asiático, na década de 1970, o grupo de Estudos Subalternos - movimento intelectual que diz respeito à crítica da modernidade a partir do Sul Global - e que inspirou, mais tarde, a formação do grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, em 1992, movimento que faz a crítica à modernidade a partir do Norte Global (BALLESTRIN, 2013; GROSFUGUEL, 2008).

Já o pensamento decolonial, surge como crítico dos Estudos Subalternos. O termo é cunhado por Nelson Maldonado-Torres em 2005, e refere-se a um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade. Como afirma Mignolo (2003), o pensamento decolonial é uma elaboração posterior àquilo que ele chama de pensamento fronteiro⁴ e que resiste à Modernidade, ao Cristianismo, ao Liberalismo, ao Marxismo, ao conservadorismo e ao colonialismo.

Para se fazer cumprir este processo de resistência colonial sustentado em uma proposta de descolonizar o pensamento e romper com a lógica monológica da modernidade, Dussel (2000) traz a ideia de transmodernidade, projeto de libertação político, econômico, ecológico, erótico, pedagógico e religioso. A transmodernidade vem a ser um chamado para um novo olhar sobre a modernidade/colonialidade de forma crítica, partindo da perspectiva de múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas as colonialidades do poder, metade do século XX.

3 Refere-se ao entendimento acerca da produção do conhecimento, a sua relação entre agente e objeto.

4 O pensamento fronteiro, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista. O pensamento fronteiro é o pensamento que afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (MIGNOLO, 2003, p. 52).

do saber e do ser (MALDONADO-TORRES, 2007, p.162).

Como afirma Mignolo (2003), a colonialidade se reproduz a partir dessas três dimensões, do poder, do saber e do ser, sendo ela o lado obscuro e necessário da modernidade e, portanto, sua parte indissociavelmente constitutiva. A colonialidade do poder, conceito originalmente desenvolvido por Aníbal Quijano, em 1989, exprime a constatação de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não cessaram com o fim do colonialismo (GROSFOGUEL, 2008). Segundo Mignolo (2010), a matriz colonial do poder apresenta uma estrutura complexa de níveis entrelaçados que abarca o controle da economia, da autoridade, da natureza e seus recursos, do gênero e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento.

A colonialidade do saber diz respeito à ideia de dominação epistêmica. Essa ideia foi desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, utilizando-se do conceito de pensamento abissal, no qual o autor defende que a colonialidade/modernidade concede à ciência moderna o monopólio da distinção entre aquilo que é verdadeiro e o que é falso. A colonialidade se entende, portanto, como uma experiência heterogênea, em que existem múltiplas formas de subalternização (JERREMS; FONSECA, 2012).

Segundo Aníbal Quijano (2007), podemos definir o atual sistema mundo como um aparato histórico-estrutural heterogêneo, dotado de uma matriz colonial a qual ele chama de “matriz de poder colonial”, que afeta todas as dimensões da existência social, como sexualidade, autoridade, subjetividade e trabalho.

De acordo com Grosfoguel (2008), o patriarcado europeu, bem como as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram disseminadas por todo o mundo através da expansão colonial, transformadas assim em critérios hegemônicos, que viriam a racializar, classificar e patologizar toda a população, a partir de uma hierarquia de raças superiores e inferiores.

1.1 Gênero, Sexualidade e Pós-Colonialidade

Segundo McClintock (2010 *apud* SANTOS; SILVA, 2014), o gênero, a sexualidade e a pós-colonialidade são elementos constituintes de uma histórica e hierárquica relação de poder, que está baseada em alteridades conflitivas e na dominação colonial. Nos países latino-americanos, embora de maneiras diferenciadas, foram naturalizadas concepções e práticas sociais profundamente marcadas pelo heterossexismo, pelo patriarcalismo, e pela heteronormatividade (LUGONE, 2007 *apud* SANTOS; SILVA, 2014). Tais fatores provocaram processos de estigmatização, estereotipização e marginalização de cosmologias nativas latino-americanas que lidavam diferencialmente das cosmologias europeias em relação às dimensões de gênero e sexualidade, e acarretaram e justificaram verdadeiros epistemicídios (SANTOS, 2003 *apud* SANTOS; SILVA, 2014).

Segundo Lugones (2014), a dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia dicotômica entre humano e não ser humano. Começando pela América, essa dicotomia foi imposta sobre os colonizados e colonizadas a serviço do homem oci-

dental. Enquanto só os civilizados eram classificados como homem ou mulher, os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas, animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014).

A imagem do homem europeu, burguês, colonial moderno, tornou-se a de um agente, apto para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, dotado de razão. Já a mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, passividade, e também por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014).

A transformação civilizatória, portanto, justificava a colonização da memória, das noções de si das pessoas, da relação subjetiva, da relação com o mundo espiritual, com a terra e com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social. A medida que o Cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização, concentrou-se no apagamento de práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmo, e também na mudança e controle de práticas sexuais e reprodutivas (LUGONES, 2014).

2. Gênero: Uma Perspectiva Histórica Ocidental e Periférica

Segundo Stolcke (2004), o termo gênero teria surgido nos Estados Unidos em 1950 nas áreas da Psicologia e Sexologia. Nesta mesma época, a medicina nos Estados Unidos se posicionava contra as cirurgias para mudança de sexo, mas em 1952, Christine Jorgensen, na Dinamarca, submeteu-se a uma mudança de sexo. Foi nesse contexto que se estabeleceram as primeiras clínicas de gênero nos Estados Unidos e psicanalistas, médicos e psicólogos adotaram o termo “gênero” para diferenciar o sexo social do anatômico, buscando solucionar as dificuldades conceituais e terminológicas que surgiam com pessoas intersexos⁵, transexuais⁶ e homossexuais, cujo sexo biológico não condizia com o sexo de nascimento ou com sua identidade sexual desejada ou orientação sexual.

Para Stolcke (2004), a ideia de que não existem mais de dois sexos está profundamente associada à cultura ocidental e a profissão biomédica não tem dúvida de que a identidade feminina e masculina são as únicas opções naturais para os intersexos. São estes antecedentes bioculturais do conceito de gênero que dão lugar ao debate de gênero na Teoria Feminista.

De acordo com Scavone (2008), o conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista. Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornaram clássicos na área, “The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex”, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, compondo o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero.

Segundo Mary Nash (*apud* SOIHET, 1997), o debate em torno da opressão sobre a

5 Designa uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino.

6 Condição de uma pessoa cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento a partir do sexo biológico e se submete a redesignação sexual.

mulher ao longo da história teria seu início nos anos 1940, quando Mary Beard, historiadora norte-americana, em sua obra “Woman as Force in History” abordou a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. A autora atribuiu as escassas referências à mulher ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, terem ignorado o papel e as mulheres como sujeitas da História, de forma sistemática.

Por sua vez, a historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com seu famoso artigo “Gender: a Useful Category of Historical Analysis”, publicado em 1986. Nele, a autora dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamenta os discursos da dominação masculina (SCAVONE, 2008).

Segundo Stolcke (2004), o termo gênero tem sido um elemento muito importante para a teoria e a política feministas desde os anos de 1970, em seus combates contra o sentido comum sexista e androcêntrico⁷ que prevalece na academia e sociedade ocidentais. O objetivo era mostrar que a biologia não trazia respostas e soluções para as questões de gênero e sexualidade, mas apontar que as identidades sócio-simbólicas, por serem culturais, são variáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Segundo Soihet (1997), como campo de estudo, existe uma certa unanimidade em considerar a história das mulheres como tendo sido um movimento recíproco, de um lado da atuação das historiadoras e de outro dos movimentos feministas, que teve seu início a partir dos anos 1960.

2.1 Teoria *Queer*

A Teoria *Queer* emerge nos Estados Unidos, ao final da década de 1980, em oposição crítica aos estudos sociológicos em torno das chamadas minorias sexuais e de gênero. Tendo como objeto de análise a dinâmica da sexualidade e do desejo nas organizações sociais, a Teoria *Queer* surge em departamentos normalmente não associados às investigações sociais, como os de Filosofia e Crítica Literária, e ganha reconhecimento a partir de algumas conferências em Universidades da *Ivy League* (MISKOLCI, 2009).

A denominação *Queer Theory*, ou em português, Teoria *Queer*, foi empregada por Teresa de Lauretis da Universidade da Califórnia, em 1990, numa conferência de teorização das sexualidades lésbica e gay, com a intenção de contrastar esse novo campo teórico com os estudos gays e lésbicos. A conferência foi pautada pela premissa teórica de que a homossexualidade não mais era definida por oposição ou homologia a uma forma de sexualidade estável e dominante (heterossexualidade), tampouco como uma mera transgressão ou desvio com relação a uma sexualidade correta ou normal (FILAX; SHOGAN, 2015; MISKOLCI, 2009).

Em termos políticos, o termo *queer* foi colocado como xingamento, que denotava perversão, anormalidade e desvio, passando a ser utilizado em movimentos críticos aos de

7 Tendência universal de se reduzir a raça humana a masculinidade, o homem como centro de tudo.

caráter assimilacionista. Também acabou substituindo várias subjetividades que desafiam “o normal”, como lésbica, gay, bissexual, transexual e transgênero⁸. O *queer* significa colocar-se contra a normalização, seja de onde esta for. O seu alvo é a heteronormatividade compulsória da sociedade, assim, o *queer* representa claramente a diferença que não quer ser simplesmente assimilada ou tolerada, portanto, sua forma de ação é bastante transgressiva (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2009).

Uma vez que os corpos são produzidos como masculino e feminino através de diversas práticas discursivas de gênero, como em relação às vestimentas, aos arranjos familiares, às leis que determinam quem pode se casar e herdar, atividades de lazer e trabalho e reações e responsabilidades emocionais, a Teoria *Queer* se volta para os discursos que são múltiplos e contraditórios. A partir disso, o interesse da Teoria *Queer* é de estudar o gênero, o sexo, o desejo e a sexualidade, para compreender de que forma estes fatores organizam todo o comportamento humano, incluindo a religião, educação, família, e parentesco, trabalho, entre outras questões (FILAX; SHOGAN, 2015).

Através de contribuições teóricas como a de Jacques Derrida, em que a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, autores como Eve K. Sedgwick, David M. Halperin, Judith Butler e Michael Warner começaram a empreender análises sociais que retomavam a ideia de Foucault, ao estudarem a sexualidade como dispositivo histórico do poder que marca as sociedades ocidentais modernas e é caracterizado pela interseção do sexo em sistemas de unidades e regulação social (MISKOLCI, 2009).

Para Butler, as reificações de gêneros e identidades cristalizam hierarquias e alimentam relações de poder. Esse processo acaba por normalizar corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões. A normalização das identidades, atrelada a sua opressão, define padrões de comportamentos rejeitando as diferenças (PELÚCIO, 2012).

Portanto, segundo Miskolci (2009), as alianças desenhadas entre os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria *Queer* parecem renascer a partir do nó de interseção que é formado pelas categorias de raça e sexualidade. Não se trata apenas de uma aliança estratégica, mas sim de um consenso de que as diversas formas de opressão priorizadas por cada linha de pesquisa são interdependentes em um mesmo processo de racialização do sexo e sexualização da raça. (MISKOLCI, 2009).

2.2 Feminismos, Origem e Evolução dos Movimentos no Norte Global

Segundo Stolcke (2004) a trajetória feminista é bastante singular, pois é uma história de relação bastante articulada entre um movimento político de emancipação pessoal e coletivo e um trabalho teórico inspirado pelo objetivo de identificar as raízes da opressão e desigualdade das mulheres como ferramentas de luta libertadora.

O feminismo tem sido estruturado em etapas históricas, que se dividem em três grandes fases. A primeira, chamada de fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a segunda, chamada fase diferencialista

8 Condição de uma pessoa cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento a partir do sexo biológico.

e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e a terceira fase denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades. As três fases correspondem aos séculos XVIII a XIX, à segunda metade e ao final do século XX e ao início do século XXI (SCAVONE, 2008).

O feminismo de primeira onda se desenvolve no final do século XIX, e é centrado na reivindicação por direitos políticos- como direito ao voto e de ser eleita, nos direitos sociais e econômicos, como trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança (PEDRO, 2005). Este feminismo inicial, que se deu tanto na Europa, Estados Unidos como também no Brasil, perdeu sua força a partir da década de 1930, e só ressurgiu com relevância a partir da década de 1960. (PINTO, 2010).

O feminismo chamado de segunda onda surge após a Segunda Guerra Mundial, dando prioridade à luta pelos direitos do corpo, ao prazer e contra o patriarcado - entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Foi justamente na chamada segunda onda, que a categoria de gênero foi utilizada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento das mulheres (PEDRO, 2005).

Diante do movimento crítico acerca da identidade feminina, onde se reivindicava uma diferença dentro da diferença, um desenvolvimento político paralelo à análise de gênero como sistema simbólico irá lidar com a reintrodução de experiências concretas de mulheres em diferentes contextos de poder e desigualdade nas teorias feministas. Na década de 1970, mulheres feministas negras nos Estados Unidos e Reino Unido se organizam para denunciar a opressão sexual, racial, heterossexual e de classe a que estão submetidas as mulheres negras em contraste com as mulheres brancas (STOLCKE, 2004).

Segundo Stolcke (2004), as feministas negras introduziram novo desafios políticos e teóricos. O engendramento das desigualdades sócio-raciais não são fruto de uma convergência ou fusão, de diferentes fontes de opressão sobre as mulheres, mas sim de uma interseção dinâmica entre o gênero, raça e classe em estruturas de dominação históricas.

Segundo Scavone (2008), a consolidação do campo de estudo sobre as mulheres, denominados de estudos de gênero, emergiu paralelamente a eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-1968 e nos Estados Unidos. Foi a partir de então que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação dos movimentos sociais com os estudos feministas.

2.3 Movimentos Feministas no Sul global

Em vários países latino-americanos, a exemplo de Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, bem como no Brasil, as primeiras manifestações feministas apareceram na primeira metade do século XIX. Na primeira década do século XX, já existiam organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina. É a partir dos anos 1920, que a luta sufragista toma forma em muitos dos países latino-americanos, liderada pelas mulheres de classe média e alta, que através de ações diretas com os órgãos legislativos, conquistam o direito do voto (TIMOTEO, 2013).

Na América Latina, a segunda onda do movimento feminista acontece nos anos de 1970, em meio ao autoritarismo e repressão dos regimes militares dominantes, além dos impactos do movimento feminista internacional (TIMOTEO, 2013).

Ao final dos anos de 1970, surgem no Feminismo, críticas ao universalismo das propostas feministas que apontam a diferença sexual como causa da desigualdade de gênero. O universalismo feminista parte da ideia de que a diferença sexual é o problema e a solução seria atenuá-la através da independência das mulheres no que diz respeito ao trabalho, o abandono do confinamento do espaço doméstico e o questionamento dos papéis e ideologias da feminilidade (NAVAZ, 2008).

As novas propostas dão luz a um sujeito feminino com uma visão própria e particular que a distingue do homem e dá sentido enfim à categoria mulher em sua mais profunda e autêntica dimensão. Muitas mulheres pertencentes a coletivos situados à margem dos ativismos feministas dominantes denunciam o modo como seus interesses são cooptados pelo feminismo branco por uma parte, e por outra, como as representações das mulheres marcadas pela diferença étnica são racistas e enfraquecem o poder das mulheres. Feministas negras e mexicanas desde o contexto político norte-americano destacam a importância do racismo na invisibilização de seus interesses e apontam como proposta teórica tornar o sujeito analítico-político mais complexo (NAVAZ, 2008).

Segundo Navaz (2008), frente ao etnocentrismo do feminismo ocidental dominante, as vozes e experiências das mulheres excluídas impulsionam de várias formas para que o projeto político e intelectual do feminismo se descolonize, democratize-se e consiga criar alianças necessárias para apoiar processos transformadores para as mulheres e homens das comunidades mais favorecidas e menos valorizadas do sul.

3. Feminismos na África, o Eurocentrismo no Contexto da Formação da Identidade Feminista Africana

Descritos como a Era da Modernidade, os últimos cinco séculos foram definidos por uma série de processos históricos, como o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão, e também a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. Foi durante esse período de grandes transformações que gênero e categorias de raça surgiram como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas e sociedades estratificadas (OYĚWŪMÍ, 2004).

Um dos efeitos do eurocentrismo é a racialização do conhecimento, enquanto a Europa é representada como fonte do conhecimento, os europeus o são como conhecedores. O privilégio do gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu está consagrado na cultura da Modernidade (OYĚWŪMÍ, 2004).

Segundo Mohanty (2008), as estruturas jurídicas, econômicas, religiosas e familiares são tratadas como fenômenos suscetíveis ao julgamento do padrão ocidental, e é nesse contexto que se encontra a universalidade eurocêntrica.

Existe uma evidência que sugere que o gênero, em toda sua diversidade e manifestações

diversas, tem sido um dos princípios organizadores das sociedades africanas, do passado e do presente (MAMA, 2008). Tal evidência é reflexo das análises feministas que alimentam e mantêm a hegemonia da ideia de superioridade do Ocidente, que acaba produzindo um conjunto de imagens universais da mulher do Terceiro Mundo (MOHANTY, 2008).

Segundo Mohanty (2008), a pressuposição de “mulheres” como um grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos, sem se levar em consideração a classe social, ou a localização, ou as diferenças raciais e étnicas, implica em uma noção de diferença sexual ou de gênero, e até mesmo de patriarcado, que pode ser aplicada de forma universal e a todas as culturas.

Os conceitos contemporâneos de “identidade política” são em sua maioria, economicistas, e insubstanciais, e referem-se a mobilizações em torno do que agora parecem ser as noções primordiais de identidade e comunidade. A diferença entre os nacionalismos do passado e da proliferação de identidades que hoje se percebe, reside no fato de que o primeiro ajudou na construção da nação, enquanto que o segundo, se constitui em uma ameaça constante para sua fragmentação e implosão. Assim, a identidade não é nada mais do que tudo relacionado ao poder e à resistência, à sujeição e cidadania, ação e reação (MAMA, 2008).

As pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para compreender a subordinação e a opressão sofrida pelas mulheres em todo mundo e, ao fazerem isso, também assumem a categoria mulher e sua subordinação como universais. Contudo, gênero é antes de tudo uma construção sociocultural e, portanto, há que se questionar o porquê do uso desta categoria e não de raça, que é tão fundamental para afro-americanas (OYËWÛMÍ, 2004).

Os estudos acadêmicos feministas do Ocidente sobre o Terceiro Mundo devem ser vistos e analisados em termos de sua inscrição dentro destas relações particulares de poder e luta. O Feminismo ocidental não pode fugir da responsabilidade de se situar e analisar seu papel no contexto econômico e político global. Dessa forma, esse contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em consideração para se compreender as realidades africanas e de fato a condição humana (OYËWÛMÍ, 2004). Não fazer tal reflexão, seria portanto, ignorar as complexas interconexões entre as economias de Primeiro Mundo e as de Terceiro Mundo, bem como seus profundos efeitos na vida das mulheres em todo o planeta (MOHANTY, 2008).

3.1 O Caráter Colonial do Feminismo Euro-Americano no Contexto Africano: Perspectivas Locais

Segundo Bakare-Yusuf (2003), dois encontros históricos e interdependentes são fundamentais para se analisar a experiência contemporânea do gênero africano. O primeiro envolve a incorporação de diferentes sociedades africanas em uma economia mundial, que teve origem com a invasão muçulmana árabe no século VII, seguido pelo colonialismo europeu e a ocupação a partir do século XV, que se estende até o presente sob forma de adminis-

trações neocoloniais contemporâneas. O segundo se baseia em um horizonte sócio-cultural e metafísico africano da pré-conquista indígena, onde as identidades e relações sociais estão implicadas e incorporadas. Portanto, essas transformações que se seguem desde imposições externas e processos históricos internos se combinaram para distorcer, modificar e transformar as relações de gênero africanas, de tal modo que torna-se difícil falar sobre o significado e experiência da existência de gênero (BAKARE-YUSUF, 2003).

Segundo Bakare-Yusuf (2003), ao lidarmos com padrões específicos dentro de amplas trajetórias históricas, nossas investigações devem reconhecer que a cultura “nacional” de cada país africano é caracterizada por religiões, classes regionais, e especificidades étnicas. Um cuidado ao analisar cada contexto cultural africano permite reconhecer o poder da etnia em moldar a vida das pessoas, pois como afirma Herbert Ekwe-Ekwe, apesar da promoção dos Estados-nação na África:

a esmagadora maioria dos africanos ainda não vivem suas vidas cotidianas normais como senegaleses, nigerianos, zaienses, quenianos... Em vez disso, eles vivem suas vidas como Wolof, Yorùbá, Ibo, Ijo, Nupe, Bakongo, Baluba, Baganda, Kikuyu, Asante, e assim por diante (EKWE-EKWE, 1993, p.95 apud BAKARE-YUSUF, 2003, p.14).

Para se evitar a definição “mulher africana” em termos de uma identidade unitária e fechada, um intervalo de elementos precisa ser situado nos termos de cada cultura. Só depois dessas análises iniciais é que se pode iniciar um diálogo intercultural significativo entre as mulheres africanas, para posteriormente, se possível, estender isso a outros grupos culturais com o objetivo de intercâmbios produtivos e libertadores dentro de uma comunidade global (BAKARE-YUSUF, 2003).

O feminismo surge hoje com recorrência crescente em todas as formas de interação cultural, tanto como teoria, atitude e até mesmo posicionamento. Posicionamento este que, sumariamente, visa à emancipação das mulheres da opressão política, econômica, cultural, social, física e fisiológica (BAMISILE, 2013).

Teóricas como Niara Sudarkasa, Oyèrónké Oyěwùmí e Nkiru Nzegwu têm apontado que é errado sugerir que a assimetria sexual é interna a sociedades africanas, ou que gênero, antes da invasão europeia, era um princípio organizador, uma vez que as sociedades africanas podem muito bem ter suas próprias formas de desigualdades e estratificações. Dessa forma, autoras como Nzegwu apontam que equiparar diferença sexual com desigualdade sexual equivale a uma leitura equivocada das estruturas sociais africanas, bem como da importância do sexo dual. Assim, a noção de “patriarcado” é, portanto, visto como um conceito importado (BAKARE-YOSUF, 2003).

Apesar de o Feminismo ter se tornado global, é a família nuclear ⁹ ocidental que fun-

⁹ A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como

damenta toda sua grande parte teórica, portanto, os conceitos centrais que tem sido os pilares do feminismo- gênero, mulher e sororidade- são apenas compreendidos de forma profunda quando se analisa a família nuclear da qual surgiram (OYĚWÙMÍ, 2004).

Segundo Oyewúmí (2004), o desafio central dos estudos de gênero africanos é a aplicação dos conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas. O fato de as categorias de gênero ocidentais serem apresentadas como inerentes à natureza biológica dos corpos, e operarem numa dualidade dicotômica binária, de homem/mulher, masculino/feminino, em que o homem é presumidamente superior, reside em uma questão particularmente alienígena a muitas culturas africanas.

3.2 Feminismos na África: Por uma Epistemologia do Sul

Ainda há pouca compreensão de que os arranjos sociais africanos, familiares e de outras formas são derivados de uma base conceitual completamente distinta. Em toda a África, a categoria *iyawo*, geralmente traduzida pelo inglês como esposa, não é um gênero específico, apenas denota relações de subordinação entre quaisquer duas pessoas. Assim, é bastante difícil confundir mulher com esposa e articulá-las como categoria dentro do esquema conceitual africano (OYĚWÙMÍ, 2000).

Sobre as características contrastantes dos sistemas familiares baseados na África e formas baseadas na Europa, a antropóloga Niara Sudarkasa ressalta que a família nuclear é uma família com bases conjugais, enquanto que na África Ocidental, da qual a família iorubá faz parte, é a linhagem que se considera como família. A linhagem familiar é um sistema baseado na consanguinidade, e é construída em torno de um núcleo de irmãos e irmãs (OYĚWÙMÍ, 2004).

A sociedade iorubá do sudoeste da Nigéria apresenta um diferente tipo de organização familiar. Assim, a família tradicional iorubá pode ser descrita como não generificada, uma vez que os papéis de parentesco e de categorias não são caracterizados ou diferenciados pelo gênero. Ao contrário do gênero, que é rígido e estático, o princípio da consanguinidade é dinâmico e fluido (OYĚWÙMÍ, 2004).-

De acordo com Bamisile (2013), os diferentes modos de expressão antifeministas no continente africano convergiram para a busca de alternativas de designações terminológicas para auto definição e luta pela emancipação das mulheres em África.

Tanto na África quanto na diáspora africana, as posições antifeministas se fazem bastante presentes e levaram à conceitualização de alternativas ao Feminismo euro-americano. Pode-se apontar como exemplo destes conceitos alternativos o “Motherism”, proposto por Catherine Acholonu, o “Womanism” de Alice Walker, nos Estados Unidos, o “Womanism” de Chikwenye Ogunyemi e Mary Kolawole da Nigéria, o “Womanism” africano de Clenora Hudson-Weems dos E.U.A., o “Stiwanism” de Molaria Ogundipe-Leslie da Nigéria, o conceito de “Misovire”, cunhado por Werewere Liking, o conceito de “Femalism” de Chioma Opara, e o de “Gynism”, cunhado pela filósofa e feminista africana, Pauline Marie Eboh (BAMISILE, 2013).

ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado (OYĚWÙMÍ, 2004, p.3-4).

Segundo Bamisile (2013), o que caracteriza comumente a grande preocupação de todas essas designações e todos esses conceitos é a busca e apresentação de um movimento autônomo das mulheres negras africanas. O objetivo é que este movimento seja um contraponto ao Feminismo euro-americano, dando corpo a crítica que as africanas pretendem fazer ao Feminismo ocidental que exclusivamente depende do binarismo de gênero e suas consequências em termo de desvalorização da mulher.

O conceito de “Motherism”, desenvolvido pela estudiosa Acholonu, de origem nigeriana, defende a ideia de que nas sociedades tradicionais africanas as mulheres não estavam em situação de desvantagem em relação aos homens. Segundo a autora, a noção de que as mulheres estão em situação de inferioridade em relação aos homens foi importada pela África, através do colonialismo ocidental e árabe, e se deu em resultado do impacto de posicionamentos discriminatórios provenientes das ideologias cristã e islâmica (BAMISILE, 2013).

Acholonu (1998 apud BAMISILE, 2013) considera que a deliberada marginalização das mulheres foi uma das principais estratégias do colonialismo, uma vez que os colonialistas tinham consciência da importância e influência das mulheres, bem como da força das sociedades africanas, derivadas da coesão de um tecido social em que os sexos coexistiam em complementaridade. Portanto, para esta autora não faz sentido as mulheres africanas adotarem as ideologias feministas ocidentais, sem levarem em conta a especificidade cultural e histórica de suas peculiares experiências de vida na África e da visão de mundo daí decorrente.

Para Acholonu (1995 apud BAMISILE, 2013), a conceituação de um Feminismo africano deve incluir a aceitação e inclusão da condição de mãe, onde o conceito “Motherism”, congrega e incorpora as noções de maternidade, natureza e sustento, e tanto homens quanto mulheres podem ser “Motherists”.

Outro conceito surge com a autora Opara (1999), intitulado “Femalism”, em que ela defende a solidariedade e a colaboração entre os sexos. Este conceito é similar ao de “Gynismo”, desenvolvido pela filósofa e feminista africana Eboh (1999), onde a autora sublinha a igualdade dos homens e das mulheres a partir da perspectiva divina da complementaridade dos sexos. Há também o conceito proposto pela nigeriana Molara Ogundipe-Leslie, intitulado de “Stiwanism”, este conceito chama atenção para a inclusão das mulheres africanas, com a participação dos homens, nos processos de transformação política e social, refletido a partir do acrônimo STIWA, criado pela autora para designar Social Transformation Including Women In Africa. Esse conceito não é bem aceito na África por refletir tendências de imposição imperial e neocolonial (BAMISILE, 2013).

A alternativa feminista mais conhecida é a de “Womanism”, proposta pela escritora afro-americana, Alice Walker, que defende um caráter universalista pela luta das mulheres, porém defende também a necessidade de um conceito específico focado na identidade das mulheres negras. As “womanists” defendem estão empenhadas em superar a discriminação sexista, mas também a discriminação de identidade social e socioeconômica das pessoas (BAMISILE, 2013).

Segundo Eboh (1998), as mulheres africanas reconhecem a necessidade de um Feminismo internacional, porém, elas rejeitam o modelo ocidental feminista. Apesar de as de-

mandas feministas dos países ocidentais serem igualmente relevantes para as mulheres africanas, estas dificilmente querem ser associadas ao termo “feministas”, elas preferem ser reconhecidas por “Womanists”. A filosofia do “Womanism” africano é a fidelidade tanto à emancipação das mulheres quanto à libertação da África.

O conceito de “Womanism”, da nigeriana Chikwenye Okonjo Ogunyemi, também descreve o movimento como uma emanção negra do Feminismo, contudo, apesar de ambos os movimentos lutarem pela liberdade e independência das mulheres, devem ser postos em prática de formas diferentes no Norte branco e Sul negro global. Isso se dá porque o “Womanism” é uma forma de Feminismo que supera questões de gênero, adentrando no âmbito das questões de raça e classe social. Neste sentido, a autora defende a exclusividade da participação das mulheres negras neste movimento e por este motivo, esse movimento nunca se associou ao “Womanism” de Alice Walker (BAMISILE, 2013).

Há também o conceito de Africana “Womanism” (falta algo nesse trecho), desenvolvido pela afro-americana Clenora Hudson-Weems, uma ideologia criada e destinada a todas as mulheres de ascendência africana. A autora também defende exclusividade para as mulheres negras neste movimento, pois defende que a verdadeira história do Feminismo revela um fundo de caráter racista e, portanto, incompatível com as mulheres africanas (BAMISILE, 2013).

Em meio às diferenças de gênero que são fundamentadas nas complexas realidades das experiências cotidianas das mulheres africanas, os feminismos africanos passam a exigir uma descrição teórica mais incorporada, que leve esses fatores em consideração (BAKARE-YUSUF, 2003).

Exemplos africanos, como a família iorubá, refletem os desafios ao universalismo injustificados de discursos de gênero feministas. A partir deste exemplo, torna-se completamente claro que as categorias sociais africanas são fluidas, não se baseiam no tipo de corpo e são altamente situacionais. Portanto, as análises e interpretações de África, devem partir da África, tanto significados quanto interpretações devem derivar das relações sociais e da organização social, levando em consideração os contextos culturais e locais específicos (OYĚWÙMÍ, 2004).

Os cinco séculos de longo processo de globalização implicaram em uma série diversa de fronteiras em todo o globo. Uma das questões mais importantes para o Feminismo na virada do milênio, é a fragmentação da mulher - o sujeito do Feminismo. Isso pode ser entendido como um desafio lançado pelas bases pós-modernistas da (ir)realidade social. Os desafios teóricos para a compreensão racial e cultural monolítica do sujeito pós-moderno são anteriores ao Feminismo. As feministas negras americanas são exemplos disso (OYĚWÙMÍ, 2004).

O que se faz necessário é um movimento à margem das construções monolíticas, que esteja voltado para esforços que lidem com a experiência vivida em todas as suas ramificações existenciais. Ao caminharmos nesse sentido, poderemos fornecer descrições mais abrangentes e completas sobre as identidades das mulheres africanas em toda sua rica complexidade (BAKARE-YUSUF, 2003).

Considerações Finais

Como se pode constatar na presente pesquisa, os feminismos ocidentais em sua totalidade não se reportam às mulheres do Sul Global de forma plena. As questões de gênero e sexualidade ainda carregam traços de colonialidades, até mesmo dentro dos movimentos feministas euro-americanos, não abarcando questões fundamentais - como raça, classe, etnia, sexualidade - que dizem forte respeito ao Sul Global, reproduzindo assim as colonialidades. Conceitos feministas como o “Womanism”, da nigeriana Chikwenye Okonjo, e o “Motherism”, da também nigeriana Acholonu, são conceitos que se aproximam das características do pensamento fronteiriço, e, portanto, apresentam certo caráter de pensamento descolonial.

Faz-se necessário que os movimentos feministas africanos continuem se fortalecendo, delimitando seus próprios conceitos e identidades através de suas próprias concepções de mundo, pois só assim, as mulheres africanas alcançarão sua legitimação e efetividade nas lutas pela emancipação política e libertação do jugo colonial.

Referências Bibliográficas

BAKARE-YUSUF, Bibi. **Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence**. Feminist Africa Issue 2. 2003: Changing Cultures.

BALLENSTRIN, L. **América Latina e o Giro Decolonial**. Revista brasileira de Ciência Política, nº 11. Brasília, maio-agosto, p. 89-117, 2013.

BAMISILE, Sunday Adetunji. **À procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo**. Via Atlântica, São Paulo, nº 24, pp. 257-279, dez, 2013.

ELÍBIO Jr, A. M.; ALMEIDA, C. S. D. M. de.; LIMA, M. C. **Edward Said e o Pós-colonialismo**. Saeculum-Revista de História, nº 29, João Pessoa, jul/dez, 2013.

FILAX, Gloria; SHOGAN, Debra. Teoria Queer/Abordagens Lésbica e Gay. In: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy (orgs). **Teoria e Métodos de Pesquisa Social**. Vozes, 2015.

FONSECA, M.; JERREMS, A. **Pensamiento Decolonial: una nueva apuesta en las Relaciones Internacionales**. Relaciones Internacionales, nº 19, fev, 2012.

GROSFUGUEL, Ramon. **“Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147, 2008.

LOURO, Guaciara Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 2, nº

03, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto*. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MAMA, Amina. *Temas desafiantes: Género y Poder en los Contextos Africanos*. In: SUÁREZ, Navaz L.; HERNÁNDEZ, Rosalva (Ed). **Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

_____. Walter. *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Sociologias, ano 11, nº 21, pp. 150-182, Porto Alegre, jan/jun, 2009.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Bajos los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial*. In: SUÁREZ, Navaz L.; HERNÁNDEZ, Rosalva (Ed). **Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, 2008.

NAVAZ, Liliana Suárez. *Colonialismo, Gobernabilidad y Feminismos Poscoloniales*. In: SUÁREZ, Navaz L.; HERNÁNDEZ, Rosalva (Ed). **Descolonizando El Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**, 2008.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, 2004.

_____. Oyèrónké. **Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies**. Signs, Vol. 25, No. 4, pp.1093-1098, Feminisms at a Millennium, 2000.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v. 24, n. 1, pp. 77-98, 2005.

PELÚCIO, Larissa. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer**. Contemporânea-Dossiê Saberes Subalternos, v.2, nº 02, pp. 263-369, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Revista de Sociologia e Política, v. 18, nº36, Jun, pp.15-23, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y clasificación social*. In: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

SANTOS, G. G. da C.; SILVA, M. de A. **Gênero, Sexualidade e Pós-colonialidade**. Realis, v. 4, nº 01, jan/jun, 2014.

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista**. Estudos feministas, Florianópolis, pp. 173-186, jan/abr, 2008.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: NEUMA, Aguiar (org.) **Gênero e Ciências Humanas**. RJ, Rosa dos Tempos, 1997.

STOLCKE, Verena. **La mujer es puro cuento: la cultura del género**. Estudos Feministas, Florianópolis, pp. 77-105, maio/ago, 2004.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. As transformações do movimento feminista no Brasil e sua relação com a América Latina. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 2013.

Um ensaio sobre o Desenvolvimento dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas na América Latina

Gabriel Galdino Gomes*

Resumo: Os direitos fundamentais aos povos indígenas na América Latina se encontram em um gradual processo de evolução e consolidação, tendo como fator internacional de maior relevância à sua contribuição a Declaração dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas de 2007. Não obstante, a Constituição Federal do Brasil de 1988, indicou avançados aspectos em favor aos direitos essenciais à população indígena, os quais percebidos na ótica atual, permanecem travados mediante determinadas implicações institucionais. Nesse sentido, o artigo tem por finalidade refletir sobre o avanço da situação constitucional do Brasil e seus entraves, relacionando-os com o desenvolvimento do Direito Internacional no que tange as minorias étnicas, analisando a influência deste nas diversas nações da América Latina, principalmente por meio de suas alterações constitucionais.

Palavras-Chave: Povos Indígenas; Direito Internacional, Brasil; América Latina

Abstract: The fundamental rights of the indigenous peoples in Latin America are in a gradual process of evolution and consolidation, in which context the Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007) is the most relevant international factor. Although Brazil's Federal Constitution (1988) points advanced aspects towards the essential rights of the indigenous peoples, many of them remain blocked due to institutional barriers. Thus, this article aims to question the progress of the constitutional situation in Brazil and its obstacles, while also relating them with the development of International Law regarding ethnic minorities as well as its influence on Latin American countries, mainly through constitutional changes.

Keywords: Indigenous Peoples; International Law; Brazil; Latin America

* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa; gabrielgaldinogomes@gmail.com

Introdução

A noção de direitos humanos está associada aos direitos estabelecidos como inerentes à pessoa humana que visam assegurar sua integridade física e psicológica diante de seus semelhantes e o Estado. Trata-se, assim, de direitos que a sociedade política deve respeitar e garantir, como valores concebidos da condição humana (BOBBIO, 2004). Todavia a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 é mormente criticada por ter apresentado um caráter individualista, o qual acaba se restringindo aos direitos do “indivíduo” e não do “indivíduo coletivo”, sua cultura, língua, entre outros aspectos sociais-históricos.

A Constituição de 1988 do Brasil, produzida no período de redemocratização, representa, assim, a consolidação dos princípios dos direitos humanos em seu conteúdo, o que por sua vez, revela um significativo avanço, em sua época, acerca da atribuição dos direitos fundamentais aos povos indígenas (JUNIOR, 2008). Evidenciando, simultaneamente, o flagelo do direito internacional, naquela época, em orientar aos entes estatais a adoção do caráter integracionista àquela minoria étnica.

Dessa forma, Organismos Internacionais, Estados e principalmente as Organizações Indígenas têm exercido esforço no cenário internacional com o propósito de criar uma nova categoria do Direito Internacional relacionada aos Direitos aos Povos Indígenas, visando respeitar os seus direitos fundamentais, sem confrontar, no entanto, com as adversidades do âmbito nacional das diferentes nações.

Com efeito, através da aprovação em 2007 da Declaração dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, concluiu-se uma luta de mais de décadas por alcançar um acordo entre os atores internacionais já mencionados.

Logrou-se então, com a especificação de uma nova categoria de cidadania, das várias que compõe o bojo dos Direitos Humanos no cenário internacional, considerando o direito indígena não apenas como do “indivíduo”, mas principalmente como sujeito coletivo de direito (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Embora se possa argumentar que existem dois objetos distintos de análise, o fato é que não se pode considerar a evolução dos direitos humanos dos povos indígenas no Brasil e América Latina, sem relacioná-los às mudanças que assolaram o direito internacional referente as minorias étnicas durante 1948 - 2007.

Dessa forma, este artigo pretende avaliar como a Constituição de 1988 do Brasil representou um significativo avanço em relação aos direitos indigenistas na época, juntamente, evidenciando os entraves jurídicos internos que impossibilitaram a sua efetivação de fato. Concomitantemente, busca-se analisar o desenvolvimento do Direito Internacional no que concerne aos direitos indigenistas, relevando desse modo, a necessidade da consolidação de tais direitos na América Latina. Posteriormente é averiguado a situação jurídica após a aprovação da Declaração dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas, pelos diversos países da região, efetivamente, visualizando as modificações constitucionais introduzidas com o aderimento da Declaração.

Portanto, em suma, procura-se compreender o processo de transformação política da

questão étnica no Brasil e na América Latina, a qual como consequência contribui para o entendimento das demandas dos povos indígenas e das alternativas que estão sendo consideradas para superar sua situação marginal dentro dos Estados nacionais, através do âmbito internacional.

1. Constituição Brasileira de 1988: O paradigma de integração em confronto com o reconhecimento de direitos originários dos povos indígenas

O tratamento jurídico brasileiro conferido a população indígena ao longo de muito tempo da história da República do Brasil, esteve atrelado à concepção de que estes constituíam um entrave ao desenvolvimento nacional, em razão, principalmente, de não compatibilizarem aos objetivos políticos e econômicos do Estado.

Além do mais, as primeiras concepções dadas aos direitos dos índios nas demais Constituições brasileiras, apresentam um caráter integracionista, simplesmente por afirmarem a exigência dos povos indígenas de se adequarem a um modelo de sociedade imposto, renegando suas identidades em nome de sua inserção à nação estatal (SANTOS, 2005).

Nesse sentido, de acordo com Souza e Barbosa (2011), observa-se que a legislação indígena, ao invés de promover a tutela dos interesses das populações indígenas, se fundamenta na estigmatização destas através de direitos integracionistas, tratando-as de forma preconceituosa sem se importar efetivamente no atendimento de suas necessidades. Tal peculiaridade se revela presente em todo o processo legislativo indigenista desde o período colonial até o século XX, no qual em 1988, a Constituição Federal promulgada rompeu significativamente com essa perspectiva.

A evolução no tratamento jurídico indígena do Brasil, atinge uma nova dimensão com a Constituição de 1988, principalmente pelo reconhecimento dos direitos originários àqueles: “Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens¹”

Não obstante, adquirida a personalidade jurídica conforme o artigo 1º do Código Civil (2002), toda a pessoa passa ser capaz, sendo assim, pode ser titular de direitos e obrigações na ordem civil. Dessa maneira a capacidade constitui a efetividade da aptidão genérica para titularizar direitos e obter obrigações (SOUZA; BARBOSA, 2011). Ademais, a capacidade pode ser plena para uns e limitada para outros, ou seja, existe pela compreensão jurídica brasileira vários graus de capacidades e para cada grupo uma série de leis que rege o seu comportamento. No caso da população indígena brasileira é o ordenamento do Estatuto do Índio de 1973.

Posto isto, o atual diploma indígena vigente, o Estatuto do Índio (Lei n. 9.001/73) apesar de considerar válido o ato praticado por índio que revele consciência e conhecimento sobre o ato praticado com a inexistência de prejuízo, tem em sua premissa o índio como ser absolutamente incapaz: “Art. 8º São nulos os atos praticados entre o índio não integrado e

1 Ver em BRASIL. Constituição Federal de 1988.

qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente² ”.

O órgão supramencionado que executa a tutela indígena em nome do Governo Federal é a Fundação Nacional do Índio criada pela Lei n. 5.971/67, cujas finalidades se baseiam no contraditório sistema integracionista (SANTOS, 2005).

Sumariamente, mesmo que a FUNAI tenha contribuído na proteção de certos direitos indígenas e à proteção de suas terras, Souza e Barbosa (2011) adverte que, o órgão

[...] acaba por prejudicar os interesse destas populações, as quais ficam proibidas de se autodeterminarem, só podendo exercer seus direitos com autorização da FUNAI que certas vezes, em razão de cumprimento de textos legais indigenistas, atende aos interesses governamentais em detrimento dos indígenas (SOUZA, BARBOSA, 2011, p.4).

É possível perceber que tanto o Estatuto do Índio quanto a FUNAI acabam por desempenhar um papel integrado aos interesses nacionais. Sendo assim, aprovada a Constituição de 1988, logo se impôs a revisão do Estatuto do Índio, projeto de lei que, segundo Santos (2005) até o momento presente encontra-se barrado dentro do Congresso, tornando as atividades do Estado ainda fundamentadas pelo caráter integracionista daqueles órgãos.

Portanto, mesmo em meio as adversidades atuais, a Constituição Federal de 1988 representou um grande marco na democratização do país, colocando-se entre as Constituições mais avançadas da América Latina, sobretudo por reconhecer os direitos fundamentais dos índios (JUNIOR, 2008). Com efeito, a instituição e fortalecimento do Estado Democrático de Direito do Brasil está intimamente ligada ao respeito e à consolidação da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, e na temática indígena evidencia-se um considerável progresso que apenas se visualizará igual, no contexto internacional, em 2007.

2. Evolução do Direito Internacional referente aos direitos dos povos indígenas

Quando se aborda acerca dos direitos dos povos indígenas, do ponto de vista das normas e princípios internacionalmente discutidos, automaticamente, remete-se a três instrumentos internacionais vigentes: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948; o Convênio 169 sobre Povos Indígenas Tribais em Países Independentes de 1991; e a Declaração dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas, proclamada em 2007.

O processo de constituição dos direitos humanos referente ao que se encontram no cenário atual baseados na Carta de 1948 da ONU, possui uma longa história e complexa que, em um âmbito macro-histórico iniciou-se com o período das grandes descobertas do século XVI e XVII, adentrando o século XVIII, no bojo do movimento iluminista, tornando-se, no século XIX, o primitivo, cuja diferença passa a ser vista não enquanto tal, mas como um estágio evolutivo, a ancestralidade do civilizado, no caso, os europeus (ACÇOLINI, 2010).

Como indica Tosi, nos manuais de história, a questão parece simples, como uma con-

2 Ver em Lei Federal n.6.001, de 19 de dezembro de 1973.

strução linear de ideias:

[...] iniciam desde a Magna Carta Libertatum da Inglaterra do século XIII, passando pela Revolução Gloriosa Inglesa do século XVII, até a Revolução Americana e Francesa do século XVIII para concluir finalmente com a Declaração Universal das Nações Unidas do século XX. A Europa e a cidade aparecem, assim, como o espaço onde progressivamente, ainda que com contradições, se forja a emancipação do homem, que é, posteriormente, estendida a toda humanidade como modelo a ser seguido. O resto do mundo constitui o agente passivo, marginal é o “outro” que não é ‘descoberto’, mas ‘ocultado’ [...] (TOSI, 2002, p.25)

Não obstante, na América Latina já ocorriam algumas tentativas formais, no plano internacional, com o objetivo de promover a criação de alguma legislação correspondente aos direitos fundamentais do povo indígena. Se consolidando no 1º Congresso Indigenista Interamericano de Pátzcuaro, de 1940, no México, “numa tentativa de articular a legislação indigenista, tendo em mente sistematizar e comparar os princípios jurídicos e a legislação dos países membros” (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008, p.202).

Fica evidente então que, durante os séculos expostos até o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela ONU em 1948, pós-Segunda Guerra Mundial, a doutrina dos direitos humanos foi construída no contexto da expansão europeia e a partir de confluência de várias correntes, como a do liberalismo, do socialismo e do cristianismo social (ACÇOLINI, 2010). Sem portanto, admitir em seu conteúdo, acuradamente, uma salvaguarda as coletividades e minorias étnicas.

Dentre os caracterizados como direitos fundamentais do homem, tem-se os artigos 1 e 55 da Carta das Nações Unidas, que institui os princípios da autodeterminação dos povos, da não discriminação e o princípio da promoção da igualdade, aspecto que se põe como um avanço inquestionável em relação aos povos indígenas.

De acordo com o princípio da autodeterminação dos povos, o direito dos povos e nacionais à livre determinação é um requisito prévio para o exercício de todos os direitos humanos fundamentais. O princípio da não discriminação, por sua vez, determina que o pleno exercício de todos os direitos e garantias fundamentais pertence a todas as pessoas, independente de raça sexo, cor, condição social, genealogia, credo, convicção política, filosófica, ou qualquer outro elemento arbitrariamente diferenciador (SAMANIEGO, 2000, p.10).

Década após, em 1957, cria-se através da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Convenção 107 sobre Populações Indígenas e Tribais, estabelecendo especificamente a proteção e integração das populações tribais. Essa ação da OIT, conforme Urquidi (2009), comprova a sua tentativa de buscar orientar as ações integracionistas dos governos em matéria indígena. O Brasil, por exemplo, aderiu a Convenção em 1966, época em que tanto o conteúdo da Convenção como o da Constituição brasileira em referência a população indígena apresentavam caráter integracionista (SANTOS, 2005).

Posteriormente, em 1986, a OIT promoveu o debate para a revisão da Convenção

107, em particular por seu aspecto negativo em relação a política integracionista por parte dos Estados. Cria-se, então em 1989 entrando em vigor em 1991, a Convenção 169, a qual se destaca por apresentar a ideia da participação dos índios nas decisões políticas de suas respectivas nações, determinando que essa participação deveria ser garantida pelas políticas públicas nacionais e pela estrutura jurídica de cada país, de decidir os rumos de sua vida social, cultural e econômica, afirma Urquidi, Teixeira e Lana (2008).

O Brasil só ratifica a Convenção em 2002, assim,

Em verdade, diante do direito interno, a Convenção de 169 não apresenta inovações mais profundas frente ao que está expresso em favor dos povos indígenas na CF [Constituição Federal] de 1988. Mas isto não justifica a morosidade com que o Congresso Nacional e o governo aprovaram a adesão do país a este instrumento de direito internacional (SANTOS, 2005, p. 79).

É nesse contexto que, os a luta pelo reconhecimento dos direitos diferenciados das minorias nacionais são orientados à conclusão da Declaração dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas de 2007, pela Assembleia Geral da ONU, dando continuidade ao caráter não-integracionista e de reconhecimento dos direitos fundamentais e originários dos povos indígenas já destacados na Convenção 169.

3. América Latina e a necessidade do reconhecimento dos direitos de sua minoria étnica

A aprovação em 2007 da Declaração dos Direitos Humanos para os Povos Indígenas implica em pôr em prática a politização da multiplicidade étnica, além de abrir espaços públicos e democráticos para o debate e participação dos índios nas decisões que o Estado pode lhes afetar (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Muito embora a Declaração careça de força legal, por se caracterizar como uma *soft law*³, o documento tem a força moral que obriga os países assinantes a introduzir um novo ordenamento jurídico e a criar instituições que se adaptem aos novos direitos reconhecidos.

Desse modo, na América Latina, a Declaração adquire essencial importância, visto que a região abriga 10% do contingente indígena do mundo. As estimativas avaliam que a população indígena oscila entre 8% a 12%, o que chega a equivaler entre 30 e 50 milhões de pessoas, simultaneamente, acumulando altos índices de mortalidade, analfabetismo e incidência de extrema pobreza (PNUD, 2004).

Na Guatemala, Bolívia, Peru e Equador, a população indígena pode igualar a civilização não indígena. Em outros países, a superfície habitada por comunidades indígenas é considerada proporcionalmente superior à ocupada pelos demais da sociedade. No caso

3 Segundo Mazzuoli (2011), pode-se afirmar que *soft law* em sua moderna acepção compreende todas as regras cujo valor normativo é menos constringente que os das normas jurídicas tradicionais, seja porque os instrumentos que as abrigam não detêm o *status* de “norma jurídica”, seja porque os seus dispositivos, ainda que insertos no quadro dos instrumentos vinculantes, não criam obrigações de direito positivo aos Estados, ou não criam senão obrigações pouco constringentes.

brasileiro a população indígena, que conforme dados da Cepal (2006) corresponde a 0,4 da população total, ocupa mais de 12% do território nacional, um espaço rico em recursos hídricos, madeiras preciosas, jazidas de minério e, sobretudo biodiversidade. Com efeito, esta situação exige ao governo estudos acurados acerca do relacionamento com os povos indígenas, visto que isso se revela extremamente importante para dar maior base ao desenvolvimento da a estratégia nacional.

Nesse contexto, a questão indígena é compreendida como um problema de ordem política e não mais apenas uma questão étnica antropológica ou social. Sendo assim, tal temática exige ser considerada pelos Estados dentro da formulação de sua constituição, para que quando possível possa implementá-la através de suas legislações e políticas públicas.

No entanto, pouco dos direitos defendidos pela Declaração foi efetivado, como será visto adiante. Se a Declaração de 2007, fosse implementada totalmente na jurisdição desses países, a população latino-americana, conforme Urquidi (2009) um contingente de 30 a 50 milhões de pessoas, algo entre 8 a 12% da população regional, teria direito coletivo à posse e propriedade da terra e dos recursos renováveis nela de modo livre e protegido. Seguindo a mesma ideia da autora,

As comunidades poderiam demandar níveis de autonomia em relação ao governo central e o direito a manter suas formas de organização ancestral e de administração de justiça, bem como quando necessário, poderiam participar nas decisões administrativas e legislativas do Estado, principalmente se elas afetam os interesses das comunidades (URQUIDI, 2009, p.2).

Suas culturas, nesse sentido, seriam respeitadas nas suas tradições práticas, formas de organização e conhecimentos científico e de medicina, nas suas crenças e valores espirituais como instâncias em que se constitui a identidade individual e coletiva; e também estaria garantido a essa população o direito essencial à educação universal e ao ensino diferenciado nas suas línguas originárias e com conteúdos curriculares que refletem e valorizam a sua cultura e história dentro de sala (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Como já foi exposto, não muito foram as modificações realizadas, de fato, nas estruturas jurídicas dos Estados latino-americanos após inserção desses instrumentos de direito internacional não-integracionais. As incorporações em suas Cartas constitucionais, são as mudanças predominante.

Portanto, é possível perceber várias nações, mobilizadas pela Convenção e Declaração modificando suas percepções constitucionais: na Colômbia, em 1991, através da incorporação constitucional da diversidade étnica e cultural; no México, em 1992, assumindo oficialmente a composição multicultural do país; no Paraguai, em 1993, aprovando as línguas indígenas como oficiais, ao lado do castelhano; na Bolívia, em 1994, com a incorporação na Constituição de sua pluriétnicidade; no Equador, em 2008, adotando um novo texto constitucional proclamando o caráter unitário, intercultural, plurinacional e laico do Estado; e no Chile em 2008, reconhecendo sua composição multiétnica (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008).

Prosseguindo com a linha de pesquisa de Urquidi (2009), os países da América Latina

que até em 2009 não haviam incorporado o direito para as minorias étnicas na sua legislação, e, nem aceitavam a categoria de indígena nas suas constituições, são: Belize, Guiana Francesa, Suriname e o Uruguai. Em relação aos países que constitucionalmente outorgaram algum tipo de proteção pontual a seus grupos étnicos, mas dentro de um escopo legal incompleto ou articulado, e com enfoque geralmente evolucionista, foram: Costa Rica, El Salvador, a Guiana e Honduras.

Por fim, na categoria de Estados que adotaram uma extensa legislação indigenista nas suas respectivas Constituições, assumindo responsabilidades em relação a suas comunidades, assim como regras e proteção a fim de permitir a sobrevivência cultural e o respeito dos territórios indígenas, são: Guatemala (1986), Nicarágua (1987 e 1995), Argentina (1994), Panamá (1994), Bolívia (1995 e 2009), Colômbia (1991), Equador (1998 e 2008), o México (1992 e 2001), o Paraguai (1992), o Peru (1993), Venezuela (1999) e o Brasil (1988) (URQUIDI, 2009).

Todavia, implementar este processo institucionalmente, desenvolver e adaptar a justiça e as leis às novas tendência da cidadania étnica, e ampliar o acesso do povo indígena aos novos instrumentos, facilitando sua apropriação, são tarefas ainda para ser averiguadas nas experiências de cada país e na vontade de cada governo nacional da América Latina.

Considerações Finais

No Brasil entende-se, pois, que os direitos consignados na Constituição Federal em favor dos povos indígenas ainda não estão, em sua maioria, totalmente exercidos. Sabe-se que, há um número expressivo, mas não categorizado de grupos indígenas que lutam pelo reconhecimento dos seus direitos sobre suas terras e pelas indenizações relativas a perdas resultantes da implantação do “projeto de desenvolvimento” dos últimos Governo Lula e Dilma, como as hidrelétricas e rodovias. Além do mais, de acordo com Souza e Barbosa (2011) a FUNAI tem se provado enfraquecida e sem condições reais para se assumir como mediador entre os povos indígenas e o Estado nacional, dificultando a garantia dos direitos dos povos indígenas promulgado pela Constituição.

Não obstante, a dimensão e o impacto político dessas manifestações devem ser colocadas em consideração ao número reduzido desses contingentes populacionais. Ou seja, somente quando se configuram numa situação muito específica, como em casos de violência civil ou policial, ocorre a presença da mídia e, às vezes, na justiça desses grupos.

Já em âmbito internacional, é possível perceber, o desenvolvimento da cidadania étnica em que a questão indígena é transformada em agenda política para o governo, no foro interno e para os Estados, nas arenas internacionais do direito. Nesse sentido,

[...] a cidadania étnica em evolução na América Latina não deve ser compreendida como um fenômeno isolado, mas uma tendência a partir da perspectiva da expansão da Declaração Universal dos Direitos Humanos (URQUIDI; TEIXEIRA; LANA, 2008, p. 219).

Conquanto, as Nações Unidas têm prestado importante apoio na elaboração de relatórios de observações dos países que conglomeram populações indígenas. O Foro Permanente para as Questões Indígenas das Nações Unidas, tem sido atualmente, um dos mais importantes no monitoramento dos avanços dos direitos humanos referente a coletividade indígena. Assim sugere o autor,

Resulta daí, a percepção da necessidade de aperfeiçoar instrumentos que permitam acompanhar a realização plena da cidadania étnica, por exemplo, mediante a definição de Indicadores de Direitos Humanos para os Povos Indígenas, que sejam específicos e sensíveis o suficiente como para dar visibilidade às populações indígenas (URQUIDI, 2009, p. 9)

Nesse sentido, infere-se que apesar da ocorrência de grandes avanços no âmbito internacional, em termos de formulação de direito a cidadania étnica plena aos indígenas, os quais seus efeitos mais sólidos são as reformas constitucionais na região latino-americana, os desafios que devem ser vencidos para a conquista de maiores direitos aos povos indígenas ainda permeiam com grande afinco a estrutura social-política, não exclusivamente do Brasil, mas de todo o continente sul-americano. Portanto, cabe complementar com Norberto Bobbio (2004), que o problema fundamental em relação aos direitos dos humanos hoje, não é mais justificá-los, porém protegê-los, através da prática.

Referências Bibliográficas

ACÇOLINI, Grazielle. **Para lembrar... Direitos Humanos e povos indígenas**. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/6544/5950>> Acesso em 02/01/15.

COELHO, Pedro Mota Pinto. **Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado**. Brasília: Ed. IPRI, 1992.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. CEPAL. **Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe. Información sociodemográfica para políticas y programas**. Santiago: ONU, 2006.

BARIÉ, Cletus Gregor. **Pueblos Indígenas y derechos constitucionales en America Latina: un panorama**. Bolívia: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas/Gobierno de México/Abya Yala/Banco Mundial, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28/12/15.

BOBBIO, Norberto. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.

JUNIOR, Gilberto Roberto de Lima. **Direitos humanos: entre o discurso e a prática**. 2008. Disponível em: <http://www.cavalcantiadv.com/artigos/ARTIGO_DH_ENTRE_O_DISCURSO_E_A_PRATICA.pdf> Acesso em 12/01/15.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/NovasAquisicoes/2011-05/895461/sumario.pdf>> Acesso em: 25/01/15.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. PNUD. **Segundo informe sobre desarrollo humano en Centroamérica y Panamá**. PNUD/ONU, 2004.

SAMANIEGO, Daniela Paes Moreira. **Direitos humanos como utopia**. 2000. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=76>> Acesso em: 04/01/15.

SANTOS, Silvio Coelho. **Diretos Humanos e os direitos dos povos indígenas no Brasil**. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/1561>> Acesso em 29/12/14.

SOUZA, Manoel Nascimento; BARBOSA, Erivaldo Moreira. **Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira**. 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8978&revista_caderno=9> Acesso em: 02/01/15.

TOSI, Giuseppe. **História e atualidade dos direitos do homem**. Recife: Ed. Bagaço, 2002.
URQUIDI, Vivian. **Cidadania Étnica e a proteção dos direitos indígenas**. 2009. Disponível em: <<http://www.academica.com/000-062/2270>> Acesso em 23/12/14.

URQUIDI, Vivian; TEIREIRA, Vanessa; LANA, Eliana. **Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas**. 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_8.pdf> Acesso em 20/12/14.

_____. Lei Federal n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre O Estatuto do Índio**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 28/12/15.

_____. Lei Federal n. 5.371, de 05 de dezembro de 1967. **Autoriza a instituição da “Fundação Nacional do Índio” e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5371.htm>. Acesso em: 28/12/15.

_____. **Panorama Social de América Latina**. Santiago de Chile: ONU/CEPAL, 2006.

An illustration of a typewriter. The top part shows the carriage and paper support in shades of blue. Below that is a dark grey keyboard area. Two hands are shown typing on the keyboard. The hands are light skin-toned with yellow cuffs. The background is a solid orange color. The word 'COLUNAS' is written in white, serif, all-caps font across the middle of the orange background.

COLUNAS

THE EUROPEAN UNION AND ITS PARTICIPATION IN UNITED NATIONS PEACE OPERATIONS

*Yasmin Paes**

Introduction

In International Relations, it is imperative to analyse how the collaboration among different actors, such as states or international organizations, develops. In that sense, a topic that draws attention today is the relationship between the European Union (EU) and the United Nations (UN): two entities of great importance in the current international scenario. The first, on the one hand, consists of a regional organization with roots established 60 years ago and whose primary objective is to unite European states in cooperation, maintaining and guaranteeing peace between them after being the stage of many wars. The UN, on the other hand, is a global organization with more than 70 years of history, created to preserve international peace and security by fostering combined efforts among its member states.

Both organizations share the principle of cooperation and are firmly committed to maintain international peace. Since its early years the United Nations has been deploying peace operations – which are classified as preventive diplomacy, peacemaking, peacekeeping, peace enforcement or peacebuilding – with the aim of helping countries in conflict situation build their path back to peace. Therefore, it's natural to assume that the EU and the UN would be partners in such missions. The purpose of this column is to analyse how these two entities have worked together in the past and in the present days to establish peace in different regions devastated by wars.

The relationship between the EU and the UN

Since its creation, the European Union has the promotion of multilateralism as one of its pillars in international relations. It includes cooperating closely with organizations that have strong influence on the global scenario, such as the United Nations. The Treaty of Lisbon, noting that EU's actions on an international level have increased, addressed that “The Union [...] shall promote multilateral solutions to common problems, in particular in

* Graduanda em Relações Internacionais, INEST - UFF, yasmin.c.paes@gmail.com

the framework of the United Nations.” (Art. 21-1) and that “The Union [...] shall work for a high degree of cooperation in all fields of international relations, in order to [...] preserve peace, prevent conflicts and strengthen international security, in accordance with the purposes and principles of the United Nations Charter.” (Art. 21-2)

Multilateralism is also affirmed in the European Union Global Strategy when it asserts that “the EU will promote a rules-based global order with multilateralism as its key principle and the United Nations at its core.” Hence we can infer from these statements that the EU has a firm commitment to improve multilateralism, especially through UN channels.

In addition, the EU has an active participation in the UN system. In 2011, it received the status of permanent observer, which allows its presence in UN conferences, committees, and councils. Since the EU has a Common Foreign and Security Policy, great coordination is required among its members in order to build a coherent position and present it at coming meetings.

Although the EU has a Permanent Observer status, the UN only admits states as members, which means the European Union has to be represented by the agency of its member states. We can illustrate this by taking a look at the United Nations Security Council (UNSC), where the EU can only be represented and have voting power through France, the United Kingdom – which both have permanent seats – and other non-permanent members. Therefore, according to article 34 of the Treaty of Lisbon,

Member States which are members of the Security Council will, in the execution of their functions, defend the positions and the interests of the Union, without prejudice to their responsibilities under the provisions of the United Nations Charter. (TREATY OF LISBON, 2007)

The EU-UN relationship is also based on a crucial matter: the EU’s contributions to UN’s budgets, funds, and programs, becoming UN’s most significant single financial contributor. According to the European Union External Action Service, EU member states provide 30.38% of the UN regular budget and also amounts 33.17% of the UN peacekeeping budgets. These numbers indicate the willingness of the EU on being present in the UN not only on a political matter but also financially.

The EU-UN cooperation in peace operations

The United Nations has been establishing Peace Operations since 1948 and in more than 70 years of history has mandated around 70 Peacekeeping Operations (PKOs) around the world, mainly on the African continent. The United Nations Security Council has the power to conceive peace operations, and the UN can authorize the use of force in such missions by following Chapter VII of the United Nations Charter.

Since the 1990s, the number of missions established has increased enormously, similar to the use of financial, technological and human resources - civil and military. These aspects have given a more robust and multifaceted character for the existing operations. The period

coincides with a higher participation of European states in peace operations, especially those carried out in Europe itself, such as the missions arising from the conflicts in Yugoslavia.

With this considerable development in the area, new challenges have arisen, making it difficult for the United Nations to sustain operations through its own means - resources constituted by its member states contributions, such as civil, military and police troops. Thus the need for cooperation with other international organizations, like the European Union, has become crucial to the progress and effectiveness of operations. However, this has not always been easy to achieve, especially after UN major failures in Rwanda, Somalia and Bosnia and Herzegovina. This has led countries to distrust the United Nations peacemaking mechanism and to have less participation in such operations. Therefore, states were engaging in other peace operations developed by regional organizations, such as NATO (North Atlantic Treaty Organization) and the EU.

This reluctance is noticed by the EU member states preference to participate in UN-mandated missions, in disregard of UN-led missions. In mandated operations, the Security Council delegates the development of a mission to a state or organization; in UN-led operations, the organization calls for troops contributions from member states to use them under the UN flag, constituting what is known as “the blue-helmets troops”.

In this way, the United Nations began to seek for closer relations with the European Union in order to combine forces and to ensure the missions’ success. However, relations with the EU are a two-way street. According to Thierry Tardy (2005):

On the one hand, the EU and EU member states are strong supporters of the UN, in accordance with the European Security Strategy and the concept of ‘effective multilateralism’. [...] On the other hand, the strong emphasis that the EU places on its political autonomy leads it to somehow distance itself from the UN. (p.51)

A key event that happened to strengthen cooperation between the two organizations in this field was the 2003 Joint Declaration on EU-UN Cooperation in Crisis Management. According to the article by the Institute for Peace in Partnership, the Declaration

sets the framework for the UN-EU cooperation comprehending both civilian and military operations. [It] was developed following the unprecedented EU cooperation in Bosnia and Herzegovina where the EU Police Mission (the EU’s first Common Security and Defence mission) took over the UN International Police Task Force and in Democratic Republic of Congo where the EU conducted Artemis, one of its first military operations. (BEMBA; STELMACH, 2016)

The EU Police Mission was an EU-led operation without a UNSC resolution, it successfully took over the UN mission and established a positive start to the cooperation. Operation Artemis is a good example of an UN-mandated mission in which the UN requested the leadership of the European Union; it also resulted in an overall well-managed cooperation between the organizations.

In 2007, this coalition was renewed with the adoption of the new Joint Statement on UN-EU Cooperation in Crisis Management, which recognized the progress achieved and sought to expand collaboration between the two in Africa, a continent known by its necessity of international help.

From a practical point of view, the partnership would develop with the establishment of missions in the Democratic Republic of Congo and Chad. Unfortunately, not all of the actions outlined in the statement were carried out, especially due to the use of EU Battlegroups by the United Nations to have a rapid intervention in Congo in 2008.

Another aspect of the collaboration can be seen in the implementation of various consultative bodies. It includes the EU-UN Steering Committee, the UN-EU High-Level Political Dialogue created in 2013, annuals UNSC meetings with the EU's Political and Security Committee and regular meetings between UN Secretary-General and the High Representative of the European Union External Action Service. Furthermore, there was the creation of Liaison Offices such as the UN Liaison Office for Peace and Security (UNLOPS) set up in Brussels in 2011 and the UN-EU Desk to Desk dialogue.

According to the European Parliament Briefing on EU-UN cooperation in peacekeeping and crisis management, between 2003 and 2012 the European Union had already collaborated with the UN in 15 peacekeeping operations, and are currently operating in parallel in Mali, the Democratic Republic of Congo, Somalia, Kosovo and the Middle East. Cooperation has evolved substantially since 2003, but some problems must be highlighted, such as

the reluctance of the EU Member States to get involved in contributing to the operations of national interests, the shortage of EU operational capabilities and interoperability problems, and the slow EU decision-making, but also problems resulting from persistent differences between the organizational cultures, practices and procedures of the EU and UN. (EUROPEAN PARLIAMENT, 2015)

To solve those issues identified as persistent in previous operations, the EU developed the Plan of Action to enhance EU CSDP support to UN peacekeeping. The plan's outcome had some positive aspects, such as the improvement of communication between the parties and exchange of information about both organization's operational planning. However, there were still some limitations, especially when it comes to availability of EU member states capabilities to be used under the UN's flag. This is a significant issue considering EU member states prefer to dialogue bilaterally with the UN, despite the Plan of Action's willingness to unite all member states in one EU cohesive dialogue, providing the UN the support it needs.

A new Action Plan is currently in progress which is called "Strengthening the UN-EU strategic partnership on peacekeeping and crisis management: Priorities 2015-2018". It sets seven priorities in which EU and UN should enhance their cooperation: facilitate EU's rapid response in support of UN missions; support the African Union and strengthen the collaboration between UN, EU and AU; promote EU member states' contributions to UN peacekeeping; cooperate in the areas of Security Sector Reform (SSR) and Rule of Law; enhance information and analysis exchange; assist in support and logistics; and continue to follow-up the EU Plan of Action. Unfortunately, there has been a low progress to achieve these goals.

Conclusion

Despite the existing limitations and the slow progress of the Plan of Action, European states should carefully consider continuing its efforts to cooperate with the United Nations. It is well known

that peace operations contribute significantly to train and capacitate military and police troops in times of peace. In face of recent events, at the borders of Europe and nearby regions, notably the Civil War in Syria, the refugee crisis and the disastrous terrorist attacks in major European cities, a review and improvement of the European Security Strategy is urgently needed to contain the effects of these facts on the continent.

The United Nations can accomplish many things as long as it has the support of its member states, of which the European countries make up a sizable part. To that end it's time to realize that the UN has changed a lot since 1990's events and that a continued and active cooperation with the EU is indispensable if international peace and security will really continue to be fostered around the world. It is in everyone's interest and duty to contribute to this common goal.

Bibliography

BEMBA, Magalie; STELMACH, Alice. **EU Contribution to UN Peacekeeping**. 2016. Disponível em: <<https://ippjournal.wordpress.com/2016/03/17/eu-contribution-to-un-peace-keeping/>>. Acesso em: 4 maio 2017.

GOWAN, Richard. **UN Peace Operations and European Security: New Strategic Dynamics. European Council on Foreign Relations**. 2015. Disponível em: <http://www.ecfr.eu/article/commentary_un_peace_operations_and_european_security_ew_strategic436>. Acesso em: 2 maio 2017.

INSTITUTE, International Peace. **Enhancing European Military and Police Contributions to UN Peacekeeping**. In: **BEING A PEACEKEEPER REGIONAL ROUNDTABLE**, 2013, Berlin. Center For International Peace Operations, 2013. p. 1 - 11.

PARLIAMENT, European. **Briefing: EU-UN cooperation in peacekeeping and crisis management**. Strasbourg, 2015.

TARDY, Thierry. **EU-UN cooperation in peacekeeping: A promising relationship in a constrained environment**. In: BISCOP, Sven; FRANCONI, Francesco; GRAHAM, Kennedy et al. **The European Union and the United Nations: Partners in effective multilateralism**. 78. ed. Paris: Institute For Security Studies, 2005. Cap. 3. p. 51-70.

UNFELDER, Jay. **About That Decline in EU Contributions to UN Peacekeeping**. 2017. Disponível em: <<https://dartthrowingchimp.wordpress.com/2015/03/11/about-thatdecline-in-eu-contributions-to-un-peacekeeping/>>. Acesso em: 4 maio 2017.

UNION, Council of the European. **Strengthening the UN-EU Strategic Partnership on Peacekeeping and Crisis Management: Priorities 2015-2018 - Second Progress Report**. Brussels, 2016.

UNION, European. **The Treaty on the Functioning of the European Union**. Lisbon, 2007.

United Nations Regional Information Centre For Western Europe. **How the European Union and the United Nations cooperate.** Berlin: UNRIC, 2007.

O Fiasco da Política Externa do Governo Temer

Virginia Belinot*

Desde que assumiu de forma ilegítima a presidência do Brasil, Temer tem criado muitos retrocessos, incluindo a Política Externa que aqui será debatido. Já no seu governo interino Temer nomeou José Serra para o cargo de Ministro das Relações Internacionais, seu discurso até então era de resgatar a credibilidade do Brasil no Sistema Internacional, e robustecer a atuação do Brasil no mercado internacional.

Mas o que significava a nomeação de Serra? Primeiro nomeado a essa cadeira em 15 anos com filiação a partido político, o psdbista, é claro, assemelha suas práticas com a agenda do PSDB, ou seja, dá destaque as negociações comerciais e as relações com os países desenvolvidos, enquanto menospreza a relação do Brasil com seus países vizinhos, e abandona uma cooperação econômica e política no eixo Sul-Sul, que indica uma nova geopolítica muito mais alinhada com os Estados Unidos, na qual o desenvolvimento a ser alcançado é o puramente econômico, não existe mais a preocupação multidimensional que víamos no governo Lula, e mais acanhadamente no governo Dilma, com a proposta de uma política externa “ativa e ativa”.

Política essa, conduzida por Celso Amorim, que tinha como princípio a consolidação do Brasil no sistema internacional, através de relações amistosas e de cooperações multilaterais, e nos trouxe muitos ganhos como a UNASUL, por exemplo. No governo Dilma, mesmo com a política externa menos em pauta ainda houve uma aproximação regional na cooperação em defesa com o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Ora, a primeira ação do novo chanceler foi a de lutar com a imagem internacional do processo de impeachment da presidente Dilma, era necessário “vender” a legitimidade do novo governo, pois essa crise atrofia a atuação internacional do Brasil. Então, no âmbito da América do Sul, Serra estava inclinado a abandonar as relações amistosas e usar do “poder imperialista” do país na região para se impor nas relações onde o Brasil teria mais poder. Buscou uma maior liberalização comercial entre os países de Mercosul, e mais flexibilidade

* Graduanda em Relações Internacionais, INEST - UFF, virginiabelinot@id.uff.br

do bloco para adquirir acordos com outros país e blocos. Foi possível identificar também uma regressão às relações de subordinação com as grandes potências, especialmente os EUA, e a redução da importância do Brasil como um país que lutava por um sistema internacional menos desigual. O próprio Celso Amorim, um dos nomes mais renomados na diplomacia brasileira, afirma que o atual governo brasileiro não teria credibilidade para influenciar os países da América do Sul (WELLE, 2016).

Serra tenta reproduzir uma lógica dos anos 90, do governo FHC, atualmente, mas o sistema internacional não é mais o mesmo. Ele lança a ideia de um programa “sem ideologia”, mas é claro que tal coisa não existe, carregado de ideologia os discursos e ações de Serra redirecionam a atenção para o eixo Norte-Sul e uma política “americanista”, em nome da “desideologização” ele ignora, focando no econômico, os grandes avanços que o governo Lula realizou na luta contra a fome, diminuição da pobreza e aumento do Estado na saúde, que foram de extrema importância no mundo pós-crise de 2008. E o governo Dilma, mesmo não tendo os mesmos avanços que o governo Lula, não teve retrocessos, e quando foi necessário, mostrou um pulso firme, em questões como o episódio da espionagem estadunidense (NSA), que concedeu ao Brasil uma liderança nas discussões sobre a internet e seu marco civil.

Logo após se estabelecer de maneira mais permanente na liderança do país, mesmo que de maneira ilegítima, Temer foi a ONU realizar o discurso inaugural da Assembleia Geral, cortesia que nos é garantida há 71 sessões, na qual Temer buscou reafirmar a, inexistente, legitimidade do seu governo, o que coloca a soberania nacional em dúvida, afinal aparenta que tal governante está procurando um reconhecimento internacional do seu governo, o que é no mínimo vergonhoso para um país como o Brasil. Além disso, o resto de seu discurso faz jus a feitos como a atuação do Brasil nas Missões de Paz, o aumento da integração na América do Sul, fortalecimento das relações bilaterais com a Argentina, ações a respeito dos refugiados, e outras coisas que não foram realizados pelo seu governo, mas que ele não teve nenhum problema de usar para melhorar sua imagem.

E por fim, discursa sobre sua nova política externa “diplomacia pé no chão”, que nada mais é do que o já debatido realinhamento aos países centrais, que dá prioridade a defesa do liberalismo econômico, apoio as guerras das grandes potências, e ainda alinhamento sobre questões como a luta contra o tráfico, o combate ao terrorismo, e a cereja no bolo dessa diplomacia, é a tentativa de usar a demanda externa para resolver as crises internas. Porém, esse discurso e todo o evento nos Estados Unidos mostraram que existia uma divergência entre Temer e Serra, afinal apontou a Integração regional descartada por Serra como uma preocupação constante do Brasil. Serra nada mais era do que um representante figurativo, que buscava enaltecer sua figura e criar uma imagem interna (com as ações externas), construindo um “homem do Estado” para poder ter uma chance maior de ocupar o cargo da presidência que há tantos anos almeja. A despeito do papel lamentável desempenhado por Serra, ele havia sido de extrema importância para a execução do golpe, ele foi estratégico ao andamento do processo de *impeachment*, e aparentemente Temer estava colhendo os frutos (podres) dessa parceria. Outra prova foi que após a eleição de Donald Trump, o próprio Temer tomou as rédeas da relação bilateral entre os dois países, em uma “diplomacia presiden-

cial”, que era bem característica do governo Lula.

Serra saiu do seu cargo mais tarde em fevereiro de 2017 devido a supostos problemas de saúde, porém não antes de causar desconfortos com várias nações vizinhas, como a Bolívia, Uruguai, Equador e Venezuela, quando quebra os pilares da antiga PEB que visava não interferir em assuntos internos dos outros países. Parece-nos que Serra tinha entrado em uma incansável luta contra o Mercosul, quando tenta impedir que o Uruguai assumira a presidência do mesmo, querendo abrir um caminho para a não tão popular Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que nos deixaria completamente a mercê dos EUA, essa aliança tem sido veemente evitada pelo Brasil e a Argentina, exatamente por nos colocar em uma posição de submissão com os EUA. Sem mencionar que toda essa política é extremamente discrepante da contra hegemonia que tentávamos construir com os BRICS.

Serra é substituído por outro psdbista, Aloysio Nunes, até então senador foi escolhido como substituto para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Em seu primeiro pronunciamento como Chanceler, Nunes já nos mostra que também não está apto para o cargo, por outro lado, sua fala condiz perfeitamente com o que se espera de uma Política Externa de um governo golpista, pois esta agradece a todos os amigos que o ajudaram em sua carreira política e promete não os decepcionar. Demonstra também uma falta de conhecimento da atual economia ao alegar que o Brasil começa a sair da crise econômica, quando os dados do próprio IBGE nos demonstram o contrário, com um desemprego recorde. Sua nomeação apenas comprova que o governo golpista não tem como protagonista só o PMDB, cada vez mais tem aumentado a presença constante do PSDB em lugares estratégicos dentro do governo.

Essa nova gestão da PEB, mantém a agenda comercial de matriz neoliberal, o grande impasse agora é que o mundo pós Donald Trump não está favorável a esse tipo de ação, os EUA cada vez mais assume uma postura radical de superpotência, só vista no final da Segunda Guerra Mundial, se fechando e ficando cada vez mais unilateralista. Além disso, ainda passamos por uma crise ideológica liberal, que aumenta a limitação dessa nova diplomacia brasileira, ao em vez disso devíamos estar trabalhando para nos integrar e ser parte ativa, junto a América Latina, desse processo para termos a possibilidade, mesmo que mínima, de influenciá-lo.

Bem, no pouco tempo que Aloysio Nunes está no cargo ele conseguiu afrontar duas das maiores Organizações Internacionais de Direitos Humanos quando lançou uma nota respondendo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Acnudh) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), inicialmente o Comissário lançou uma nota pedindo que o Governo abrisse um canal de comunicação mais abrangente com os manifestantes que pediam Diretas Já (que foram tratados de forma violenta pelo Estado), e demonstrando que sua posição política interna iria influenciar o seu fazer político externo Nunes responde a nota acusando o Comissário de ser desinformado e tendencioso, e classificando a nota como leviana.

Assim segue o mandato do Governo golpista de Temer, lutando para conseguir reconhecimento, e fazendo uma política externa desastrosa pelo caminho. E como é de se esperar de um governo ilegítimo, o futuro nos é incerto.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Roberto. **Serra e o servilismo na política externa**. Carta Capital, 08/07/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/serra-e-o-servilismo-na-politica-externa>>. Acesso em: 05/06/2017.

GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Dissenso de Washington e a política externa de Temer e Serra**. Carta Capital, 08/09/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-dissenso-de-washington-e-a-politica-externa-de-temer-e-serra>> Acesso em: 05/06/2017.

POMEROY, Melissa; WAISBICH, Laura Trajber. **O lugar do Sul na política externa brasileira do governo provisório**. Carta Capital, 19/05/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-lugar-do-sul-na-politica-externa-brasileira-do-governo-provisorio>>. Acesso em: 05/06/2017

REDE LATINA. **José Serra afasta o Brasil da América Latina** . Em 24/05/2016. Disponível em: <<http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/jose-serra-afasta-o-brasil-da-america-latina>>. Acesso em: 05/06/2017.

REZENDE, Lucas Pereira. **Descendo a serra da política externa**. Carta Capital, 19/05/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/descendo-a-serra-da-politica-externa>> Acesso em: 05/06/2017.

WELLE, Deutsche. **“Há contradições em novas diretrizes do Itamaraty”, diz Celso Amorim**. Carta Capital, 17/06/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/ha-contradicoes-em-novas-diretrizes-do-itamaraty-diz-celso-amorim>>. Acesso em: 05/06/2017.

PERSPECTIVAS DE GÊNERO NA MILITARIZAÇÃO, DEFESA E SEGURANÇA: DESMISTIFICANDO ESTEREÓTIPOS.

*Giovanna Clapis**

Para melhor compreensão do mundo de maneira inclusiva e igualitária, é imprescindível observar as perspectivas de gênero que cercam as realidades diárias internacionais. Acredita-se que pontos de vista que ignoram as questões de gênero, desigualdades e opressões, tanto eles sendo de cunho político, social ou econômico, são pontos de vista rasos e irrealistas, que não contemplam fatos completos e verdadeiros. É possível fazer uma análise de gênero – ou “generizada”¹ – de praticamente tudo, seja da sociedade e das relações entre Estados, seja de políticas domésticas ou internacionais, seja das guerras e interesses econômicos. Desse modo, procura-se abordar, sucintamente, a generização no âmbito militar, nas questões de defesa nacional e de segurança, a partir de visões feministas que são conflitantes entre si, mas que podem ser, na verdade, complementares. Busca-se, ainda, compreender quais as melhores abordagens para a diminuição de tais inequidades e do avanço de “ideais feministas como a igualdade de gêneros, a paz e a justiça” (DUNCANSON & WOODWARD, 2016, p. 04, tradução minha). A partir deste apanhado geral, procura-se reafirmar a importância de questionamentos de cunho feminista e que se proponham a desconstruir papéis de gênero impostos pela sociedade e que enclausuram as mulheres a perspectivas engessadas e idealizadas de suas capacidades e sua “natureza”, especialmente nesse caso das Forças Armadas.

Postula-se, aqui, a definição de “gênero” a partir da abordagem de Susan Moller Okin (2008, p. 306), na qual “Gênero’ refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas”. Ou seja, para todos os efeitos, o gênero dividido em “masculino” e “feminino” é apenas uma construção social² que define e delimita papéis específicos aos indivíduos devido às suas diferenças sexuais, e cria estereótipos

1 Do inglês “gendered”, a tradução mais comum ao português encontrada foi “generizado”.

2 Ver também: Judith Butler em “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity” (1990), “Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex” (1993) e “Undoing Gender” (2004).

* Graduada em Relações Internacionais; INEST/UFF

em relação a esses “papéis masculinos” e “papéis femininos” – os quais a sociedade espera que se cumpram de maneira fluida e natural. Levando essa dicotomia a um viés teórico-político, os papéis de gênero socialmente construídos são separados nas chamadas “esfera pública” e “esfera privada”.

Nessa visada, a esfera pública é reservada aos homens, pois é socialmente aceito que essa esfera é o âmbito da política, da racionalidade, do debate, da guerra e da força, características associadas aos estereótipos de “masculinidade”. Nesta estaria inserida, também, a instituição das Forças Armadas. Já a esfera privada, também chamada de “pessoal”, é relacionada ao âmbito doméstico, à família, ao emocional, à natureza, à paz e ao não-político, características associadas aos estereótipos de “feminilidade” – e dessa forma é entendida e reservada às mulheres. Teoricamente, o liberalismo clássico percebe que ambas as esferas são irreconciliáveis e que a esfera privada deve ser mantida apartada da esfera pública – e as mulheres, como são “naturalmente” atadas à esfera privada, devido à capacidade da maternidade, e a noção automática de que são emotivas e de que devem cuidar do lar, também devem estar mais apartadas que os homens da vida pública.

É claro que as mulheres têm atingido patamares cada vez maiores e se inserido com sucesso na vida pública, e que diversas críticas feministas desconstruíram fortemente as noções de separação das esferas pública e privada. Carole Pateman (2013, p. 68) pontua que “os princípios liberais não podem simplesmente ser universalizados para que se estendam às mulheres na esfera pública sem levantar um problema agudo com relação à estrutura patriarcal da vida privada”, e as análises feministas passaram a denunciar essa desigualdade gerada pela dicotomia das esferas. Não bastava mais apenas inserir as mulheres no ambiente público de maneira semelhante aos homens, permitindo-lhes o voto ou o acesso à educação, a entrada na política de maneira meramente representativa, ou, no caso que observamos, nos setores militares; devido à essa desigualdade presente em seus âmbitos pessoais, elas jamais conseguiriam ter o mesmo tipo de inserção masculina e continuariam perseguidas por estereótipos de gênero.

Torna-se imprescindível, portanto, desconstruir toda a noção de generização da sociedade liberal vigente, e principalmente as noções de papéis de gênero que prendem a mulher à esfera privada, e as noções que prezam a relação de poder da “masculinidade” sobre a “feminilidade” e julgam qualquer coisa dita “feminina” como menos digna ou negativa. Ademais, as críticas feministas mais atuais se esforçaram para desmistificar o isolamento entre as esferas, e demonstrar, como relembra Cynthia Enloe sobre as feministas das últimas décadas (2014, p. 348, tradução minha), que “o pessoal é político” e vice-versa, e, mais recentemente, como colocou Enloe também, “o pessoal é internacional” e o “internacional é pessoal” (2014, pp. 350-351, tradução minha). Essas propostas abrem um leque imenso de observações sobre como as relações generizadas se dão do ambiente doméstico ao político e ao internacional – ampliando o escopo das relações de poder em um ambiente menor que chega até o internacional e a relação entre países – e fazendo o caminho inverso, como as relações internacionais afetam as políticas nacionais e o ambiente doméstico.

A partir dessas compreensões, passa-se a entender melhor como a questão dos papéis de gênero influem no acesso das mulheres a instituições tipicamente tidas como “masculi-

nas”, como é o caso do setor militar. Alguns debates entre teorias feministas acerca da participação de mulheres neste setor são levantados por Claire Duncanson e Rachel Woodward: primeiro, as posições feministas do “direito de lutar”, que partem de um ponto de vista de igualização entre homens e mulheres e acesso às instituições, argumentando que as mulheres têm potencial transformador para tornar o setor militar “mais democrático, menos hierárquico, mais compassivo e melhor adaptado ao mundo moderno”. Segundo, posições feministas “antimilitares”, que enfatizam que, mesmo que as mulheres participem das instituições militares, nunca chegam a se equiparar aos homens e seguem meros “símbolos”; ademais, estariam corroborando com uma instituição cujos objetivos são irreconciliáveis com os objetivos gerais do movimento feminista, e serve apenas para exercer a violência legítima dos Estados (2016, pp. 4-5, traduções minhas).

Duncan e Woodward questionam, então, as duas posições. A primeira falha em esperar que as mulheres se encaixem em padrões de gênero tidos como “masculinos”, sendo sempre subestimadas e nunca verdadeiramente iguais nesse processo, e sem gerar mudança sensível. A segunda falha por rechaçar profundamente a participação feminina no setor militar, e primar apenas por uma aproximação com alternativas “não-violentas” à guerra, o que pode gerar um reforço dos estereótipos “femininos” de mulheres como pacifistas e incapazes de violência. Dessa forma, retornamos à questão da desconstrução dos papéis de gênero. As autoras propõem que uma alternativa para ambas as posições divergentes seria, então, desconstruir totalmente as noções de papéis de gênero na sociedade, e que isto se traduza dentro do âmbito militar. Essa abordagem a partir do viés de gênero foi chamada de *gender mainstreaming*, e busca analisar como “estruturas ou instituições pré-existentes causam ou aprofundam desigualdades, e como redesenhá-las” (2016, p. 6, tradução minha). Contudo, afirma-se que mesmo essa abordagem tem se mostrado falha na tentativa de reverter a noção de papéis de gênero dentro das Forças Armadas, investida essa que muitas vezes recaiu sobre os problemas supracitados das outras duas abordagens (2016, pp. 9-10). No entanto, as autoras afirmam, ainda, que numa visada que contemple as três abordagens juntas de modo que todos os pontos em contra sejam sanados mutuamente umas pelas outras, um objetivo de “regenerização” torna-se possível, pois pode-se desestabilizar as noções pré-estabelecidas de papéis de gênero e de quem deve ou não performar atividades dentro do setor militar (2016, p. 12, tradução minha).

Por fim, parece simplista pensar que a equidade será atingida se se continua a esperar que as mulheres participem apenas de trabalhos administrativos, ou que tenham que se “masculinizar” para cumprir papéis generizados dentro desta instituição tradicionalmente tida como um âmbito apenas masculino, já que de outra forma é esperado que elas sejam não-conflituosas e precisem ser protegidas. Também é problemático compreender o setor militar apenas como ferramenta do poder violento do Estado e não buscar ressignificá-lo como algo gênero-consciente tanto em operações de paz quanto no advento da guerra, e que possa ser de fato útil e “mais humano” em momentos de conflito ou para a proteção, defesa e segurança nacional. Também é muito ingênuo esperar que o setor militar vá ser ignorado ou desaparecer em um futuro próximo, afinal é uma área muito rentável, e muitas das relações entre países ainda se dão de maneira conflituosa; o entendimento geral é o de que as Forças

Armadas servem como mecanismo de coerção e dissuasão dos Estados e são o ápice da defesa e da segurança concreta das nações. Há que reconhecer que as Forças Armadas são uma instituição que existe e existirá por muito tempo, e, portanto, é indispensável reanalisar e reavaliar onde estão as falhas e os logros de tal instituição partindo sempre de perspectivas de gênero e buscando compreender como as mulheres, inseridas aí, têm ganhado terreno e notado alguma diferença real e benéfica nessas tentativas de desconstrução. É necessário destruir as noções de que as mulheres são “naturalmente” pacíficas e incapazes de violência, para que essa visão masculinista que paira sobre as Forças Armadas seja desmistificada e a desigualdade seja, de fato, superada – e, principalmente, que os ideais feministas de igualdade, paz e justiça sejam reforçados com a ressignificação desse setor.

Referências Bibliográficas:

DUNCANSON, C. & WOODWARD, R. **Regendering the military: Theorizing women's military participation**. In.: Security Dialogue, Vol. 47(I) 3-21, 2016.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014.

OKIN, Susan M. **Gênero, o público e o privado**. In.: Revista Estudos Feministas; Florianópolis: UFSC, 2008.

PATEMAN, C. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**. In.: Teoria política feminista: textos centrais; org. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli; Niterói: Eduff, 2013.

ONU. **“United Nation's Security Council Resolution 1325”**. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/#resolution>. Acesso em 11 de maio de 2017.

Como o golpe atingiu o BNDES: a crise econômica-operacional que atualmente assola o Banco de Desenvolvimento brasileiro

*Victória Batistela e Letícia Cruxen**

No dia 26 de maio, a então presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, renunciou ao cargo, marcando o auge de uma crise generalizada no órgão. O atual momento de instabilidade socioeconômica vivida no país parece configurar a causa da fragilidade do Banco. A posse do presidente golpista Michel Temer e a consequente mudança no Executivo do BNDES, proporcionou aquilo que muitos especialistas denominam “aventura liberal”. Mudança na diretriz econômica do Banco, concomitantemente ao escândalo de corrupção, que liga diretamente funcionários do Banco Público à JBS, aparentam ser fatores-chaves de desmonte da instituição.

Dentre as permutas das políticas econômicas e creditícias, destaca-se a Reforma na taxa de juros do Banco. Aquilo que, outrora, garantiu atratividade ao investidor, e, consequentemente, permitiu ao BNDES desempenhar com excelência seu papel desenvolvimentista, agora está em risco de extinção. Trata-se da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, que consiste no principal parâmetro para a determinação do preço do crédito do Banco. O diferencial entre a TJLP e as taxas de juros de curto prazo tem sido a força motriz da política operacional do BNDES. Em seu lugar, propõe-se adotar a TLP – taxa de juros submetida à influência volátil do mercado –, o que, indubitavelmente, compromete a capacidade do Banco de desempenhar sua função. É certo que, quem defende a reforma, ignora a importância de o Brasil contar com uma ferramenta estratégica desenvolvimentista bem estruturada e estável, pois a previsibilidade de mercado é condição essencial para atuação dos investidores de longo prazo.

O principal argumento dos que defendem a adoção da TLP perpassa pelo princípio da eficácia da política monetária. De maneira didática, a eficácia da política monetária diz respeito ao poder que a taxa de juros de curto prazo, a SELIC, fixada pelo Banco Central, tem de afetar a inflação. Alguns economistas defendem que a taxa de juros afeta a inflação via seu efeito sob a demanda agregada interna – consumo das famílias e investimento empresarial –, ou seja, quanto maior a taxa de juros, menor é a demanda interna, e conse-

* Graduandas em Relações Internacionais, INEST/UFF; victoriabatistela@id.uff.br; leticiacruxen@gmail.com

quentemente a taxa de inflação é menor. Assim, opositores à TJLP argumentam que ao realizar financiamento que não acompanha a SELIC, o BNDES reduz o poder que o Banco Central tem de diminuir a demanda quando aumenta a SELIC, o Banco sendo responsabilizado, pois, pela manutenção de uma taxa de juros particularmente alta no Brasil.

Em contrapartida, a Associação de Funcionários do BNDES - AFBNDES, se mostra inabalável quanto à sustentação da posição de defesa da TJLP. Argumenta-se, principalmente, que a TLP acabaria com o subsídio aos setores estratégicos de desenvolvimento brasileiro, garantido por taxas de juros de longo prazo. Além disso, contando com uma taxa volátil, que se aproxima da do mercado, o BNDES lança mão da sua autoridade decisória nas indicações de prioridade de investimento no país. Conhecida a centralidade desenvolvimentista da instituição para o Brasil e, sabendo-se que o Banco Central conta com uma diversidade de instrumentos alternativos à austeridade, é inadmissível que o BNDES se torne refém do argumento exclusivo de política monetária.

Como se o desmonte do que o Banco representa para o investimento brasileiro já não configurasse fator de crise expressivo, ser citado na Operação Bullish da Polícia Federal agravou o momento de instabilidade, que agora não se faz puramente econômico, como também, operacional. Investiga-se possíveis irregularidades na concessão de apoios financeiros à empresa JBS a partir de junho de 2007. O clímax do inquérito se deu no dia 12 de maio deste ano, quando funcionários do BNDES foram conduzidos coercitivamente a prestar depoimento na Polícia Federal, o que gerou atmosfera de insegurança no corpo funcional do órgão, traduzindo-se em falas de insatisfação dirigidas à Presidente Maria Silvia, na tentativa de pressioná-la quanto a tomada de uma posição firme de defesa dos funcionários. Não tardou para que a então Chefe do Executivo do Banco sucumbisse às pressões, e abdicasse de seu cargo - precisamente 1 semana depois, agravando as incertezas do destino da instituição.

Assim, o BNDES, que desde 1952 influencia expressivamente a sociedade brasileira, ao promover investimento em infraestrutura, agora está em processo de desmonte. Tendo como objetivos finais a promoção do bem estar nacional, fica claro que reformas econômicas tão emblemáticas, como é o caso da TLP, devam passar por debates que conjuguem o Estado, especialistas, e a sociedade civil, para, só assim, ser votada sua aprovação, de forma a se afirmar a representatividade popular.

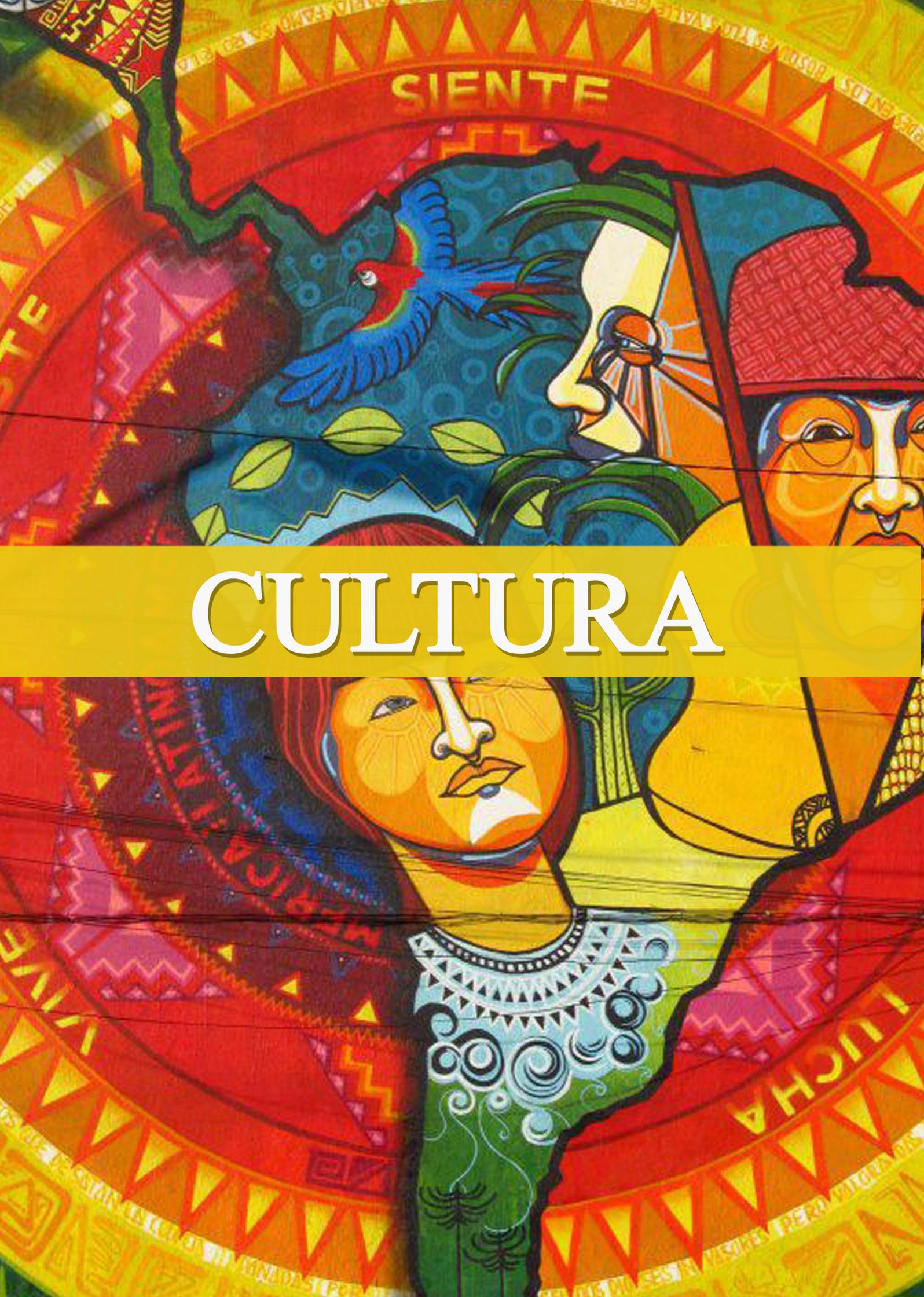
Imprescindível também destacar que o que foi cobrado da presidência, em momento algum, perpassou pela ideia do BNDES não ser investigado no âmbito da Polícia Federal, e sim justamente o contrário: o ideal de país que se almeja é aquele em que a corrupção não passe impune. O contra senso se faz justamente na necessidade de se sustentar um inquérito dentro de parâmetros jurídicos. O Banco esteve, desde o princípio da investigação, pronto a prestar esclarecimentos, e seus funcionários solícitos a depor, contanto que pudessem contar com a previsibilidade da lei. No entanto, a condução coercitiva dos funcionários à Polícia Federal configura ação típica do Estado de Exceção que atualmente se vive no Brasil. Dentro da lógica deste, é evidente que a Constituição de nada serve, e que uma inserção autônoma do país no cenário internacional é pouco relevante. De fato, a crise que assola o BNDES é condizente com o atual momento social, político e econômico, sendo os ataques diretos pelo desmonte do Banco por parte da atual direção nacional, uma afronta às demandas populares.

Referências Bibliográficas:

AFBNDES. **O que precisa ser dito em relação ao BNDES e à operação da JBS.** Vínculo, Rio de Janeiro, v. 1248, p. 3-4, mai./2017.

JUNIOR, J. C. de O. **Considerações sobre a a nova TLP, o papel do BNDES e os rumos do Brasil.** Vínculo, Rio de Janeiro, v. 1243, p. 4, abr./2017.

MARQUES, H. P. **Direito não é capricho.** Vínculo, Rio de Janeiro, v. 1247, p. 2, mai./2017.



CULTURA

Resenha “GRAMSCI E A REVOLUÇÃO RUSSA”; LOLE, Ana, GOMES, Victor Leandro Chaves e ROIO, Marcos del (orgs.). Rio de Janeiro: Mórula, 2017

*Fernando Roberto de Freitas Almeida**

No Brasil pós golpe de 2016, as brasas sempre presentes do conservadorismo estrutural do país vêm sendo realimentadas por ventos de uma onda ainda mais conservadora, com conotações profascistas evidentes. Embora se costume analisar que o eleitorado tenderá à busca de uma opção centrista, nas eleições que se estão aproximando, o simplismo das soluções apresentadas pela direita de um país que vivenciou mais de 350 anos de escravidão encontra boa receptividade. Basta aos direitistas apontarem para maneiras de preservarem o status quo de uma das sociedades mais violentas e desiguais do mundo, afinal, o aparato jurídico-constitucional já se mostrou apto à validação desses intentos. Devido a isso, Gramsci, como analista cuidadoso da superestrutura no capitalismo, que é jurídica, política e ideológica, é a cada dia mais essencial à compreensão do que ocorre por aqui. Nesse ambiente tóxico, a prática de tentativas de demolição de visões que sirvam de embasamento ao melhor entendimento de nossa realidade vem proliferando, com amplo apoio dos meios de comunicação, praticamente todos eles movidos por interesses comerciais próprios, classistas e sem preocupação com seus Manuais, proponentes de isenção e de busca de ouvir opiniões contraditórias. Sabemos que nada disso existe na prática e que essa demonização permanentemente prossegue, justamente porque as ideias que quer combater continuam válidas e ainda acessíveis a quem se interessar por elas.

Por conseguinte, um dos autores mais citados, há muito tempo, por quem quer entender a evolução da sociedade brasileira e, também, por quem deseja bloquear a discussão, distorcendo e mutilando seu pensamento, é o italiano Antônio Gramsci (22 de janeiro de 1891 a 27 de abril de 1937). Por décadas, o poder de análise de Gramsci esteve restrito a uma comunidade intelectual que percebeu o alcance de sua crítica, tanto às democracias liberais, como à formação e atuação da União Soviética. Seus “Cadernos do Cárcere” foram divulgados apenas a partir de 1975 e nunca mais deixaram de ser lidos e analisados.

* Professor Doutor adjunto do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), lecionando no Departamento de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos (DEI) e no Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos, da Defesa e da Segurança (PPGEST) da UFF.

Após o desaparecimento da experiência da economia planificada soviética, seus textos ganharam maior divulgação entre nós e, evidentemente, levaram a reações hostis, marcadamente caracterizadas por distorções, muitas vezes de fato “mercadológicas”. Vale dizer, no atual momento brasileiro, o nicho para a divulgação de “opiniões” conservadoras sem profundidade foi muito ampliado. A mera publicação de livros de um astrólogo criador de *slogans* e suas elevadas vendagens servem para exemplificar a situação precária das discussões em curso.

Como Gramsci afirmou, nos Cadernos, “o simples fato de o dominante ter de ostentar todos os seus métodos/recursos demonstra o cálculo que ele faz do seu adversário”. Por fazer esses cálculos, por saber que é possível construir um mundo diferente, entendendo-se como se formaram as raízes do atual, que é em si uma imensa distopia, é que se procura a desqualificação das análises e dos experimentos que buscam a constituição de uma outra sociedade, em que a própria noção do que é ter poder seja modificada. Em suma, uma imensa batalha que se trava em uma “guerra de posição”, na qual as respostas às ações dos adversários políticos não precisam ser primariamente militares, mas que se devem constituir no confronto de projetos, ideologicamente fundamentados.

Nesse sentido, deve ser saudada a publicação do livro “Gramsci e a Revolução Russa” uma coletânea de textos de pensadores variados, organizada pelos professores Ana Lole, Victor Leandro Chaves Gomes e Marcos del Roio (lançado pela Mórula Editorial, 270 páginas). Nele, abordam-se diferentes aspectos da obra gramsciana, relacionando-a principalmente ao conceito de revolução. O centenário da Revolução Russa deu o ensejo a que se fizesse essa obra, tornada, a partir de agora, uma referência nas leituras sobre o tema. A importância dos eventos de 1917 na Rússia é tamanha, que um historiador do porte de Eric Hobsbawm considera ser ela a grande marca do século XX. Para ele, a própria delimitação desse século deve ser centrada no tempo em que se tentou produzir um novo tipo de sociedade, sobre novo ordenamento moral, uma opção de modernidade mais avançada socialmente, politicamente e economicamente do que a criada pelas sociedades do “Ocidente”. Seria um “breve século XX”, definido pelas décadas entre 1917 e 1989, ou 1991.

Os organizadores do livro foram felizes na escolha dos autores, montando um mosaico de singela beleza, no qual os campos da Ciência Política (cinco autores), História (quatro autores), Educação e Filosofia (dois autores em cada um deles), Comunicação e Serviço Social (um autor cada) se articulam de modo equilibrado.

Como apontou um dos organizadores, o professor Victor Leandro Chaves Gomes, em outro livro (2015, p. 53) “Os socialistas e esquerdistas de hoje parecem não sonhar com um futuro qualitativamente diferente do presente. Em outras palavras, o radicalismo já não acredita em si próprio”. Contudo, o próprio Gramsci, mesmo passando por tudo que passou, seus longos anos na prisão, doenças, e a inevitável dificuldade de comunicação com o exterior, tinha profunda aversão ao fatalismo. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha para mim, a longo prazo”. É um dos apontamentos nos “Cadernos do Cárcere”.

A amplitude da análise gramsciana a fez merecedora de pesquisas mundo afora e, em sua terra de origem, a desigual e complexa Itália (um exemplo de economia e sociedade du-

ais, como o Brasil, sempre citada nos estudos desse tipo de situação), lançou-se, em 2009, um vasto *Dizionario Gramsciano 1926-1937* (organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza). Também lançado em nosso país, em 2017, o Dicionário reafirma a vitalidade e atualidade do pensamento do grande intelectual sardo. Gramsci percebia o conceito de política por duas acepções, como mostrou Carlos Néson Coutinho (2011). Uma “ampla”, identificada com liberdade e universalidade, ou seja, a práxis capaz de superar a recepção passiva ou a manipulação de dados referentes à realidade. Assim, o autor afirma que “todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, ou seja, que todas elas contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável”. Outra, a “restrita”, conceito próprio da chamada “ciência política”, voltada às relações de poder entre governantes e governados. Essa, para ele, é transitória, o que se percebe na leitura dos textos dos autores do livro aqui comentado. Gramsci não pode ser visto como um “político”, mas, sim, como um crítico da política. Do mesmo modo, Marx não deve ser visto como um economista, ou um “economicista”, e, sim, como um crítico da Economia Política. Do mesmo modo que Marx, ele aponta ao fato de que a dominação burguesa não se sustenta apenas *manu militari*, mas se vale amplamente dos aspectos intangíveis de sua hegemonia. Desse modo, cria-se um “bloco hegemônico” perpetuador da dominação de classe.

Diz Gramsci nos Cadernos (3, 56): “Pretende-se que sempre existam governantes e governados, ou pretende-se criar condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?”. Ele indubitavelmente encampou a segunda alternativa. Denominou como “sociedade regulada” ao comunismo e se preocupou em analisar as relações entre governantes e governados que se foram desenvolvendo na URSS, pensando em como seria a superação de uma “estatolatria”, por “uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso, seu *autogoverno* entre em conflito com a sociedade política”. Considerava que o Estado-ético, ou sociedade civil, absorveria o Estado-coerção e que isso configuraria a essência do comunismo. Tanto para o italiano, quanto para o alemão, a coerção algum dia seria substituída pelo consenso. Marx não acreditava no *Homo economicus* dos economistas clássicos, ou “vulgares”, mas acreditava no *Homo politicus*, de Gramsci. Com efeito, nenhum dos dois jamais desconsiderou a totalidade em seus escritos.

Do mesmo modo argumentam os autores do livro “Gramsci e a Revolução Russa”:

O professor Domenico Losurdo, que já teve lançado no Brasil seu livro “Antônio Gramsci, do Liberalismo ao ‘Comunismo Crítico’”, abre o volume, mostrando como Gramsci viu a Revolução Russa como uma “revolução contra O Capital”, o que significa ter sido um movimento revolucionário exitoso num país ainda agrário e com fortes resquícios feudais, não uma sociedade industrializada da época. Não é trivial discutir-se o que foi o “comunismo de guerra” e se pode considerar que ele marcou toda a história da União Soviética que, cercada e invadida por potências capitalistas, adotou postura defensiva e desconfiada na maior parte, senão toda, sua existência. O sardo, mesmo identificando o sistema soviético como “cesarismo”, qualificou-o como “progressivo”, por oposição, que não se poderia deixar de fazer, com os cesarismos “regressivos”, os regimes autoritários da Alemanha e da Itália. Para

ele, como para todos os demais autores, as lições de Gramsci são extremamente necessárias na atualidade.

O segundo texto, das professoras Anita Helena Schelesener e Michelle Fernandes de Lima, aborda os escritos de Gramsci de 1917 e 1918, sobre os primórdios da Revolução Russa. Ele estava preocupado em esclarecer as condições em que uma sociedade de capitalismo retardatário (calcula-se que havia apenas 2 milhões de operários num país de 110 milhões de habitantes, o terceiro mais populoso do mundo) teve sucesso em um movimento revolucionário que visava à “verdadeira emancipação das massas”. Gramsci atuava fervorosamente como jornalista a favor da Revolução Proletária, tendo lançado a revista *La Città Futura*, de apenas uma edição, dedicada à juventude. A preocupação com a educação integral, como uma nova prática educativa é acentuada. Por um motivo simples: a luta continua.

A questão da coerência analítica de Gramsci é apresentada no capítulo do professor Edmundo Fernandes Dias, em que demonstra como ele, no período de 1917 a 1921, “trabalhou com elementos teóricos que estarão presentes em toda a sua obra”, vitais para a compreensão do processo revolucionário. A questão da cultura na perspectiva de construção desse processo é enfatizada, bem como sua preocupação em mostrar que muitos marxistas eram mais exatamente positivistas do que dialéticos.

No ensaio da professora Daniela Mussi, a autora igualmente versa sobre as primeiras interpretações de Gramsci da Revolução Russa, 1917 e 1918, apontando que ele, além de procurar situar os acontecimentos em um ponto de vista socialista, também pensava na revolução possível para a Itália. Atentou para a situação das classes populares na Rússia e para a violência burguesa da exploração, que envolvia a guerra. Desse modo, sua análise desse processo lhe deu as bases para a imediata criação da revista *L'Ordine Nuovo*, em 1919.

A Revolução Russa, como o caminho de Gramsci para o Marxismo, é o mote para o texto do professor Marcos del Roio, um dos organizadores do livro, no qual ele mostra como o sardo vai se afastando da influência de Benedetto Croce e se aproxima da análise marxista, pela via de Lênin. Mesmo ainda dispondo de poucas informações, Gramsci redige artigos sobre o predomínio do proletariado na Revolução, sendo, então, influenciado pela visão do francês Georges Sorel (1847-1922), o fundador do sindicalismo revolucionário, e defensor da tese de que a Revolução seria feita pelo próprio proletariado, com a força moral e intelectual adquirida em sua própria atividade cotidiana. Gramsci percebeu a necessidade de uma frente única italiana, pensando em como traduzir a universalidade proposta por Lênin para as terras italianas, do mesmo modo que o líder bolchevique havia feito em relação a Marx, para a Rússia.

O texto seguinte, do professor Eduardo Granja Coutinho, trata justamente de Gramsci como herdeiro de Lênin, e da dificuldade de conciliar teoria e paixão. Com efeito, após a Revolução, o italiano abandona suas tendências idealistas e vai aderindo à concepção materialista e dialética da história. Coutinho pontua oportunamente que Gramsci não se limitou de modo algum à mera tradução de Lênin para as condições da Península. Ele foi desenvolvendo de modo criativo conceitos leninistas. Sua teoria política, aliás, tem como ponto basilar a questão da relação entre paixão e consciência revolucionária, desenvolvendo de modo original a temática relacionada ao entendimento da hegemonia, dos intelectuais e da organização

da cultura.

Nesse aspecto, a “maneira gramsciana” de ressignificar conceitos marxistas dá à sua obra magnitude única, como demonstra o capítulo redigido pelo professor Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. O conjunto da obra de Gramsci mostra uma apropriação não eclética de autores como os já citados Sorel e Croce, além de Maquiavel, De Sanctis, Pareto, Cuoco, Quinet, Kjellén e Michels. Neste texto, é enfatizado como Gramsci conseguiu tratar de noções como a de classes sociais, pensando – e conseguindo – traduzi-las para a vida cotidiana das pessoas, sempre visando à construção de uma nova hegemonia, agora, a dos grupos subalternos.

A preocupação de traduzir nacionalmente os princípios do Materialismo Histórico, uma questão tipicamente leninista, aparece nos Cadernos do Cárcere, na definição de “elementos de trincheiras e casamatas”, como analisou o professor Gianni Fresu, no capítulo “Gramsci e a Revolução Nacional”. Sempre com a certeza da necessidade de ouvir os subalternos, o autor sardo procurou analisar e explicar as lutas sociais concretas, a partir, também, de sua própria experiência de vida, em que conheceu a força das “classes parasitárias” em seu país, e seus mecanismos de manutenção do poder. Percebeu como Mussolini representava todas as características negativas de um chefe carismático, “acostumado a seduzir o povo, mas sem qualquer ligação verdadeira com ele”. Aponta-se no texto a busca da superação da fratura histórica entre dirigentes e dirigidos, atividades intelectuais e funções do trabalho manual-instrumental, como Gramsci viu na realidade italiana de seu tempo.

“A Concepção Revolucionária da Política em Gramsci: Uma análise do Caderno 13”, caderno intitulado em homenagem a Maquiavel, é o nome da contribuição do professor Giovanni Semeraro para o livro, na qual comenta o auge da produção literária de Gramsci, no momento em que se encontra próximo do colapso físico. Este Caderno é o coração da obra carcerária, elaborando a filosofia da *práxis*, apresentada nos Cadernos 10 e 11. Sintetizando, a “vontade coletiva nacional-popular” é a vértebra central da política e do Estado.

Assim, para a discussão das questões táticas envolvidas, o professor Lincoln Secco, em sua contribuição para o livro mostra como Gramsci, além de atento à experiência russa, valeu-se de exemplos históricos notáveis de sucesso de minorias ativas na mobilização de multidões. Foi o caso, por exemplo, de um grupo de 45 cavaleiros húngaros durante a Guerra dos Trinta Anos. Embora a Revolução de Turim não tenha tido êxito, a Russa foi um sucesso. Sobre a vitória numa guerra futura, a guerra total, com amplos recursos tecnológicos, Gramsci sustentou a defesa da validade da “tática”, chegando a imaginar que, num enorme desequilíbrio de forças, mesmo o pequeno principado de Andorra poderia derrotar a poderosa França, bastando produzir “gás e bactéria”.

Completando essa análise, o texto do professor Leandro Galastri (“A Violência Política no Pensamento de Gramsci: Subversão e hegemonia”). Afinal, os bolcheviques mostraram como vencer através da “dimensão anti-institucional no âmbito das lutas das classes trabalhadoras contra o Estado capitalista”. Na obra gramsciana, aparecem passagens historiográficas e teóricas sobre a questão do emprego da violência política. No capítulo, Galastri aponta para a lacuna existente nos estudos brasileiros a esse respeito e apresenta os primeiros resultados de sua pesquisa, em andamento.

Encerrando o volume, o professor Giuseppe Vaca, diretor da Fundação Instituto Gramsci, em Bari, Itália, que já tem várias obras publicadas no Brasil, contribuiu com o texto “A URSS Stalinista na Análise dos Cadernos do Cárcere”. Ainda em meados dos anos 1920, Gramsci se preocupava com a “fragilização do papel revolucionário da URSS” no cenário internacional, uma união colossal de diferentes povos, o maior território politicamente unificado do mundo, ainda devastado pelas perdas da I Guerra Mundial, da guerra civil e da invasão das potências ocidentais. Gramsci observa os problemas teóricos diversos que se apresentavam aos soviéticos até mesmo o fato de que “a teoria do valor não pode ser a base da política econômica em uma economia planificada”. Pensando na URSS stalinista como uma “fase econômico-corporativa do Estado operário”, supõe que a forma política que a caracterizava seria um “cesarismo”, advertindo, porém, que isso seria “uma premissa ideológica controversa”. Pois “se pode dar uma solução cesarista também sem um César, sem uma grande personalidade ‘heroica e representativa’. Em seu lugar, podem cumprir a mesma função ‘partidos políticos inteiros e outras organizações econômicas ou de outro gênero”, especialmente os “governos de coalizão”. Vaca lembra que, para Gramsci, Trotsky foi “o teórico político do ataque frontal em um período em que isso é causa de derrota”. Como Stalin se apropriou da linha para a modernização proposta por Trotsky, Gramsci concluiu que “em última análise prevaleceu um reflexo das condições econômicas, culturais e sociais gerais de um país no qual os quadros da vida nacional eram embrionários e dispersos, não podendo se tornar ‘trincheira ou fortaleza”.

Contudo, não pode haver dúvidas de que, enquanto existiu, a URSS foi um baluarte ao qual movimentos revolucionários e independentistas de todo o mundo recorreram, sendo acolhidos e, frequentemente, tendo suas lideranças protegidas. A análise gramsciana da Revolução Russa é fundamental para o avanço dos estudos políticos em todo o mundo, e “o que fazer?” gramsciano está bem analisado e apresentado, nesse livro de leitura obrigatória. Há muito a ser feito, ainda.

Bibliografia

COUTINHO, Carlos Nélon. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011

GOMES, Victor Leandro Chaves. **Por que os homens não se rebelam? Aquiescência e Política em Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017

23 verdades sobre o capitalismo

*Rodrigo dos Anjos Canavez**

Resenha crítica

CHANG, Ha-Joon. 23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo. São Paulo: Editora Cultrix, 2013, 368 p. ISBN: 978-85-316-1220-6

Uma meia verdade é uma mentira que se sustenta por argumentos lógicos ou fatos reais capazes de promover uma visão distorcida da realidade. Ha-Joon Chang, economista sul coreano especialista no tema de desenvolvimento econômico, faz uso de explicação semelhante para justificar seu livro “23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo”. Nele, o professor de Cambridge explica como o “catecismo de reverência ao livre mercado” não deveria guiar o funcionamento do capitalismo atual que, apesar das falhas apontadas, é considerado pelo autor o melhor sistema econômico já desenvolvido pela humanidade. A meia verdade em questão é o neoliberalismo e sua ortodoxia.

O primeiro e principal mito que Chang busca derrubar é a existência de um livre mercado. “Todo mercado tem algumas regras e limites que restringem a liberdade de escolha” (pg.21), diz. A economia como a conhecemos hoje é resultante de anos de interações sociais e políticas de modo que os limites de sua liberdade também são definidos politicamente. Por causa dessas interações, a possibilidade de se excluir o governo das decisões do mercado é quase nula, já que sua importância é grande demais para isso. Assim, um mercado livre de regulações ou influências quaisquer é tão utópico quanto possa parecer.

Na verdade, alguns mercados só parecem livres porque, utilizando-me das palavras do autor “aceitamos tão completamente as regulamentações que os sustentam que elas se tornam invisíveis” (pg.24). O exemplo citado para ilustrar essa afirmação é o direito das crianças de não trabalhar, que foi historicamente escolhido como preponderante sobre o direito dos empregadores de explorá-las. Na lógica do livre mercado, as crianças seriam a mão de

* Graduando em Relações Internacionais - INEST/UFF - rcanavez@hotmail.com

obra mais barata disponível, não fosse essa regulamentação que, na época de sua adoção, gerou polêmica semelhante às que vemos na atualidade, por se tratar de intervenção governamental nas práticas privadas.

Se desenvolvermos o raciocínio empregado por Chang, não é difícil perceber que, se a “mão invisível” fosse a única responsável por conduzir o mercado, fatalmente a proibição de vender seres humanos e escravizá-los não teria acontecido. Na ótica de um latifundiário brasileiro do século XIX, o mercado ficou menos livre com essa regulamentação do governo e, fosse o Liberalismo uma instrução única e definitiva, a abolição da escravatura não faria sentido. Se continuarmos buscando, encontraremos milhares de restrições ao que pode ou não ser negociado: votos eleitorais, empregos públicos, medicamentos não aprovados ou perigosos. Todos foram retirados do mercado por decisões políticas que faziam sentido e não pelo processo do mercado em si – ou a mitológica mão invisível.

Ao longo do livro, Chang defende que a economia nada mais é do que bom senso transformado em uma linguagem complicada e, em dado momento, é sugerida pelo autor uma equação básica: se os salários e as taxas de juros são em grande medida determinados politicamente, então todos os outros preços também são determinados politicamente, já que eles afetam todos os outros preços. O melhor exemplo para corroborar sua tese é o de que os salários dos países ricos sofrem grande controle por meio da política de restrição da imigração de seus governos. Por meio dela, seus salários mais altos são assegurados, porque o mercado de trabalhadores não é tão livre, impedindo que pessoas dispostas a trabalhar por um salário menor tenham acesso ao mercado de trabalho, possibilitando a manutenção de rendas altas. Se os defensores da liberdade de mercado agem dessa forma, é fácil concordar que a liberdade do mercado é de fato uma meia-verdade.

No ponto de vista internacional, Chang expõe o debate contemporâneo sobre o “livre comércio” e o “comércio justo”. Estaria um país como a China engajado num comércio internacional livre, porém injusto? Na opinião de muitos países, sim, visto que ela mantém seus trabalhadores recebendo salários extremamente baixos e produzindo, frequentemente, em condições desumanas, enquanto outros países, por garantirem direitos sociais referenciados internacionalmente, não podem fazer o mesmo. Entretanto, no ponto de vista chinês, é inaceitável que os países ricos defendam o livre comércio e imponham, ao mesmo tempo, barreiras artificiais que prejudiquem as suas exportações. Eis o impasse enfrentado frequentemente na Organização Mundial do Comércio desde sua fundação. Mais uma vez, a liberdade do mercado é politicamente discutível e não objetivamente determinada pelo equilíbrio técnico do mercado.

É importante considerar que Chang não é um autor anticapitalista e por isso mesmo preocupa-se em dissecar outros aspectos do sistema, com o intuito de expor as meias verdades, que agem como ervas daninhas para seu bom funcionamento. Nesse sentido, é abordado o fato de que o potencial de crescimento de uma empresa, fruto e base do sistema capitalista, é prejudicado quando sua gestão é voltada unicamente para o interesse de seus acionistas. Isso provém do mito de que, por serem os verdadeiros donos, eles dariam mais importância a isso. Na verdade, com frequência, são os que menos se importam com o futuro da empresa no longo prazo. A criação da responsabilidade limitada (LTDA) fez com que, em

caso de falência, os acionistas só percam o que foi investido, mecanismo este que contribui para decisões desastrosas, como as que foram tomadas no cenário pré-crise de 2008.

Inteligente também é a discussão levantada sobre os impactos causados pelas tecnologias e a maneira como costumamos superestimar as inovações mais recentes esquecendo que, num passado não muito distante, outras invenções provocaram revoluções ainda mais marcantes na economia e na vida em sociedade. Apesar do cuidado e do espaço dado à essa questão, Chang encerra o capítulo “A máquina de lavar mudou mais o mundo do que a internet o fez” permitindo que o leitor mais interessado sinta falta de um maior aprofundamento do tema. Felizmente, pouco depois esbarramos com o capítulo “Não vivemos em uma era pós industrial”, cujo objetivo é mostrar o quanto o encolhimento das manufaturas não se deve à sua diminuição absoluta na produção total, mas à queda de seu preço em relação ao preço dos serviços. Discute-se também sobre a incapacidade dos países ricos de adotarem economias pós-industriais unicamente baseadas em serviços.

O autor visita outros mitos essenciais da Economia Política, como o da nacionalidade, construção necessária, porém fantasiosa, de que as nações possuem uma identidade que não pode e não deve ser modificada; a soberania e sua relação com a transnacionalidade do capital; as diferenças entre as elites dos países ricos e as elites dos países pobres; a estabilidade macroeconômica e sua relação com as crises; inflação e hiperinflação; CEOs e as responsabilidades que lhes são atribuídas; o preço dos executivos americanos e o impacto na transnacionalidade de suas empresas; nossa capacidade de fazer escolhas e como isso afeta o gerenciamento dos mercados; o passado econômico dos países ricos e o que foi feito até que atingissem sua condição atual (tema que é devidamente elaborado em seus outros livros “Chutando a Escada” e “Os Maus Samaritanos”).

O economista dedica um capítulo inteiro à capacidade que os governos têm de fazer boas escolhas. Nele, também aborda os fracassos da intervenção estatal e o modo como, apesar disso, sua adoção fez com que a maioria dos países crescessem muito mais rápido, com maior distribuição de renda e com menos crises financeiras, se comparado ao período de reformas voltadas para a liberalização dos mercados.

Os inspiradores do discurso de Chang parecem ser List¹ e Hamilton²: enquanto o último fica explícito por meio da utilização de argumentos sólidos, como a necessidade de protecionismo nas primeiras etapas iniciais de desenvolvimento³, o primeiro permanece como um mestre que guia a linha de raciocínio desenvolvida em todo o livro. “Chutando a Escada”, de fato, é uma frase de List, para as atitudes inglesas após o século XIX, quando o passado protecionista da economia britânica foi “esquecido” e não se permitiu que outros povos o copiassem.

Em suma, na visão de Chang, o rigor científico e estéril que os economistas neoliberais tentam transparecer em suas recomendações corresponde, na realidade, à mera expressão

1 Georg Friedrich List, economista alemão partidário do protecionismo “pedagógico”.

2 Alexander Hamilton, economista norte-americano, primeiro a formular uma política protecionista para as indústrias nascentes.

3 Ha-Joon Chang já se utilizou das ideias de Hamilton de maneira mais elaborada em seu livro anterior, *Bad Samaritans*.

técnica da opinião política que lhes convém. O debate econômico envolve necessariamente valores morais e decisões políticas, que não podem ser encaixados numa equação ou em pensamentos rígidos desenvolvidos numa realidade distante do momento em que serão aplicados. Ao longo dos capítulos, torna-se claro que os adeptos do livre mercado estão tão politicamente motivados quanto qualquer pessoa, embora busquem transformar sua política em uma verdade econômica objetiva, enquanto a política de outras pessoas continua sendo tratada como política em si e, por isso, torna-se passível de desconfiança, ou desqualificação. Na realidade, todos estão politicamente motivados e as tentativas de modificar as delimitações do mercado são tão legítimas quanto as tentativas de defendê-lo.

Em sua conclusão, o autor reforça o conteúdo do livro, convidando o leitor a repensar os princípios que fundamentaram o pensamento econômico das últimas décadas. Para isso, aproveita o momento em que o livro foi lançado (2010, início da recuperação econômica da crise de 2008) para confortar e mostrar que esse é de fato o momento certo de nos sentirmos pouco à vontade com a maneira com que o capitalismo tem sido conduzido e com isso, conseguir repensá-lo. O livro promete e consegue equipar o leitor com um entendimento sobre o sistema capitalista, como ele realmente funciona e como é possível fazê-lo funcionar melhor.

Referência Bibliográfica

CHANG, Ha-Joon. **23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo**. São Paulo: Editora Cultrix, 2013, 368 p. ISBN: 978-85-316-1220-6